



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Bom dia a todos e a todas.

É um prazer e uma satisfação muito grande debatemos hoje, em audiência pública conjunta, o papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável e as consequência da Medida Provisória nº 870, de 2019, em atendimento aos Requerimentos nºs 19, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e 33, de 2019, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, ambos de autoria da Deputada Joenia Wapichana; e ao Requerimento nº 25, de 2019, da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de autoria do Deputado Edmilson Rodrigues.

Quero agradecer a presença a todos os expositores, aos proponentes e, especialmente, a todos os povos indígenas aqui representados. Sintam-se em casa. A Câmara dos Deputados é a Casa do Povo, e vocês são mais do que bem-vindos aqui.

Quero dizer que nós temos hoje uma oportunidade muito grande dentro desta Casa de Leis, que conseguiu, pela primeira vez na sua história, eleger uma mulher indígena, a minha querida amiga Deputada Joenia Wapichana. (*Palmas.*)

Às vezes, a vida nos prega peças. Justamente no momento em que nós temos um dos maiores enfrentamentos da história recente de combate a retrocessos, a população escolheu uma líder indígena para estar aqui à frente desse debate, dessa discussão. Então, Deputada Joenia, fico muito feliz por V.Exa. estar aqui, junto com os demais Deputados, coordenando a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.

Quero agradecer ao Deputado Helder Salomão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, e ao Deputado Edmilson Rodrigues, um lutador histórico da causa indígena que também está aqui auxiliando nesse trabalho.

Quero agradecer aos expositores Davi Calazans, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, representando a Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Maximiliano Tamer, consultor jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando a Ministra de Estado Tereza Cristina; e Juan Felipe Scalia, Coordenador-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento da FUNAI — Fundação Nacional do Índio, representando o Presidente da instituição.



Gostaria também de chamar uma importante líder indígena para estar aqui à mesa, a nossa querida Sonia Guajajara, Coordenadora Executiva da APIB — Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil. (*Palmas.*)

Teremos outros palestrantes, mas não cabem todos na mesa, então nós vamos chamá-los aos poucos. Depois nós chamaremos Andrea Prado, Presidente da INA — Indigenistas Associados; Antonio Carlos Alpino Bigonha, Subprocurador-Geral da República, do Ministério Público Federal; e Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do CIMI — Conselho Indigenista Missionário.

Demarcação de terras indígenas não é nenhum favor...

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Presidente, permita-me uma informação. Eu cheguei muito cedo, e, representando o Ministério da Agricultura, estive presente, com uns quatro ou cinco assessores — todos se apresentaram como coronéis, oficiais maiores do Exército —, o general que preside o INCRA e é responsável, hoje, com base na Medida Provisória nº 870, de 2019, pela demarcação de terras indígenas. Refiro-me o General João Carlos de Jesus Corrêa. Eu dou essa informação porque ele falou comigo e se apresentou como representante da Ministra Tereza Cristina.

Eu tive essa informação e queria que fosse confirmada, porque, se ele estiver presente, representando o Ministério, seria de bom alvitre que ele viesse compor a Mesa. Parece-me que o outro representante, o Maximiliano, não confirmou presença.

Essa informação eu julgo importante, porque esta é uma reunião oficial de várias Comissões, e a presença ou ausência de Ministros, mesmo que tenha sido enviado um convite, deve depois ser avaliada pelas Comissões que aprovaram os requerimentos, em nome do Poder Legislativo. Esta é uma reunião que funde três audiências, na verdade, da Câmara dos Deputados. Por sinal, esta reunião conta com o apoio do Presidente da Casa, e não podia ser diferente. Ontem, ao receber uma comissão de indígenas e Deputados, o Presidente fez questão inclusive de assumir compromisso contra o que está na medida provisória e prejudica os indígenas, questões referentes ao INCRA e à FUNAI.

Eu queria também sugerir a V.Exa. e à Coordenadora da Frente Parlamentar que, além da Soninha, que representa a APIB e é responsável pela organização desse processo há 15 anos, fosse chamado o líder Raoni, que em 1988 comandou a resistência e em grande medida teve importância na garantia dos direitos; o Yssô Truká, que tem domínio sobre a questão da saúde indígena e está aqui indicado por esse motivo; e o



Marcos Tupã. Peço que providenciemos as cadeiras para, no momento devido, eles possam se manifestar também.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Deputado Edmilson, quero agradecer a V.Exa. as palavras e dizer que já iríamos fazer a citação do General João Carlos de Jesus Corrêa.

Em relação às suas sugestões, V.Exa. tem razão. Aos poucos, os palestrantes que falarem trocarão de lugar e cederão espaço para outros representantes. Vamos contemplar todos.

Vou fazer apenas alguns comentários breves, antes de passar a Presidência dos trabalhos à Deputada Joenia Wapichana, o que é mais do que questão de justiça, pois ela é nossa líder aqui hoje.

Quero dizer que demarcação de terras indígenas não é nenhum favor que o Governo faz para ninguém. Demarcação de terras indígenas é uma obrigação constitucional, é uma dívida histórica que nós temos com os povos originários, e nós temos que cada vez mais reafirmar o compromisso da sociedade brasileira com aqueles que estavam aqui antes da chegada dos não índios.

Nós temos uma série de outros desafios colocados. Vemos o Governo apresentar propostas de mineração em terras indígenas e de arrendamento de terras indígenas. Vemos muitas vezes equívocos sendo cometidos, como se houvesse documentos das terras indígenas nas mãos dos índios. Sabemos que as terras indígenas são da União e, por isso, não podem ser comercializadas, não podem ser arrendadas e não podem ser cedidas. São terras que pertencem aos povos indígenas. E estamos vendo uma série de equívocos sendo cometidos que estão prejudicando também a atenção à saúde indígena.

Nós temos muitas coisas para tratar aqui hoje. Há a medida provisória que simplesmente esfacelou a FUNAI, que a duras penas e com muita dificuldade conduzia o seu trabalho. Então, nós temos um grande desafio pela frente. Nós temos certeza de que o trabalho vai ser difícil para os povos indígenas, que já enfrentaram tantas lutas ao longo do tempo. Mas tenho certeza de que todos estão dispostos a continuar lutando para garantia dos seus direitos.

Quero agradecer muito a presença a todos os Deputados que estão aqui e aos que já passaram por aqui. Vou encerrar minha fala e passar a Presidência à Deputada Joenia



Wapichana, proponente deste evento. E gostaria de ceder a minha cadeira, o meu lugar, ao Cacique Raoni.

Raoni, por favor, sente-se no meu lugar. *(Palmas.) (Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - *(Manifestação em língua indígena.)*

Bom dia a todos.

É um prazer recebê-los novamente nesta Casa. Nós estamos aqui para discutir assuntos importantes para os povos indígenas e para toda a sociedade brasileira, com o papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável e as sérias consequências da Medida Provisória nº 870. Essa medida provisória foi editada logo no início do ano, no dia 1º de janeiro, como afronta aos direitos indígenas.

O requerimento de realização desta audiência foi feito por mim, como Deputada Federal indígena, e também pelo Deputado Edmilson Rodrigues. Quando propusemos esta audiência, foi no sentido de reforçar a reivindicação dos povos indígenas.

Nós sabemos que a Medida Provisória nº 870 desmantelou todo o órgão indigenista federal, a FUNAI. E nós sempre consideramos essa medida provisória como uma estratégia para acabar com o direito à demarcação das terras indígenas. Essa MP é absurda e inconstitucional. É inadmissível que ela prospere.

Dessa forma, dando atenção especial a essa situação da medida provisória, atendendo também ao pedido da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, nós solicitamos que esta audiência ocorresse em três Comissões: a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, presidida pelo Deputado Rodrigo Agostinho; a Comissão de Direitos Humanos e Minorias; e, também, a Comissão da Amazônia.

Vou pedir aos Deputados que façam uma breve exposição sobre a proposição que foi feita e apresentem os seus argumentos. Depois ouviremos também os Presidentes das Comissões. Em seguida, concederemos a palavra aos expositores.

Então, vou pedir para se manifestar primeiro o outro proponente desta audiência, o Deputado Edmilson Rodrigues. Só peço que observe o tempo, Deputado, para que os outros Parlamentares e as lideranças indígenas também possam se manifestar. Em seguida, passarei a palavra para o Deputado Helder Salomão.



**O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA)** - Eu quero agradecer a oportunidade histórica de compor esta Mesa e a oportunidade que o povo paraense me deu de ser Deputado pelo Pará, tendo sido o mais votado do meu Estado, o que mostra que podemos combater os oligopólios, os grandes projetos destrutivos do equilíbrio ecológico, os grandes projetos que massacram os povos, que produzem fome e desemprego, como Belo Monte, e também apoiar a causa das mulheres, dos negros quilombolas, dos povos indígenas, e merecer o respeito do povo.

Infelizmente, temos muito a avançar. Temos apenas uma Deputada indígena, em uma Câmara com 513 Deputados e Deputadas. Já é uma vitória, porque, desde a Constituinte, nós não tínhamos a presença de um indígena aqui. Aliás, a Deputada Joenia é a segunda indígena. O primeiro foi o Cacique Mário Juruna, que honrou os povos indígenas. (*Palmas.*)

Na época, eu não era Deputado Federal, era Deputado Estadual, mas acompanhei a luta do Deputado Juruna e a firmeza para impor respeito, porque a maioria desta Casa tem ódio dos povos indígenas.

Ontem, uma liderança da APIB disse que lhe fizeram a seguinte pergunta: "*Por que vocês têm tanto ódio do capitalismo?*" É o capitalismo e a burguesia que têm ódio dos indígenas e querem acabar com os povos indígenas, por um motivo simples: não é o lucro que está na cabeça dos índios. O indígena jamais vai caçar uma paca a mais. Se ele precisa de uma, ele não caça duas. Ele jamais vai ter 30 tucunarés, se ele só vai consumir 10. Eles não conseguem entender isso. Na cabeça deles, se puderem tirar mil tucunarés, jogando rede fina, destruindo todo o processo reprodutivo, para que possam ter lucro com venda disso, eles vão fazer isso, mesmo que depois venham a fome, a miséria e a destruição.

Vocês são a semente do futuro, porque — não duvidem — o futuro não será como hoje. Essa sociedade é tão rica, mas tão cheia de gente passando fome e vivendo na miséria. O Brasil é o oitavo país mais rico do mundo. É inadmissível que tenhamos tantos desempregados e tanta gente passando fome.

Eles querem acabar com as florestas para fazer com que mais e mais camponeses e, particularmente, povos indígenas abandonem a floresta, não para exercer o seu direito de se formar em medicina, em arquitetura, em direito, como todos os cidadãos brasileiros têm e podem realizar o seu sonho, mas para fugir das suas terras. Eles querem que os



povos indígenas esqueçam o seu idioma, envergonhem-se da sua forma de se vestir, da sua pintura, da sua arte, da sua religiosidade e da sua forma de ver o mundo.

Destruir essas etnias e essas culturas é criar as condições para que eles tomem todas as terras, mesmo que isso represente desgraça, desemprego, miséria, favelas abarrotadas de gente sem terra e sem trabalho nas cidades. Eles querem dominar tudo com o objetivo de explorar minérios, de explorar nossos rios para produzir energia e de obter lucro, destruindo o equilíbrio ecológico e social. Desculpem-me pela emoção. E isso seria possível, se não fosse a resistência de vocês.

Eu quero concluir porque o tempo é curto, e temos que ouvir as autoridades e, principalmente, as lideranças indígenas aqui presentes.

Quero dizer mais uma vez o seguinte: não duvidemos de que o futuro é das mulheres, dos trabalhadores e dos que vivem hoje as amarguras dessa sociedade tão desigual e tão perversa. O futuro é indígena. Não duvidemos disso. No futuro haverá uma sociedade com justiça social, equilíbrio ecológico e respeito às diferenças.

Eu concluo dizendo algo que eu sempre repito: o Brasil é grandioso e é muito solidário com quem veio nos ajudar. A maioria dos que vivem nas cidades tem nem que seja um tataravô vindo de Portugal ou da Espanha, como é o meu caso. Nós temos um Presidente aqui, o Deputado Rodrigo Maia, que nasceu no Chile, por causa do exílio que a ditadura impôs ao seu pai. O ex-Presidente Michel Temer tem origem em um país árabe pequenino, o Líbano. A família dele festejou o fato de o Presidente de um país com uma das maiores riquezas do mundo, um país poderoso como o Brasil, ter nascido em uma pequena vila, com pouca gente, lá no Líbano. E nós os adoramos, embora eu tenha feito oposição ao Temer. Mas eu odeio quem odeia indígena, quem comanda uma política em favor da morte, quem incentiva o racismo e a violência. Eu posso dizer que sou um homem movido pelo amor, mas odeio a linha política do Presidente Bolsonaro. (*Palmas.*) Mas não por ele ser Bolsonaro e por ser descendente de italiano, porque o Brasil ama todos os que vieram contribuir para nos formar, para formar esta grande Nação.

Eu disse ontem no acampamento: "*O Brasil é hospitaleiro? É. Mas não com todo o seu povo*". Se um negro diz que é originário da Guiné ou de Angola, sofre chacota. Se um indígena diz que é caiapó, ou tenetehara, ou guajajara — que também é tenetehara —, ou mundurucu, ou de qualquer etnia, sofre violência. Por que os donos deste País sofrem violência, se ele é tão generoso com quem veio de fora colonizá-lo?



Não adianta fazer parecer na AGU para destruir a demarcação de terra indígena, como fizeram, em 2017, o Parecer 001, essa desgraça que o Temer fez — e a Advocacia Geral da União se prestou a isso —, não adianta querer acabar com a FUNAI, não adianta querer inviabilizar as demarcações. São 519 anos desde a chegada dos europeus para destruir, destruir e destruir, e não conseguiram destruir a resistência. Ela permanecerá enquanto houver um único ser humano, indígena ou não indígena, vivendo a fome ou qualquer tipo de preconceito.

À luta! À vitória! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Agradeço ao Deputado Edmilson Rodrigues. A luta continua!

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Presidente, quero ceder o meu lugar para outra liderança.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Já vamos chamá-los, Deputado. Espere um pouquinho, porque eu vou passar a palavra primeiro para os Deputados Presidentes das Comissões, e, então, vamos convidar os nossos expositores para compor a Mesa. Vamos seguir os requerimentos.

Agora eu quero chamar o Deputado Helder Salomão, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para fazer sua saudação. Vamos nos preparar porque o tempo está andando.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Bom dia a todas e a todos!

(*Manifestação da plateia: Bom dia!*)

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Minha saudação especial aos povos indígenas aqui presentes, representados pelas suas principais lideranças.

Quero saudar os que compõem esta Mesa e, em especial, a primeira mulher indígena Deputada Federal, que merece o nosso respeito, o nosso reconhecimento, e uma salva de palmas pela grandeza da sua representação nesta Casa. (*Palmas.*)

A Deputada Joenia representa como ninguém esta causa. E a Deputada Joenia sabe que não está sozinha neste Parlamento, não é, Deputada Erundina? Neste Parlamento, nós temos mulheres e homens que estão alinhados à causa daqueles que são excluídos e que são invisibilizados por uma elite que só pensa no lucro e no acúmulo de capital. Então, quero saudar os meus colegas Deputados e Deputadas que aqui estão presentes.





Em rápidas palavras, eu quero, primeiro, na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Casa, fazer dois registros.

O primeiro é em relação a esta audiência pública conjunta. Quero fazer, inclusive, o nosso agradecimento à segurança da Casa, porque nós fizemos uma reunião no âmbito da Comissão para garantir que as lideranças indígenas pudessem ter acesso a esta Casa, para podermos estar aqui, nesta reunião representativa. Então, foi importante construirmos este acordo para garantir esta belíssima e representativa reunião de audiência pública.

O outro registro é que, ontem, nós estivemos no Acampamento Terra Livre, num momento de muita tensão. A Deputada Joenia também lá estava, assim como os Deputados Edmilson Rodrigues, Airton Faleiro, Nilto Tatto, as Deputadas Talíria Petrone, Fernanda Melchionna, Áurea Carolina e outros Parlamentares. E nós fizemos, junto com as lideranças, sob a liderança dos indígenas, um acordo para garantir o Acampamento Terra Livre naquela localidade. Assim os povos indígenas, nesses 3 dias, poderão fazer todas as movimentações e articulações com visibilidade aqui, na Capital do nosso País.

Foi importante aquele momento, porque tínhamos uma tensão, inclusive com a possibilidade de retirada do acampamento daquele local. E nós conseguimos, volto a dizer, sob a liderança de vocês da APIB, garantir o acampamento. Quero dizer a vocês que, para nós, é muito importante a sua presença aqui.

Para não me estender, quero dizer que o momento que nós vivemos em nosso País é um momento que exige resistência. E não há ninguém que consiga nos inspirar mais sobre a necessidade de fazer resistência do que os povos indígenas. Não há ninguém neste País que tenha resistido — e resiste até hoje — mais do que os povos indígenas. Portanto, eu queria dizer que neste momento em que nós teremos que ter uma capacidade de resistência e de luta muito grande, são vocês, lideranças indígenas, povos indígenas, que nos inspiram para resistir contra os retrocessos, contra os ataques à democracia, contra os ataques aos direitos de todos os povos indígenas, de todas as minorias, contra os ataques em relação à FUNAI, à atenção à saúde e à demarcação das terras indígenas. Não há ninguém que nos inspire mais do que os povos indígenas pela sua luta e resistência no nosso País.

Por isso, com muita vibração, com muita emoção, eu quero saudar todos os que estão aqui, com muita alegria, com muita esperança, porque, de fato, Deputado Edmilson,





o futuro do nosso País e do nosso planeta passa por aqueles que acreditam que não é acumulando capital, não é excluindo que nós vamos construir um mundo, um planeta e um País melhores. E as práticas e as crenças dos povos indígenas são fundamentais para nos inspirar neste momento, a fim de termos fé, esperança, coragem e capacidade de luta e de resistência.

Peço uma salva de palmas calorosas àqueles que representam o nosso País e que são motivo de muita esperança para todos nós brasileiros. (*Palmas.*)

Deputada Joenia Wapichana, do fundo do nosso coração, da nossa crença, dos nossos sonhos e das nossas utopias, digo que a luta do povo indígena é a nossa luta. Enquanto eu estiver nesta Casa, junto com tantos companheiros e tantas companheiras, nós cerraremos fileiras ao lado daqueles que hoje são excluídos, daqueles de quem o Governo federal quer retirar direitos. Estaremos aqui lado a lado com vocês nessa luta. Tenham a certeza de que a presença de vocês nesta Casa energiza a nossa atuação, dá força à nossa atuação. Nós seguiremos firmes.

Como eu disse, e encerro com esta frase, vocês são a nossa maior inspiração neste momento em que o nosso País exige luta e resistência!

Vivam os povos indígenas! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Parabéns, Deputado!

Esse é o lema dos indígenas. Nós sempre dizemos, em Roraima, que, enquanto houver resistência, haverá existência. Há mais de 519 anos, nós estamos resistindo a esse processo de colonização e genocídio. E nós estamos aqui, mostrando que os povos indígenas têm essa firmeza, essa garra, e nunca precisou perder a sua identidade para exercer a sua cidadania.

No ano passado, eu estive aqui também, junto com o movimento indígena, no Acampamento Terra Livre, e foi totalmente diferente a nossa recepção, não é Parente? Como nós fomos recebidos? Nós fomos recebidos com gás, *spray* de pimenta; não nos deixaram chegar até aqui. Eu estava no meio. Eu estava junto. E hoje nós temos este espaço aqui, fruto de uma mobilização indígena também. Nós temos realmente que estar presentes nesses espaços. Nada mais justo do que estar recebendo os povos indígenas aqui, de forma organizada. E é justamente isto: a atuação dos Parlamentares faz a diferença, Parente.

Parabéns pela exposição, Deputado!



Vou chamar agora os expositores para compor a Mesa, então vou fazer algumas permutas aqui rapidamente.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Sra. Presidente, está presente uma pessoa por quem tenho carinho e respeito e é mundialmente respeitada também pela defesa de tudo isso que nós estamos dizendo aqui, particularmente sobre os povos indígenas. Trata-se da sempre Ministra, sempre Senadora e querida Marina Silva.

Obrigado pela honra. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Eu já ia citar a presença da Marina Silva. Eu já estava olhando para ela. A Marina é sempre querida. A Marina esteve conosco ontem, caminhou. Ela sempre esteve no ATL, sempre somando.

Eu quero saudar também os colegas Deputados que estão presentes: o Deputado Marcelo Freixo, o Deputado Ivan, que estava aqui — eu não sei se S.Exa. já foi —, a Deputada Erundina e outros que estão ali. Eu estou vendo que há muita gente aqui. Não sei se há algum Deputado da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas por aí.

Gostaria de chamar para compor a Mesa os nossos expositores.

Convido para compor a Mesa o Dr. Antonio Carlos Bigonha, Coordenador da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República, a quem agradeço desde já.

Convido também a Andrea Prado, Presidente do INA — Indigenistas Associados, para reforçar a presença feminina aqui. Se houvesse mais uma cadeira, eu poderia chamar também o Cleber. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - É que não há espaço. À medida que os expositores forem falando, nós vamos dar espaço a eles, para que fiquem aqui na frente. Se nós conseguirmos mais assentos, nós poderemos colocar as lideranças indígenas aqui ao lado. Os que estão à mesa são os expositores. Por solicitação da APIB, eles foram colocados como expositores.

A plaquinha da Andrea está aqui? As nossas lideranças solicitadas pelo proponente Deputado Edmilson são Yssô Truká e Marcos Tupã. Poderíamos conseguir mais cadeiras, para que eles fiquem juntos com o Cleber. À medida que forem falando, nós iremos fazendo as substituições na Mesa.



Gostaria que todo mundo estivesse sentado à mesa, mas, como vocês veem, a mesa é pequena.

Agradeço a presença aos expositores. Vou conceder a palavra pela ordem que estão no requerimento.

Concedo a palavra, primeiro, ao Davi Calazans, a quem agradeço a presença.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Bom dia a todos.

É uma grande alegria estar aqui, representando a nossa querida Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Sra. Damares Alves, que tem um carinho muito grande pelos povos indígenas.

Gostaria de cumprimentar, em primeiro lugar, a Presidente da Mesa, a Deputada Joenia Wapichana, e parabenizá-la por ser a primeira Deputada Federal indígena do Brasil. Na pessoa da Presidente, eu cumprimento toda a Mesa e todas as mulheres aqui presentes, já que estamos representando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Gostaria de cumprimentar também uma das maiores lideranças do Brasil e, por que não dizer, mundiais, o Cacique Raoni, aquele a quem a Ministra se refere como uma grande fonte do saber. Na pessoa dele, eu quero cumprimentar todos os indígenas aqui presentes.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi implementado pelo Governo Bolsonaro. Esse superministério envolve oito secretarias e a FUNAI, dando nova roupagem a um Ministério.

O organograma do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é composto pela Ministra Damares, pela Secretaria Executiva, pela Secretaria da Mulher, pela Secretaria da Família, pela Secretaria do Idoso, pela Secretaria da Juventude, pela Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, da qual eu faço parte e é dirigida pela primeira indígena a comandar uma Secretaria Nacional, no Brasil, a Sra. Sandra Terena, do povo Terena, parente de vocês.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi o penúltimo a ser criado e ainda está em construção — o decreto começou a vigorar a partir do dia 30 de janeiro. Ele é composto, como eu disse, por oito Secretarias, além do Comitê Brasileiro pela Anistia, ligado ao gabinete, e da FUNAI.



Com a reformulação ministerial, o Ministério da Justiça ficou incumbido de combater o crime organizado e a corrupção. Com essa nova proposta, o Ministério da Justiça não comportava os dois organismos citados: o Comitê Brasileiro pela Anistia e a FUNAI. Como um órgão que combate o crime vai cuidar da anistia, que tem a ver com os direitos humanos? E a FUNAI deve ser gerida a partir do ponto de vista dos direitos humanos. Logo, o Ministério mais adequado para tratar desses temas, na visão do Governo Bolsonaro, seria o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Ministério vai trabalhar a questão do índio como um todo, incluindo a proteção dos direitos indígenas. Essa atribuição não encontra mais guarida no Ministério da Justiça, mas, sim, no Ministério dos Direitos Humanos, que já recebeu a FUNAI sem a atribuição de demarcação de terras, que agora está com o INCRA.

Por que a demarcação foi para o INCRA? O objetivo do Governo Bolsonaro é estabelecer um marco regulatório fundiário, e precisa de um órgão para executar essa ação. O INCRA já possuiu estrutura e capacidade técnica para isso, já que também atua na demarcação das terras quilombolas e nas demarcações ligadas à parte fundiária como um todo. Ele não vai cuidar só da demarcação das áreas indígenas; vai tratar de todos os assuntos ligados à questão fundiária.

O setor da demarcação de terras indígenas da FUNAI migrou para o INCRA por causa da operacionalização técnica. *(Apupos.)*

As decisões sobre demarcações de terras indígenas serão tomadas por um colegiado composto pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; pelo Ministério da Agricultura; pelo Ministério do Meio Ambiente; pelo Gabinete de Segurança Institucional; pelo Ministério da Justiça; pelo Ministério da Defesa; e pela Casa Civil. E esse conselho já está regulamentado.

Como vamos trabalhar as políticas públicas? Será uma marca do Governo Bolsonaro a transversalidade de temas entre as secretarias. As políticas públicas para os indígenas serão tratadas em conjunto com as do meio ambiente.

Na sequência, a apresentação trata dos temas específicos de cada Secretaria.

A Ministra Damares, como todos já sabem, possui um amor muito grande pela causa indígena. *(Apupos.)*

Independentemente do que pensem, a vida pregressa da Ministra diz isso. Então isso está legitimado na sua luta.



A Ministra traz essa luta na sua história e quer ver o índio como um todo. Como já foi dito várias vezes, o índio não é somente terra. A terra é importante, é necessária, mas o índio não é só isso.

Como está hoje a saúde indígena? Como está hoje a situação dos idosos indígenas? Como está hoje a situação dos deficientes indígenas que estão nas aldeias, daqueles que têm necessidades? *(Manifestação na plateia.)*

É preciso entender... *(Manifestação na plateia.)*

Eu gostaria do restabelecimento da ordem, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Gente, vamos deixá-lo terminar a apresentação. Depois nós vamos abrir a palavra para questionamentos e contestações. Vamos entender primeiro a posição deles. Eu sei que nós não concordamos, estamos incomodados, mas vamos deixar que ele faça a exposição do ponto de vista do Ministério. Aí, tendo esses dados, poderemos contestarmos.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Obrigado, Sra. Presidente. Peço que o tempo seja restabelecido.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Certo, vamos restabelecer 2 minutos.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Obrigado.

O Ministério tem essa visão e vai trabalhar a transversalidade do índio como um todo. Nós temos conhecimento do problema relacionado à parte fundiária, mas o Ministério da Mulher não vai tratar disso. Como é do conhecimento de vocês, essa atribuição foi transferida, por meio da medida provisória, para o Ministério da Agricultura, especificamente para o INCRA. A nossa atribuição agora é trabalhar políticas públicas que verdadeiramente atinjam o indígena na ponta.

O Governo Bolsonaro já vem dialogando com diversas lideranças indígenas do Brasil inteiro. Nós estamos recebendo manifestações em vídeos, espontâneas, que nos são enviadas. As pessoas pedem ao Governo que não existam intermediações, que o Governo converse diretamente com as lideranças, para que, verdadeiramente, conheça o que está se passando em cada aldeia, em cada situação. Isso já está sendo feito, é uma determinação da Ministra. Nunca na história deste País aconteceu o protagonismo indígena em um Governo. *(Manifestação no plenário.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Ah, isso aí...



**O SR. DAVI CALAZANS** - Só um instante, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vamos terminar.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Eu preciso expor, independentemente das opiniões, inclusive a sua, Presidente.

Nós temos hoje o General Franklimberg dirigindo a FUNAI, que tem ascendência indígena; nós temos uma Secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que é indígena, do povo terena; nós temos uma Ministra que é totalmente ligada a essa pauta; e o Vice-Presidente da República também tem ascendência indígena. Nunca nós tivemos um protagonismo indígena tão grande.

Agora, o que vale ressaltar...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. DAVI CALAZANS** - O que vale ressaltar é o seguinte...

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA) - Pela ordem, Presidente. Eu queria sugerir ao nobre expositor que tomasse cuidado, para poder ter condições de fazer a sua exposição, nas expressões provocativas aos indígenas, senão, não vai ser possível concluir. Preste atenção! *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vamos ter decoro aqui. O senhor também não pode provocar a plenária. Eu sei que há opiniões pessoais e do Ministério, mas tente manter a informação do Ministério relacionada à questão da FUNAI, já concluindo, pelo tempo de que dispõe.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Sra. Presidente, eu estou passando dados e o que está acontecendo no Ministério. Em nenhum momento eu falei uma inverdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vamos nos ater à apresentação, então. Vamos retornar para que conclua.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Eu preciso ter o direito constitucional de expor. Aqui é uma Casa do povo, nós estamos num Estado Democrático.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Na condição de Presidente, eu estou pedindo ao senhor que conclua, para que nós retomemos a normalidade das exposições.

**O SR. DAVI CALAZANS** - Isso mesmo. Eu só peço respeito, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - O senhor está sendo respeitado aqui, e justamente nessa condição.



**O SR. DAVI CALAZANS** - Eu estou sendo tolhido. Eu não posso expor a opinião do Ministério? É complicado.

Então, o Ministério possui essa composição e nunca existiu um protagonismo como existe hoje. Como é de ciência de todos, esse problema de demarcação não é de agora. A bomba está estourando neste momento, todo mundo está inflamado dessa forma e não se constitui um diálogo.

O Governo está à disposição para dialogar, a Ministra recebe todo mundo. Ela já recebeu o cacique Raoni e diversas lideranças indígenas. A Ministra tem paixão pelas comunidades originárias e tradicionais... *(Apupos.)*

A SEPPPIR está de portas abertas para receber os senhores e aqueles que quiserem dialogar. Agora, sem diálogo, não se constrói nada. Nós vivemos num Estado Democrático de Direito, então, o bonito é isto, a alternância de poder. Hoje somos nós que estamos no poder, amanhã retornaremos ao que era ou entrará outro. Então, precisamos dialogar, precisamos construir. Cada um tem seu ponto de vista, cada um aqui está defendendo a sua pauta, mas o Governo está aberto para o diálogo e para receber cada um de vocês.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Nós sabemos qual é a posição do Governo, e não concordamos com ela. Vamos nos manifestar. A opinião do Governo é diferente da do movimento indígena. Mas este é um espaço de diálogo. Nós precisamos saber essas informações. Vamos questioná-las. Eu só peço respeito de ambas as partes. É lógico que eu também não vou tolerar desrespeito das lideranças indígenas. Vamos conduzir isso, porque o motivo de nós estarmos aqui é justamente para apresentar quais são as consequências da Medida Provisória nº 870 na vida dos povos indígenas. Então, vamos nos ater a isso, por favor.

Eu vou chamar o Juan, que é o próximo expositor. O próximo orador seria João Carlos de Jesus Corrêa. Eu pergunto se ele se encontra aqui na plenária. *(Pausa.)*

Então, eu passarei a palavra ao Sr. João Carlos depois.

Com a palavra o Sr. Juan Scalia.

**O SR. JUAN FELIPE NEGRET SCALIA** - Bom dia a todos e a todas!

Vou fazer cumprimentos rápidos aos integrantes da Mesa. É sempre uma honra estar com a Joenia Wapichana, que se encontra, neste momento, como Presidente.





Gostaria de cientificar, também, não somente o avanço de se ter uma Deputada Federal, mas também de haver aqui povos indígenas na função de assessores e funcionários nos gabinetes, além de Vereadores.

Em nome dessa classe política indígena, gostaria de cumprimentar a todos, na certeza de que, independentemente de legenda, o fato de os povos indígenas ocuparem esses espaços garante o cumprimento dos direitos desses povos. Gostaria de cumprimentá-los nesse sentido.

Vou aproveitar o preâmbulo do Deputado Rodrigo Agostinho, no sentido de que a vida é cheia de pegadinhas.

Gostaria de agradecer o convite para me manifestar nesta reunião conjunta das duas Comissões. Como eu vou acabar dando explicações no final da apresentação, vou me ater, inicialmente, a uma fala técnica. Eu gostaria de deixar o debate político realmente em outro sentido.

Fui designado pelo Presidente Franklimberg para representá-lo nesta audiência, em decorrência de outros eventos, como o ATL, além de uma possível sessão solene que haverá no Senado e outras agendas. Ele pede desculpas por não estar aqui presente, por atender também a outras ações do ATL.

Eu preparei uma apresentação que pode acabar sendo longa, mas vou pinçar alguns pontos e tentar ser breve.

Peço à Secretaria que inicie a apresentação. Há também um vídeo que a FUNAI produziu para o Abril Indígena. Se houver tempo, nós veremos se o exibiremos ou não, devido ao adiantado da hora, não é, Deputada Joenia?

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Audiência pública conjunta *O papel dos povos indígenas na proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Este mapa demonstra o quanto as terras indígenas freiam o desmatamento. Este é o Estado de Rondônia. Nós temos aqui o Corredor Tupi-Mondé. A intenção era que se mostrasse isso por meio de uma animação, mas não deu muito certo.

É evidente que as terras indígenas têm papel fundamental na proteção do meio ambiente. Quando o desmatamento avança — e esta figura é interessante por isso —, nós vemos uma série de pontinhos vermelhos se mexendo neste eixo do mapa, e as terras indígenas aparentemente estão quietas. Mas, na verdade, não é isso o que



acontece. Dentro dessas terras indígenas, nós sabemos que há movimentação: há muitos parentes que todos os dias estão acordando, indo produzir, indo para a escola. E toda essa movimentação, esse modo de vida dos povos indígenas não leva ao desmatamento. A figura é muito ilustrativa nesse sentido. É uma pena que a animação não tenha funcionado.

Não vou entrar muito em detalhes do art. 231 da Constituição Federal, porque eu acho que a maioria aqui já o conhece. Mas eu gostaria de destacar o § 1º desse artigo:

*Art. 231. ....  
§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

Ou seja, o conceito constitucional de terra indígena imbrica, em si, o conceito de desenvolvimento sustentável. Aqui estão presentes as gerações atuais e as gerações futuras. Há compatibilidade constitucional entre conceitos.

Com relação à Convenção nº 169 da OIT, todo mundo conhece muito bem o art. 6º, que trata do direito de consulta. Já o art. 7º trata do direito à autonomia, do direito de escolher, de definir as próprias prioridades no processo de desenvolvimento, na medida em que afeta a vida, as crenças deles. Os povos indígenas têm autonomia — isso é fundamental colocar — para ficarem isolados, se forem povos indígenas isolados, e autonomia de decidir por qualquer modo de desenvolvimento.

Mas o primeiro ponto desse artigo é sopesado por este quarto ponto, que diz: "*Os Governos deverão tomar medidas, em regime de cooperação com os povos interessados, para proteger e preservar o meio ambiente nos territórios habitados por eles*". É importante colocar esses dois pontos da autonomia e do dever do Governo de ajudar os povos indígenas a preservar.

Ressalto, nesse sentido, uma política que tem sido um eixo estruturante para a FUNAI e para a política indigenista, que é a PNGATI — Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. Gostaria de ressaltar os objetivos dela: proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais e, sobretudo, o processo de construção, feito por meio de consultas regionais, que



envolveram mais de 1.300 lideranças. Os eixos temáticos dessa política são: proteção territorial; governança; áreas protegidas e unidades de conservação; prevenção e recuperação de danos ambientais; uso sustentável de recursos naturais; propriedade intelectual e patrimônio genético; capacitação, formação, intercâmbio e educação.

Em termos de desenvolvimento sustentável, há uma série de exemplos, que eu acho muito importante visibilizar. Dizem que os povos indígenas não produzem. Eu acho que nós temos que acabar rapidamente com esse mito. O modo de produção dos povos indígenas é variado, distinto. E eles, dentro dessa autonomia, têm realmente muitas contribuições a dar.

Neste eslaide nós podemos mostrar os tikunas de Solimões, que venderam mais de 1,5 milhão de reais para o PAA recentemente. Os guaranis-mbya, de São Paulo, estão inserindo o milho tradicional na merenda escolar.

Há um problema estrutural no qual precisamos avançar. Ele diz respeito ao crédito agrário para os povos indígenas. Vemos aqui a Proposição da Conferência Nacional, que pede uma linha de crédito específica. Isso não existe ainda. Apesar disso, contudo, nós temos casos isolados. Conheci inclusive uma indígena dos javaés, na Ilha do Bananal, que sozinha — ela e sua família — conseguiu acessar 600 mil reais de PRONAF. Mas esses são casos isolados.

Um ponto que eu gostaria de ressaltar aos Parlamentares é que precisamos criar linhas de crédito diferenciadas para podermos avançar com a autonomia dos povos indígenas e a preservação.

Aqui o tema é a emissão de DAPs. Nós vemos uma dificuldade enorme na emissão dessas Declarações de Aptidão ao PRONAF para povos indígenas.

Este gráfico é bem interessante, porque ele cruza demografia rural e indígena pelos Estados e número de DAPs. Nós vemos uma concentração de DAPs em Estados do Nordeste, onde há uma tradição de emissão, mas não há na Região Norte. E nós precisamos avançar nesse sentido para dar condições para esse tipo de iniciativa.

Eu não vou me deter muito nisso, mas a produção, por exemplo, de castanha dos índios de Rondônia tem sido fenomenal e aumenta ao longo do tempo.

Aqui é só uma breve notícia.

Nós temos conseguido algumas derivações mesmo com os poucos recursos da FUNAI. É muito importante dizer isso. A FUNAI tem um orçamento pequeno, mas, a



despeito disso, nós conseguimos fazer acordo de cooperação técnica com Governo, com Prefeitura, há emendas parlamentares, há chamadas públicas com outros órgãos.

Este é um tema que o Presidente Franklimberg pediu para eu frisar nesta audiência, que são as condições da FUNAI. Nós já tivemos, na década de 90, cerca de 4.500 servidores. Hoje estamos com mais ou menos 2.100 e com previsão de queda vertiginosa: serão apenas 1.900 até o final do ano. E temos 5.500 vagas. Há uma alta taxa de previsão de aposentadorias nos próximos anos. Temos alta capilaridade, porém, uma dificuldade enorme de fixar os servidores nas nossas Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais e Frentes de Proteção. A FUNAI, até hoje, não tem um plano de carreira. Isso dificulta a fixação dos servidores. E os recursos orçamentários são muito aquém da necessidade dos povos indígenas — na década de 90, a FUNAI detinha quase 200 milhões de reais; hoje, detém por volta de 100 milhões de reais.

Não vou me deter nos casos, mas destaco a produção sustentável, tentando sempre andar no caminho do meio. Isso é muito importante. Devemos tentar fazer os povos indígenas produzirem, conversar sobre políticas de meio ambiente. É importante superarmos algumas celeumas. Por exemplo, no Código Florestal, não fica muito claro como nós fazemos licenciamento das atividades dos povos indígenas. O Código Florestal equipara a terra indígena ao pequeno módulo rural. Isso precisa ser regulamentado. Nós precisaríamos pensar mais nisso, para podermos avançar na produção com critérios ambientais.

Temos o caso do camarão dos potiguaras, na Paraíba. Temos o caso dos parecis, que é polêmico, mas eu faço questão de trazer aqui: com a pouca capacidade que nós temos, nós conseguimos superar o arrendamento em cinco terras, em um processo de quase 5 anos de negociação. Gostaria de deixar muito claro que nas terras que a FUNAI acompanha nunca houve soja transgênica. A soja que foi pega é de uma área que não foi demarcada ainda, não está regularizada. E aí surge outra contradição, porque não foi desintruída e os proprietários estavam plantando soja transgênica lá. O principal resultado é que, nas cinco terras em que trabalhamos com eles, nós conseguimos, em 5 anos, superar o arrendamento — isso foi feito em setembro de 2018. Criamos cooperativas 100% indígenas. No último plantio, da safra 2018/2019, já na primeira safra pós-arrendamento, começou a migração do modo produtivo. Então, um quinto das lavouras já foi com controle biológico de pragas. Isso é tentar, realmente, mudar a matriz tecnológica



para adquirir critérios ambientais. Mas esse é um processo que demora tempo. E nós conseguimos erradicar em 100% os transgênicos das terras.

O caso Pareci foi emblemático pela questão da lavoura, mas não é só isso, pois eles também desenvolvem turismo. Eu falei anteriormente das feiras de sementes, das quais eles também participam.

Há o tema do turismo, que acho bastante interessante se o desenvolvermos bem. Todo turismo traz impactos positivos e negativos. Se soubermos lidar com os impactos negativos e potencializar os positivos, conseguiremos iniciativas muito interessantes para gerar renda e conservar o meio ambiente.

Aqui vemos alguns dos atrativos que estão em terras indígenas, nos quais temos trabalhado: o Pico da Neblina, na Terra Indígena Yanomami; a Ilha do Bananal, que tem uma sobreposição com o Parque Indígena do Araguaia e com o Parque Nacional; os festivais de cultura, ente os quais trago como exemplos o Kuarup, no Xingu, e o Festival Xinã Bena, dos kaxinawás, do Acre; e patrimônios históricos localizados dentro de terras indígenas, na Costa do Descobrimento, por exemplo.

A pesca esportiva é outra modalidade, e nós tentamos nos aproximar muito dos órgãos ambientais para também produzir processo de licenciamento ambiental e coordenar critérios ambientais de desenvolvimento. Há cinco experiências já consolidadas, outros antecedentes. Temos outras para aprovar, talvez esta semana, entre elas, o Rio Marié; Kayapó, no caso da aldeia Kendjam; e no Pequizal de Naruvôtu, também no Xingu.

Neste eslaide, por exemplo, vemos um dos gráficos de nossas consultorias especializadas em pesca medir o estoque pesqueiro e garantir que haja estoque para a segurança alimentar e também para a pesca, que sempre é na modalidade "pesque e solte" — isso é fechado —, com tecnologia de *fly fishing*, enfim, de baixo impacto.

Rapidamente, já passei pelos dois temas. A enunciação da MP, um pouco rápida, foi apresentada pelo David Calazans. Aqui eu só apresento parte do texto da MP 870/19, que diz:

*Art. 21. Constitui área de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:*

XIV.....

§ 2º .....



*I - a identificação, a delimitação, a demarcação e os registros das terras tradicionalmente ocupadas por indígenas.*

Constitui, ainda, como competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, "os direitos do índio, inclusive no acompanhamento das ações de saúde", e aí vai a FUNAI.

A MP trata também das instituições que integram o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Uma delas é o Conselho Nacional de Política Indigenista — CNPI.

Encerro como comecei, de maneira bastante técnica, citando dois trechos da liminar do Ministro Barroso, que diz: "(..) *compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre a criação ou extinção de Ministérios ou órgãos da Administração Pública*".

Então, isso foi feito, a medida provisória está aí, e realmente é uma competência privativa do Governo.

Da mesma maneira, o Ministro aponta aqui: "*No caso em exame, a aprovação da MP 870/2019 teve seu prazo prorrogado (...) Assim, é possível que o próprio processo político aperfeiçoe as normas aqui impugnadas, superando os vícios de que se cogitou, ou até mesmo que venha a rechaçar a própria MP*".

Mas isso, como eu disse, não é uma posição técnica que eu precise trazer. Aí é o debate político, que realmente cabe a esta Casa. No momento, a medida provisória está em análise por uma Comissão Mista.

Quero colocar a FUNAI à disposição dos senhores e torcer para sempre fortalecermos a política indigenista e o Estado.

Obrigado a todos e todas. Por hora, é isso. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Agradeço ao representante da FUNAI as palavras.

Passo a palavra ao General João Carlos de Jesus Corrêa, Presidente do INCRA, para que possa fazer os seus comentários.

**O SR. JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA** - Bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de saudar a Deputada Joenia Wapichana, parabenizando-a por esse marco histórico de estar representando os povos indígenas no Parlamento nacional; saudar as autoridades aqui presentes, na pessoa do Deputado Rodrigo



Agostinho, e todos aqueles que já transitaram por esta Mesa; saudar as lideranças indígenas e todos os povos indígenas aqui representados.

Venho representar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, em particular, apresentar a todos a situação que, com certeza absoluta, representa uma apreensão muito grande por parte das comunidades indígenas com as quais nós estamos conversando agora. Entendemos perfeitamente o que isso representa numa mudança governamental que está em trânsito.

Quero inicialmente destacar a participação do INCRA nesse contexto. O INCRA é uma instituição técnica especializada, principalmente, nas questões fundiárias, e essa, no nosso entendimento, foi a razão pela qual a questão demarcatória, como acontece com as questões quilombolas, foi direcionada para o INCRA neste momento, e vou falar mais adiante sobre isso.

Quero também fazer um relato: com relação às causas indígenas, particularmente no meu caso, a partir de 1995, em Boa Vista, eu tive a oportunidade de acompanhar e participar do que aconteceu na área indígena Raposa Serra do Sol, no seu nascedouro. Por 4 meses, eu participei da força de pacificação na área indígena Raposa Serra do Sol. Pude conhecer as comunidades wapichana, taurepang, macuxi; participar de vários contatos com essas comunidades; ouvir o que eles pensavam à época em relação ao processo demarcatório; ouvir as pessoas que integravam aquela área, para entendermos como funcionava a questão indígena naquele momento. Respeitamos os posicionamentos de todas as vertentes. Acreditamos que, a partir daí, nós tivemos a oportunidade, no meu caso particular, de ter uma visão específica em relação às questões indígenas.

Após conviver com essas comunidades, em particular com as de Roraima, eu tive a oportunidade de passar pelo Amazonas e conhecer, principalmente, no Alto e Médio Rio Negro, as etnias tukano, desana, pira-tapuya e outras que por lá gravitam, e as suas realidades. Depois, no Acre e em Rondônia, nos 6 anos em que eu morei na Amazônia — eu não fui apenas visitar a região —, convivi com os senhores, com os indígenas, com os capitães, com os tuxauas, com os caciques, e pude entender como é a visão dos indígenas. Eu coloco isso para que tenham a certeza de que lá no INCRA há alguém que conhece um pouco essa realidade, e sabemos da expectativa e da ansiedade que hoje envolve essa mudança governamental. Há muitas dúvidas ainda e serem sanadas, e eu considero esta audiência pública fundamental para esse debate e esse esclarecimento.





Não trouxe aqui nenhuma apresentação formal em Power Point. Estou apresentando para os senhores o meu testemunho de ter vivido essa realidade em várias oportunidades e conhecido um pouco — um pouco — a realidade da questão indígena.

Por muito tempo discordei, e ainda discordo, da manipulação dos indígenas como bandeira de interesseiros, que muitas vezes querem utilizá-los como referência para palanque. O Exército Brasileiro nunca tratou os indígenas dessa forma. Os senhores podem ter certeza de que essa realidade é constatada nos nossos pelotões de fronteira, na nossa participação junto às comunidades indígenas. Ao mesmo tempo, também consideramos que a exploração internacional quer, muitas vezes, colocar os indígenas em áreas onde eles não podem produzir e se desenvolver. Aquela questão de integrar é conversa fiada. Nós sabemos que o indígena quer participar, e ele deve progressivamente ter a liberdade de escolher como fazê-lo. É por isso que os movimentos indígenas são autênticos. Essa é a diferença. Não há manipulação por parte de ninguém em relação às verdadeiras intenções, aos verdadeiros anseios dos indígenas. Nós temos conversado com lideranças ao longo desse período, nos 3 meses em que eu estou no INCRA, as quais demonstram claramente a sua vontade de produzir, a sua vontade de demandar sobre as terras. Infelizmente, no formato como foi apresentado, o processo demarcatório atribuiu uma área de gestão federal que o indígena muitas vezes não pode utilizar.

Na Cabeça do Cachorro, nós víamos muitas vezes a exploração mineral. À época, vivia lá um indígena chamado Júlio Góes, que fazia a exploração de mineração de ouro perto das reservas yanomami. Por vezes, nós retiramos de lá pessoas que invadiam, garimpeiros, mas sabíamos que os indígenas também estavam naquele momento tentando utilizar a riqueza para poder crescer. Então, essas são questões que consideramos devam ser exploradas. Essa observação representa a nossa visão.

Vou abordar rapidamente os três temas que foram apontados aqui. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Quem deve definir o que é sustentável dentro de uma terra indígena são os indígenas. Não são poderes exógenos, de fora, que vão determinar que a floresta tenha que ficar intacta, que tenha de ficar de um jeito ou de outro. Nós sabemos que os indígenas preservam o meio ambiente, porque necessitam caçar e pescar onde há florestas e onde há rios. Há outros lugares, como no caso de Roraima, em que não é possível mais se caçar, porque a própria característica regional não permite, mas o Rio Tacutu permite que o índio vá lá pescar. Então, essa realidade de



como desenvolver a questão de acordo com a sustentabilidade é de domínio dos indígenas. Os povos indígenas devem deliberar sobre isso, e não instituições externas ou até nacionais que tenham causas próprias, buscando interesses que muitas vezes não são passados para os senhores.

A outra questão diz respeito à Medida Provisória nº 870. Eu já falei rapidamente sobre o meio ambiente e a respeito do desenvolvimento sustentável, dentro da visão de quem está chegando agora para participar dessa parte demarcatória de terras indígenas. A Medida Provisória nº 870 reorganiza o Estado brasileiro. E toda vez que isso aconteceu, em vários momentos nacionais, sempre houve um momento de insegurança. E essa insegurança é residente hoje para todos nós. O que não pode haver, ao final desta discussão — e também quando os senhores julgarem que devam acionar a Justiça por alguma questão observada —, é a insegurança jurídica. Ao final, nós não podemos ter dúvidas em relação àquilo a que os senhores e as senhoras têm direito, nem em relação a como vai ficar.

As lideranças indígenas estão muito bem representadas na Câmara dos Deputados e poderão fazer gestões com as diversas lideranças aqui residentes, que comungam de vários matizes. No entanto, o objetivo nacional é um só: o desenvolvimento de todo o seu povo. Os indígenas são indígenas brasileiros ou brasileiros indígenas. São irmãos, parentes, como foi dito aqui, que é a terminologia utilizada por quem mora naquela área, que sabe como é a comunicação entre os afins.

Nós respeitamos completamente tudo aquilo que foi abordado aqui pelos senhores. A MP 870 representa a passagem de uma atribuição da FUNAI para nós, pela observância do que está estabelecido pelo Decreto nº 1.775, de 1996, logo após a criação de Raposa Serra do Sol. Em 1995, houve a criação da Raposa Serra do Sol e em 1996 foi publicado o decreto. Todo aquele procedimento demarcatório, os marcos ali estabelecidos vão ser recepcionados pelo INCRA. E nós vamos cumprir a lei, aquilo que está previsto. Quanto a isso, podem ter certeza de que é dessa forma que nós vamos conduzir.

Era isso o que eu queria apresentar a todos. Agradeço a oportunidade. Tenham a certeza absoluta de que o INCRA está de portas abertas para que venham conosco conversar, tirar dúvidas e verificar a maneira como os assuntos serão tratados.

Nós temos conversado, por intermédio principalmente da Secretaria de Governo, com várias comunidades indígenas. Aquelas que ainda não tiveram acesso ao Governo



Federal, podem requisitar, principalmente por intermédio da Deputada, as condições para conversar com o Governo, e terão esse acesso direto. Nós não queremos intermediários entre os indígenas e o Governo Federal; nós queremos falar diretamente. É um movimento indígena autêntico? O.k., vamos conversar. São lideranças isoladas que querem conversar conosco? O.k., nós vamos conversar. Mas não venham aqui representantes que não comungam dos espíritos nacionais convergentes para tratar de assuntos que são de interesse exclusivo dos indígenas.

Agradeço mais uma vez a oportunidade. Nós estamos à disposição dos senhores.

Muito obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Agradeço ao Presidente do INCRA a exposição.

Antes de chamar mais uma expositora, eu gostaria de dizer, Presidente, que aqui está presente o movimento indígena autêntico, legítimo. *(Palmas.)*

Nós sempre trabalhamos assim: as organizações indígenas são criadas pela comunidade. Nós também questionamos algumas lideranças indígenas que tentam maquiagem interesses indígenas com arrendamento, com mineração. Esse não é o posicionamento do movimento indígena. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao próximo expositor. Vamos chamar a Sra. Andrea Prado, Presidente da INA. Em seguida, passarei a palavra ao Subprocurador-Geral da República Antonio Carlos Bigonha.

Peço ao Presidente do INCRA para permanecer no recinto, porque provavelmente haverá perguntas para ele.

Tem a palavra a Sra. Andrea Prado.

**A SRA. ANDREA PRADO** - Quero dar bom dia a todos, em especial aos povos indígenas. Eu quero saudar os povos indígenas em nome da Pajé Mapulu. Sabemos que, quando ela está em um evento, o espírito é renovado e é de paz.

Informo, primeiramente, que estou representando uma associação de servidores da FUNAI, chamada Indigenistas Associados. Em nenhum momento vou estar falando aqui como servidora da FUNAI. Apesar de eu ser servidora da FUNAI e trabalhar como tal no meu dia a dia, hoje eu falo como representante dessa associação, para não haver confusão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Nós como associados de uma associação de servidores criamos a campanha *FUNAI Inteira e não pela Metade. (Palmas.) (Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Para que não seja criado confronto, informo que as pessoas que estão neste recinto foram convidadas.

*(Manifestação na plateia: Fora! Fora! Fora!)*

**A SRA. ANDREA PRADO** - O que nós trazemos é a mudança que a Medida Provisória nº 870 propõe, assunto que está sendo tratado aqui. Ela transfere as atribuições de demarcação da FUNAI, como o Presidente do INCRA acabou de dizer aqui, para o Ministério da Agricultura e para o INCRA. Não está muito claro como isso vai funcionar. Por decreto, são retiradas as atribuições de licenciamento da FUNAI e transferidas para o MAPA e para o INCRA.

Existe também a questão de como vai funcionar essa transição em relação ao orçamento da FUNAI, equipamentos, pessoal. O que mais nos preocupa — claro, como servidores, estamos preocupados com essa transferência para um órgão que não o nosso órgão de origem — é a questão da documentação. Na FUNAI, hoje, existem centenas de milhares de documentos referentes à questão demarcatória e outras questões. E a transferência desse material para outro órgão nos preocupa bastante.

A essa Medida Provisória nº 870 foram apresentadas mais ou menos 500 emendas, para que o relatório seja modificado. As emendas referentes ao meio ambiente são 140, as emendas em relação à FUNAI e aos povos indígenas são 80. No eslaide, o número está um pouco diferente. Então, nós entendemos que, se foram apresentadas 80 emendas visando à mudança da coordenação da política indigenista, é porque isso deve ser altamente levado em consideração por esta Casa.

A tramitação da medida provisória se dá em três estágios. Ela passa pela Comissão Mista, depois pelo Plenário da Câmara e, em seguida, pelo Plenário do Senado Federal. Hoje, aconteceu a última reunião de audiência pública no Senado Federal com os membros do Governo, para discutir isso. Nós temos conversado com os Parlamentares, tentando explicar o nosso posicionamento.

Por que a FUNAI no Ministério da Justiça? Nós acreditamos que esse Ministério é um campo neutro e de tradição. Outro dia, um Parlamentar nos explicou por que o Ministério da Justiça e o Itamaraty são órgãos com formato diferente na Esplanada dos Ministérios. Porque, para ter um Estado nacional, você precisa lidar com as coisas de



duas formas: para as questões de fora, você tem o Itamaraty; e para as questões de dentro, o órgão que lidava com elas era chamado de Ministério do Interior. Antes, a FUNAI estava no Ministério do Interior.

Quando um país tem questões internas para serem resolvidas, questões fundamentais para dar continuidade, você as trata de forma interna — é o interior. O Ministério do Interior passa a ser o Ministério da Justiça em 1990. E o campo que consegue trabalhar com os direitos dos povos indígenas e com a justiça é aquele específico para lidar com todos esses temas.

Lembro que as terras indígenas são bens da União. Realmente, tem sido colocado, de forma equivocada, que os povos indígenas teriam a documentação. Elas são bens da União. E cabe, constitucionalmente, ao Ministério da Justiça cuidar dos bens da União. Portanto, não há outro local. Já está definido que os bens da União são de responsabilidade do Ministério da Justiça.

Cito outros pontos.

Integração com as forças de segurança. Existem inúmeras ações em relação aos povos indígenas que precisam dos serviços de segurança. Se você já tem um serviço de segurança dentro do Ministério da Justiça, esse diálogo mais rápido garante segurança para os povos indígenas e garante segurança para os servidores da FUNAI. Então, para que haja essa rápida associação, é preciso que o Ministério da Justiça e a FUNAI estejam juntos.

Consideramos que existe pouca expertise e estrutura no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Houve ausência de diálogo e de consulta aos povos indígenas.

Desvio de finalidade. O Ministério da Agricultura está ligado às políticas do agronegócio, à pecuária, à pesca. Então, quando se coloca esse órgão, que tem uma área muito específica, para tratar das questões dos povos indígenas, o mínimo que se entende com isso é que existe desvio de finalidade.

Por que a demarcação de terras indígenas diz respeito à FUNAI? Primeiro, porque existe uma legislação específica desde 1973. É através do órgão indigenista oficial que se dá início ao processo de demarcação. Então, já existe uma lei específica dizendo onde começam os processos demarcatórios. Ela deixa claro que o órgão indigenista oficial é a FUNAI.



Particularidades da terra indígena. Essa é uma questão bem delicada. Há diferentes formas de se lidar com a terra. A posse de terras civis são pessoais; a posse de terras indígenas são coletivas. Essa posse coletiva precisa de expertise, de uma equipe de especialistas para delimitar a terra e fazer os procedimentos. Com a saída desse tema da FUNAI de um Ministério e a entrada em outro, seja lá qual for, inclusive no Ministério da Agricultura, perde-se essa *expertise*, que é a próxima questão, e perde-se essa noção da coletividade da terra, que é fundamental. Então, mais uma vez, há o conflito de interesses. Acho que é difícil tratar isso dessa forma, mas é importante perceber a história da questão fundiária no Brasil e entender que, quando a FUNAI faz o trabalho junto aos povos indígenas pela posse indígena, com certeza existem conflitos com outras áreas. É por isso que é preciso ter uma FUNAI inteira, e não pela metade. (*Palmas.*)

A *expertise* privativa e a intersetorialidade da FUNAI. Como se vai discutir um trabalho de uma terra indígena sem discutir como é a saúde dentro daquela terra indígena, quais são os licenciamentos dentro daquela terra indígena? Então, essa intersetorialidade — fazer com que a mesma equipe que trabalha terras trabalhe todas as outras demais áreas — é fundamental, porque é preciso ter as informações rápido. O que acontece com uma assistência social? O que acontece com povos indígenas isolados? Estando tudo isso dentro do mesmo órgão faz com que a demarcação de terras seja mais efetiva, bem como os estudos relativos a ela.

Como bem foi colocado aqui, quero dizer que, dividindo-se as funções, dividindo-se as atribuições, a chance de insegurança jurídica é muito maior. E eu acho que os povos indígenas já estão bastante cansados disso. É preciso mudar essa regra.

O licenciamento na FUNAI. Quanto à garantia dos direitos dos indígenas e dos empreendedores, as salvaguardas para o próprio empreendedor, já está provado que quando se tem um empreendimento e a FUNAI participa desse processo, ele acontece de forma mais tranquila, porque há um grupo de pessoas que está no trato diário com os povos indígenas e sabe lidar melhor com os processos de licenciamento. Então essa mediação da FUNAI contribui em grande medida para a efetividade dos processos de licenciamento.

Aqui vemos como é o processo de licenciamento ambiental hoje. São três fases. A presença da FUNAI é a de baixo, a presença do licenciador é a do meio, e a do empreendedor é a de cima. Então, hoje há essas três fases. Vejam a mudança, vejam



como prevemos que será o licenciamento ambiental no MAPA. Abre-se um quarto elemento dentro desse processo, e aumenta a burocracia. Então, se hoje temos um Estado que se propõe à diminuição da burocracia, estamos avisando que a entrada do licenciamento em outras áreas que não sejam a FUNAI vai aumentar a burocracia. Isso levará mais tempo, mais perda de dinheiro e mais desgaste, tanto para os povos indígenas quanto para os empreendedores.

Como estamos falando de autonomia, quero dizer que nós associados entendemos que os povos indígenas têm total autonomia para o seu desenvolvimento econômico e para participar da economia brasileira, seja de forma nacional, seja de forma regional, seja de forma local. Mas os povos indígenas devem fazer isso de acordo com suas formas de viver, porque a Constituição Federal diz que ele tem direito a ter a sua forma de viver. Então, se um grupo quer fazer exploração econômica e o outro não quer fazer, precisamos respeitar, e é isso que precisamos ouvir.

Quero finalizar dizendo que estamos pedindo o protocolo de segurança para servidores. É engraçado dizerem que na FUNAI existe corrupção ou que lá as coisas não funcionam. Vejam o que a FUNAI faz: ações de proteção de povos indígenas em isolamento voluntário; proteção territorial para interrupção de invasões contra grupos de desmatadores, garimpeiros, traficantes; ações em contexto de fronteira; mediação de reintegrações de posse; ações envolvendo a retenção de cartões de benefícios sociais; negociação para a desobstrução e desocupação de rodovias; participação e coordenação de grupos de trabalho de identificação e delimitação de terras indígenas; desintrusão de áreas ocupadas.

O trabalho dos servidores que eu represento aqui é muito perigoso. As pessoas morrem por causa disso. Servidores já foram assassinados por causa desses processos. Então, temos pedido um protocolo de segurança para servidores, para que o nosso trabalho possa ser mais bem feito. Pedimos também a regulamentação do poder de polícia administrativa da FUNAI, o que ajudaria bastante.

Temos o entendimento de que a Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, é negativa para a realização da política indigenista, podendo resultar em provável aumento de violência.

Sabem por que dizem que a FUNAI não funciona desde a criação do Serviço de Proteção aos Índios, há mais de 100 anos? Porque ela não tem o tempo e a paz





necessários para fazer o seu trabalho, porque as forças majoritárias de poder deste País continuam influenciando, estão lá todos os dias, fazendo sua pressão. *(Palmas.)*

O que nós queremos dizer é que a FUNAI funciona, sim. E nós servidores estamos lá e estaremos sempre apoiando os povos indígenas. *(Palmas.)*

Talvez eu pague depois por isto que vou dizer, mas, enfim, faço um desafio: coloquem a FUNAI com orçamento, com segurança para os servidores, e vamos ver se ela não funciona! *(Palmas.)*

A MP pode resultar em provável aumento da violência, a sua constitucionalidade é questionável, e há problemas administrativos. Como é que o Governo vai fazer com a questão dos servidores? Se nós somos indigenistas, como poderemos fazer um trabalho no INCRA? Nós fomos lotados em um órgão específico. Isso vai dar confusão jurídica e muitos processos judiciais. Acreditamos que essa transferência de servidores é impossível.

Além disso, haverá um desgaste político desnecessário. A medida provisória é colocada pelo Executivo, mas quem a vota é o Legislativo. Então, a obrigação de mexer na medida provisória é desta Casa.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Estamos à disposição para qualquer coisa. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Andrea. Foi muito boa a sua explicação. Era isto que queríamos ver, de forma bem clara e transparente: as consequências dessa Medida Provisória nº 870.

Creio que temos mais ainda a apresentar e outras análises a serem feitas. Elas são importantes para que as nossas lideranças indígenas e quem está acompanhando esta audiência pública possam entender quais são as consequências sobre os direitos dos povos indígenas.

Agradeço à Andrea e chamarei o próximo expositor. Quero que ela permaneça aqui conosco, mas vou chamar o Cleber Buzatto, da Secretaria Executiva do Conselho Missionário Indígena — CIMI. Peço que ele compareça aqui para fazer parte desta Mesa.

Logo em seguida, vou chamar o Dr. Antonio Carlos Alpino Bigonha, Subprocurador-Geral da República, a quem desde já agradeço pela presença.

Vou passar a Presidência ao Deputado Airton Faleiro, enquanto vou ao plenário registrar presença.



**O SR. PRESIDENTE** (Airton Faleiro. PT - PA) - Deixe-me só me apresentar para quem é de outro Estado. Sou o Deputado Airton Faleiro, do PT do Pará, agricultor familiar. Fui dirigente sindical, participei de muitas lutas populares, tive quatro mandatos na Assembleia Legislativa e agora fui eleito Deputado Federal, inclusive com muitos votos de indígenas que estão aqui. Então, a nossa obrigação é estar com vocês. (*Palmas.*)

Tem a palavra o nosso expositor, o Sr. Antonio Carlos Alpino Bigonha.

**O SR. ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA** - Exmo. Sr. Deputado Airton Faleiro, Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento todos os componentes da Mesa; também quero cumprimentar todos os Parlamentares aqui da Câmara dos Deputados, na figura emblemática da Deputada Luiza Erundina, e cumprimentar todos os indígenas aqui presentes, as lideranças, na figura emblemática também do cacique Raoni.

Estou vendo aqui nesta audiência muitos rostos dos que frequentam a 6ª Câmara na Procuradoria-Geral da República. Eu sou coordenador da 6ª Câmara, que trabalha com Procuradores da República em todo o Brasil, especificamente na matéria indígena, na matéria quilombola, de ciganos e comunidades tradicionais, e a Casa está sempre aberta para vocês lá no bloco B, no 3º andar.

É uma honra muito grande participar desta audiência pública, em boa hora organizada pela Comissão de Direitos Humanos, pela Comissão de Meio Ambiente e pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. É uma honra e uma alegria que esta audiência ocorra no contexto do Abril Indígena, especificamente do acampamento Terra Livre, que é uma tradição já de 15 anos que vocês indígenas trazem aqui, para grande alegria da Capital Federal.

O momento atual por que passa o nosso Brasil é de grandes transformações, e precisamos estar atentos para que, no contexto das reformas promovidas pelo Governo Federal recém-empossado, não haja retrocesso na proteção e na fruição dos direitos, sobretudo dos direitos humanos. No contexto dos direitos humanos, uma atenção especial para os direitos indígenas, que são direitos humanos originários. Então, essa especificidade dos direitos indígenas deve ser observada pelo Estado brasileiro para que realize as suas reformas. Não são apenas direitos indígenas humanos, são direitos humanos originários.

Quando nós observamos a movimentação das estruturas do Estado em todo o mundo, não só no Brasil, parece que vivemos em uma era de desatinos. Sobre a



abundância do bom senso nos falava René Descartes, no *Discurso do Método*, essa importante obra da cultura francesa. Ele falava que o bom senso é algo tão abundante no ser humano que ninguém aspira ter mais do que já tem. Esse o preâmbulo do trabalho de René Descartes. Mas parece que essa assertiva do Descartes se rompeu. Até há pouco tempo, se nos deparávamos com um dilema, a primeira diretriz que nos apresentava era agir com bom senso. Isso parecia que nos bastava para a busca de uma solução.

Na faculdade de Direito, eu ouvi muito isto: "*Direito é bom senso*". Então, se há um problema jurídico, procure o bom senso, aja com bom senso. Hoje, ao contrário, parece que há um triunfo do mau senso — mau senso no sentido da falta de bom senso. Então, se antigamente as pessoas apelavam para o bom senso na resolução dos problemas, parece que hoje há uma liberdade para apelar ao mau senso, como se o senso comum nos recomendasse sempre a pior solução, indicasse-nos o caminho mais paradoxal.

A uma ditadura do politicamente correto, nos anos 80, 90, e no início do século XXI, sucedeu-se um regime de licenciosidade para verbalizar e sustentar ideias que até há pouco tempo eram indizíveis, impronunciáveis. Isso nós vemos até no seio da família, no almoço de domingo. As pessoas que antes se continham para falar determinadas atrocidades, coisas duras, hoje têm liberdade de dizer coisas horríveis a respeito das minorias, a respeito dos mais diversos direitos. Acho que se abriu, destampou-se essa caixa de Pandora, para que dela saísse todo tipo de atrocidade.

Com a questão indígena não é diferente. Integracionismo, por exemplo — eu tenho uma acepção de integracionismo um pouco mais crítica do que já foi exposto nesta Mesa —, desde a minha adolescência era um palavrão. A ideia de suceder Pedro Álvares Cabral no intuito expansionista do mercantilismo vigente no século XIV sempre me pareceu um pesadelo, desde a escola me pareceu um pesadelo. Quando se contava a história da colonização brasileira, colocava-se o papel do descobridor e do colonizador, eu sempre quis estar numa posição distinta. E a minha geração de 1960 e poucos foi criada com este paradigma: que isso era um desvalor. Esse era o bom senso vigente na época. Minha geração foi formada na perspectiva humanista de não repetir os graves erros que o Estado cometeu contra as comunidades indígenas e os povos vindos da África no período colonial. A memória da escravidão indígena e da escravidão dos negros nos foi exposta desde a tenra idade como uma página vergonhosa do passado, a ser superada no presente e revertida em benefício das futuras gerações.



A ideia de integrar o índio à sociedade brasileira "como um cidadão como outro qualquer" — entre aspas — parte do mesmo olhar, na minha modesta visão, que o colonizador lançou sobre este continente há pouco mais de 500 anos. Eu imagino Padro Álvares Cabral, quando aqui chegou, olhou as terras, olhou os índios sobre essas terras, e pensou: *"Estas terras agora descobertas pertencem ao reino de Portugal. E esses índios podem permanecer nestas terras, contanto que trabalhem para o nosso rei."* Então, essa foi a visão de Pedro Álvares Cabral. Eu não me sinto à vontade, não pretendo e não serei um sucessor dessa visão.

Desde então, alguns setores do Estado e da sociedade aqui formada tentam, em vão, integrar os índios aos modos de produção ocidentais e impor às terras indígenas esse padrão econômico. A resistência dos donos da terra já capitalizou, segundo dados do Prof. Darcy Ribeiro, naquela bela obra *O povo brasileiro*, um genocídio de quase 5 milhões de indígenas. Mas parece que alguns setores da sociedade brasileira consideram que essas mortes ainda foram poucas e é preciso implementar políticas para integrar mais, ou seja, para matar sempre e mais indígenas.

No início do século XX, persistia nos setores do Estado brasileiro a intenção integracionista. O Serviço de Proteção Indígena — SPI, criado pelo Decreto nº 8.072, de 1910, foi desde logo vinculado — quem diria? — ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, coerente com seu escopo administrativo de integrar o indígena à sociedade brasileira mediante sua inserção na atividade agrícola. Então, em 1910, pouco tempo após a Proclamação da República, a diretriz do Estado brasileiro com a criação do SPI era integrar o indígena à sociedade brasileira, no contexto das atividades do Ministério da Agricultura.

O SPI esteve subordinado à Pasta da Agricultura durante praticamente todo o século 20, até o ano de 1967, passando um breve período, entre 1934 e 1939, aos cuidados do Ministério da Guerra.

As conclusões da comissão de inquérito constituída pelo Ministério do Interior, pela Portaria nº 239, de 1967, com o fim de apurar irregularidades no SPI, tornaram inadmissível, tanto no âmbito interno quanto internacional, a continuidade das atividades do SPI, tendo em vista as atrocidades praticadas pelo Estado brasileiro contra seus povos indígenas.



Então, foi constituída uma investigação em 1967, quando, como nós sabemos, o Brasil era governado por um governo militar. Nós tínhamos um Presidente da República não eleito, que governava o Brasil. Esse dispositivo do Presidente da República, que era um dispositivo militar, instaurou uma comissão de inquérito para apurar as atividades do SPI. Portanto, não foi uma medida ideológica do Governo naquele período. Foi uma medida técnica de investigação das atividades do SPI.

Essa comissão de inquérito concluiu, após produzir cerca de 7 mil páginas de investigação, que eram terríveis as atividades do SPI contra os indígenas. Eu vou citar um pequeno trecho das conclusões dessa comissão de inquérito, em 1967.

*O índio, razão de ser do SPI, tornou-se vítima de verdadeiros celerados, que lhe impuseram um regime de escravidão e lhe negaram um mínimo de condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana.*

E continua:

*É espantoso que exista, na estrutura administrativa do País, repartição que haja descido a tão baixos padrões de decência e que haja funcionários públicos cuja bestialidade tenha atingido tais requintes de perversidade. Venderam-se crianças indefesas, para servir aos instintos de indivíduos desumanos. Houve torturas contra crianças e adultos, em monstruosos e lentos suplícios, a título de ministrar justiça. (Palmas.)*

Essa foi a conclusão de uma investigação levada a efeito pelo Governo militar na década de 60. Sua repercussão foi tão grande, no âmbito de interno e externo, que redundou naquela época na publicação de um artigo no jornal americano *The New York Times*. O jornalista, naquele artigo, afirmou o seguinte:

*O SPI, admitiu o General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, Ministro do Interior, havia sido convertido em um instrumento para opressão dos Índios e, portanto, fora dissolvido. Haveria uma investigação judicial acerca da conduta de 134 funcionários. Uma página de jornal inteira em letras miúdas foi necessária para listar os crimes dos quais esses homens eram acusados. Em conversa informal, o Procurador Federal Jader de Figueiredo Correia afirmou duvidar que dez funcionários do SPI, de um total de mais de mil, poderiam ser totalmente eximidos de culpa e inocentados pela Justiça. Ou seja, o investigador, que era um Procurador Federal naquela época, nomeado pelos*



militares para fazer essa investigação, afirmou que apenas dez entre mil funcionários do SPI poderiam ser inocentados pelos crimes cometidos pelo SPI.

Então, essa foi a razão da extinção do SPI e da criação da FUNAI. Ela foi criada nesse contexto de vergonha nacional e internacional, pelas atrocidades praticadas pelo Estado brasileiro contra os índios no período em que o SPI esteve subordinado a essa política do Ministério da Agricultura de integração do índio à sociedade brasileira e de utilização de suas terras como terras agricultáveis.

A terrível memória das atrocidades cometidas durante o período em que ela esteve subordinada ao Ministério da Agricultura não permitiria a permanência da FUNAI sobre a mesma de estrutura viciada do SPI, transformando-a em uma autêntica máquina de moer carne humana indígena, voltando à ponderação de início.

Agora, eu vou falar de novo do bom senso. E eu encaminho esta indagação de bom senso aos representantes do Governo que estão aqui na mesa, ao próprio Governo Federal, ao Presidente Bolsonaro e ao Ministro Sergio Moro. O que indica o bom senso no que se refere à gestão da FUNAI atual: seu retorno ao Ministério da Agricultura, de comprovado fracasso, para transformar o indígena em um produtor rural? O bom senso indica isso? O bom senso indica seu retorno ao paradigma integracionista de 1910? O bom senso indica isso? Esse é o Brasil moderno que nós queremos? Esse é o bom senso que deve nortear a construção de um Brasil moderno? Então eu dirijo essa indagação ao Governo Federal.

E faço eu apelo ao Ministro Sergio Moro, que tem desenvolvido, com tanto vigor, um projeto de combate à corrupção que plasmou na sua mente, para que, ao lado do combate à corrupção, abrace a causa indígena e faça dela uma causa tão importante que tenha atenção tão intensa quanto o combate à corrupção tem no Brasil por parte de S.Exa. o Ministro da Justiça, dos órgãos de Justiça e de todos os setores do Governo.

É curioso que, toda vez que se fala da história do genocídio indígena como fruto do período colonial, haja uma percepção de que esse processo cessou com a Proclamação da República e a expulsão da família real do território brasileiro. Mas é preciso ter claro, ao contrário, que D. Pedro II não levou os indígenas ou os escravos consigo para Portugal. Eles continuaram aqui, vítimas de um processo contínuo de violência, que se protraí até nós até os nossos dias. A República não foi paradoxalmente uma ruptura com





essas estruturas do passado que persistiram durante todo o século XX e persistem até o advento da Constituição de 1988.

Então eu acho que é preciso fazer essa releitura histórica do Brasil. Quando se fala de maldade contra indígenas, há uma licenciosidade para considerar que isso cessou com o final da monarquia. Não! Esse processo, que começou com Pedro Álvares Cabral, persiste até hoje. E toda a pessoa que não tem uma postura crítica se coloca como sucessora desse integracionismo genocida adotado pelo Estado brasileiro. *(Palmas.)*

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que o marco de transformação dessa dura realidade foi a Constituição da República de 1988, que não é um marco temporal, como essa tese esdrúxula que se construiu para relativizar o direito indígena brasileiro, mas é um marco de dignidade para as comunidades indígenas brasileiras. *(Palmas.)*

E por que ela é um marco de dignidade? Porque ela tem um capítulo específico, no título *Da Ordem Social*, que trata do interesse indígena, os arts. 231 e 232 da Constituição Federal.

O Constituinte foi muito sábio, porque ele fez essa leitura histórica e viu a incompatibilidade de gerir os interesses indígenas na agenda econômica geral brasileira. Por isso ele tratou do índio no título *Da Ordem Social*, num capítulo específico distinto, como foi dito aqui pela Presidente da Associação Nacional dos Servidores da FUNAI, daqueles que tratam da ordem econômica. A questão da agricultura está na parte que trata da ordem econômica, e a questão das atividades produtivas indígenas está na que trata da ordem social. Então, esse é um limite.

Nem o Ministério Público nem a Justiça pretendem governar o País. Não há dúvida de que o Presidente da República tem o direito, o poder e a legitimidade para baixar uma medida provisória estabelecendo as novas estruturas do seu Governo. Não há dúvida quanto a isso, mas há limites, que estão onde? Estão na Constituição da República. *(Palmas.)*

Do ponto de vista estritamente jurídico, esse limite está na dicotomia, na diferença que o Constituinte fez entre atividades produtivas indígenas, que estão no art. 231, e as atividades econômicas, que estão lá no título *Da Ordem Econômica e Financeira*, no art. 197, se não me engano.

Na verdade, o que eu falei aqui repete a nossa nota técnica. Há esse esforço histórico, esse retrocesso histórico feito a partir da documentação da Relatório Figueiredo,





que foi redescoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic, que está aqui. O documento foi descoberto em 2012, perdido entre os documentos no Museu do Índio, e traz a comprovação de que houve essa atividade desastrosa do SPI durante o século XX. A partir desse pressuposto histórico, nós sustentamos na nossa nota técnica que o Presidente da República não pode estabelecer um sinônimo entre atividades produtivas indígenas, a questão fundiária indígena e a questão econômica em geral. (*Palmas.*)

Esse é o fundamento, a base do nosso argumento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Dr. Bigonha. É muito importante ter conhecimento da atuação do Ministério Público Federal, principalmente nesses momentos em que toda a conquista de 1988, parece, está sendo flexibilizada, está retrocedendo. É importante contar com esse posicionamento claro e constitucional que a 6ª Câmara vem realizando.

Obrigada.

Vou passar a palavra agora para o próximo expositor, o Sr. Cleber César Buzatto, representante do Conselho Indigenista Missionário.

**O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO** - Bom dia.

Quero cumprimentar a Deputada Joenia Wapichana, a liderança Sonia Guajajara, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, e também a liderança indígena Raoni Kayapó, em nome dos quais cumprimento os demais integrantes da Mesa, os demais Parlamentares presentes nesta importante sessão e todos os povos indígenas do Brasil, de modo particular todas as lideranças que também estão aqui presentes.

Vou tentar me ater, Deputada, ao tema da medida provisória e também fazer uma referência a um julgamento que está em curso no Supremo Tribunal Federal, o qual, segundo o nosso entendimento, refere-se a um processo de extrema importância. Por isso, precisamos fazer menção a ele em todos os âmbitos nos próximos períodos.

Em relação à temática da Medida Provisória nº 870, de 2019, eu quero me somar às falas da Andrea, que representa aqui os Indigenistas Associados, e também à manifestação feita pelo Dr. Antonio, do Ministério Público Federal. Quero apenas reforçar, digamos assim, um aspecto histórico dessa relação, na linha daquilo a que o Dr. Antonio já fez referência. Para isso vou fazer uso de um documento que me foi passado, como disse com o Dr. Antonio, pelo pesquisador Marcelo Zelic, que está aqui.



Até gostaria que o Dr. Marcelo ficasse de pé, para que as pessoas o conheçam, se ainda não o conhecem. Quero pedir uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O Dr. Marcelo localizou o Relatório Figueiredo, e o trecho que eu vou ler faz parte, é agora o Anexo 18 do Relatório Figueiredo, documento que me foi passado gentilmente por ele. Eu quero fazer a leitura, porque esse é um relato que se refere exatamente ao período em que o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro estava vinculado ao Ministério da Agricultura, e é mostrada a realidade que se vivia naquele período em que havia essas condições de tratamento, então, do ponto de vista institucional, do Estado brasileiro em relação aos povos.

Diz assim o relato, que é baseado no Jornal do Brasil do dia 13 de julho de 1963, e é um documento do próprio Ministério da Agricultura:

*Bandoleiros assalariados por fazendeiros vizinhos atacaram o aldeamento dos Canela — trata-se dos Canela Ramkokamekrá, do Maranhão — matando e ferindo. Foram feitos dois ataques incendiando o aldeamento chamado Capitão Uirá, sede do posto. A comunicação pedia envio urgente de tropa federal para a localidade, pois os elementos atacantes são apoiados por pessoas de prestígio no Estado do Maranhão. Apesar de a comunicação pedir ainda a punição dos culpados, não se sabe que tenha sido tomada qualquer providência.*

Em 12 de março de 1964, o Diretor do SPI, Dr. Noel Nutels, recebeu um memorial dos fazendeiros da região datado de novembro de 1963 — portanto, 5 meses depois do relato que li agora há pouco —, pedindo a retirada dos índios canela de suas próprias terras, pois — este trecho é do documento dos fazendeiros: "a terra é muito boa para criação e não pode ser estragada pelos índios".

Vejam bem isso. Esse é o contexto histórico em que o órgão indigenista do Estado brasileiro estava vinculado ao Ministério da Agricultura. Os fazendeiros atacavam, matavam e depois acionavam o Estado para retirar os índios, porque eles estariam estragando a terra. Então, não podemos aceitar que exista qualquer perspectiva de retorno dessa realidade na história do Brasil.

Por isso nós nos associamos institucionalmente à posição contrária à retirada da FUNAI do âmbito do Ministério da Justiça. Também somos contrários à retirada das competências da FUNAI para demarcação de terra indígena e licenciamento ambiental e à respectiva transferência dessas competências para o Ministério da Agricultura. As



demais questões técnicas, como disse, já foram relatadas, e não precisamos nos posicionar sobre elas.

Em relação a isso, Deputada e também demais Parlamentares, o pedido que fazemos em nome do CIMI é de que todos os membros destas Comissões se mobilizem, associem-se ao movimento indígena, porque sabemos que essa também é a posição do movimento indígena. É preciso atuar na perspectiva de que as emendas que foram apresentadas no período regimental para que as competências da demarcação e do licenciamento ambiental retornem para o âmbito da FUNAI e para que a FUNAI retorne para o âmbito do Ministério da Justiça sejam aprovadas aqui na Casa, a Câmara dos Deputados, e também no Senado Federal. *(Palmas.)*

Nós não podemos correr o risco de que a temática da demarcação das terras indígenas volte a ser tratada no âmbito de um Ministério que tem posição política histórica e flagrantemente favorável aos históricos e também contemporâneos inimigos dos povos indígenas do Brasil.

Deputada, neste momento eu quero também fazer referência a outro tema. Para isso eu vou fazer uso de algumas informações que nós temos.

No último dia 15 de abril, na semana passada, portanto, há 10 dias, chegou ao nosso conhecimento que foi assinado eletronicamente por João Carlos Jesus Corrêa, Presidente do INCRA, pelo que consta, o Ofício nº 16.744, de 2019, do Gabinete, que foi protocolado na FUNAI no dia 16 de abril. Nele, o INCRA solicita ao Presidente da FUNAI, Sra. Presidente, que a FUNAI retire do Sistema de Gestão Fundiária as terras indígenas que não estejam homologadas e registradas. Para que esse pedido foi feito? Para que os proprietários rurais possam ter acesso a certidões que não demonstrem sobreposições.

Veja bem, Deputada. Eu entendo — esta é a nossa posição — que isso é extremamente grave. Trata-se de um documento recente, de 10 dias atrás, em que o INCRA pede que o Presidente da FUNAI retire as referências das terras indígenas não homologadas e não registradas desse Sistema de Gestão Fundiária. Essa é uma medida que, de cara, favorece os interesses do agronegócio e se contrapõe flagrantemente ao direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais.

Portanto, o nosso pedido em relação a esse tema, Deputada e demais Parlamentares das três Comissões proponentes desta audiência, é para que as Comissões, por meio dos Parlamentares, acionem o Presidente da FUNAI para que ele



não atenda a esse pedido do Presidente do INCRA, porque estaria, na nossa avaliação, desrespeitando o direito dos povos, porque o direito dos povos às terras indígenas não é dado por um processo administrativo. E o Dr. Bigonha pode até, depois, do ponto de vista jurídico, reforçar isso. O processo administrativo de demarcação reconhece um direito preexistente. Não é a homologação, portanto, a referência para o direito. O direito é originário. E aquelas terras que não estão homologadas, mas que estão declaradas, que estão identificadas e delimitadas, que estão em estudo ou que são demandadas pelos povos e em relação às quais ainda não há procedimento administrativos? Vão ficar sem nenhuma referência, para que os fazendeiros tenham acesso a financiamento? Esse é objetivo, digamos assim, para liberar as certidões para que os fazendeiros que estão na posse dessas terras tenham acesso aos financiamentos e outros benefícios, enfim, decorrentes do processo administrativo.

Então nós entendemos que essa é uma medida anti-indígena, e nós pedimos apoio do Parlamento para que não se efetive. Precisamos evitar que a FUNAI retire as terras indígenas, quaisquer que sejam, independente do seu estágio de demarcação, desse sistema, para que o direito dos povos seja mantido também nesse âmbito.

Por fim, Deputada, eu quero chamar a atenção para um processo judicial que tramita no Supremo Tribunal Federal. É o Recurso Extraordinário 1.017.365, que trata de um processo de disputa possessória envolvendo o povo xokleng, do Estado de Santa Catarina, numa ação de reintegração de posse proposta pelo órgão ambiental do Estado de Santa Catarina contra os xokleng, cujas decisões de primeira e segunda instâncias determinam a reintegração de posse contra os indígenas, mas que agora, no âmbito do recurso extraordinário que chegou ao Supremo e que está sob a relatoria do Ministro Edson Fachin, foi tomada uma decisão, 1 mês e pouco atrás, num julgamento virtual do Supremo, corroborada por todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal. É um caso que discute a temática constitucional e vai ser julgado com repercussão geral. O que está em jogo nesse julgamento é exatamente a interpretação que o Supremo Tribunal Federal vai consolidar acerca do conceito fundamental de terra tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas. Esse conceito é o principal elemento na nossa avaliação do art. 231 da Constituição brasileira.

O Ministro Fachin faz exatamente a observação de que, para julgar a questão possessória, se vai ser concedida a reintegração de posse ou não, contra os indígenas, é



fundamental que o Supremo defina se aquela terra em questão é ou não terra indígena. Para tomar essa decisão, o Supremo vai ter que se aprofundar, refletir e se posicionar acerca das teses centrais que estão em disputa nesse contexto, que são, como já fez referência o Dr. Antonio Bigonha, as teses do fato indígena; a chamada tese do marco temporal, que diz que os povos só teriam direito se estivessem na posse física da terra em 5 de outubro de 1988, *versus* a tese do indigenato ou do direito originário.

Então, a posição que nós sempre temos defendido junto com os povos indígenas é que o Constituinte reconheceu o direito originário dos povos sobre as suas terras. É óbvio que a tese do fato indígena é extremamente injusta e extremamente perigosa. É injusta porque nega o direito dos povos que sofreram massacres e expulsões e é extremamente perigosa porque, se aprovada, ela justifica todos os massacres, todas as expulsões, todos os assassinatos de lideranças, inclusive processos como esse que eu li aqui, que aconteceu, por exemplo, antes ou momentos depois da década de 60, razão pela qual muitos dos povos não estavam na posse física da terra em 1988.

Estou finalizando.

Mais do que isso, essa tese acaba alimentando processos novos que já estão em curso, de fato, com uma nova fase de esbulho possessório.

Na presença dos Srs. Parlamentares, mais uma vez, nós queremos reiterar as denúncias que temos feito aos diferentes Ministérios sobre os processos de esbulho, como o que está acontecendo no caso da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, no Estado de Rondônia; da Terra Indígena Karipuna, também em Rondônia; da Terra Indígena Arara, no Pará; da terra indígena do povo Awá-Guajá, no Maranhão. Ou seja, são processos de invasão, loteamento, comércio de lotes, desmatamento para estabelecimento de unidades de produção, dentro de terras indígenas.

É preciso que o Estado faça as operações de retirada desses invasores. A tese do marco temporal legitima as invasões e as violências cometidas e alimenta essa nova fase de esbulho possessório que ilegal e criminosamente setores do agronegócio estão promovendo em diferentes regiões do Brasil. Por isso, nós pedimos às Comissões e a todos os Deputados que se associem a todos os povos, na perspectiva de que atuem politicamente, juridicamente, junto ao Supremo Tribunal Federal, a cada um e a cada uma dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Que no julgamento desse recurso extraordinário com repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal respeite o sentido da



Constituição brasileira, na perspectiva de reconhecer e consolidar, digamos assim, o direito dos povos às suas terras como um direito originário.

Portanto, é isso o que nós pedimos, que o Parlamento também se associe a essa luta.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Essa informação, Cleber, é muito grave, é gravíssima. Desde já, nós vamos solicitar informações formais ao INCRA, que se encontra representado aqui, sobre esses ofícios que foram mencionados. Não podemos tolerar, como bem ponderou a representação do INCRA, inconstitucionalidade e ilegalidade. Existe posicionamento de que os direitos sobre as terras não começam a partir de uma demarcação. A própria existência dos povos indígenas é que dá o direito, é que gera o direito.

É importante ter essa informação sobre as razões, se realmente é para facilitar o avanço do agronegócio, as invasões. Não se pode colocar os povos indígenas em situações mais vulneráveis do que aquelas em que já se encontram, pela paralisação da demarcação das terras indígenas.

Então, já anuncio que nós já vamos solicitar, na própria Comissão que está realizando a audiência, que se encaminhe um requerimento acerca desses ofícios. *(Palmas.)*

Eu quero anunciar que alguns Parlamentares se encontram na plenária: a Deputada Erika Kokay, o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Glauber Braga, a Deputada Talíria esteve aqui recentemente, o Deputado José Ricardo, do Amazonas. E a nossa Subprocuradora-Geral da República Deborah Duprat se encontra também na plenária.

Quero dar as boas-vindas ao nosso irmão Gregorio Maribal, representante da COICA. *Bienvenido, hermano.* Ele está presente no Acampamento Terra Livre. *(Palmas.)*

A Deputada Luiza Erundina, nossa guerreira, também se encontra aqui desde cedo. Quero anunciar a sua presença. *(Palmas.)*

Nós temos mais dois expositores e já vamos abrir as falas dos nossos Parlamentares. Eu vou pedir que falem um Parlamentar e uma liderança indígena, para que nós possamos questionar. Quero solicitar a compreensão dos nossos expositores, para que permaneçam na Mesa. Com certeza, haverá perguntas. Que nós também tenhamos consideração pela participação dos povos indígenas.



Eu vou passar a palavra agora para a nossa grande guerreira.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Sim. Issô Truká, venha ficar aqui na mesa, se houver uma vaguinha. Marcos Tupã, venha também.

Vou passar a palavra à grande guerreira Soninha Guajajara, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. *(Palmas.)*

Soninha sempre defendeu bravamente os direitos dos povos indígenas e nos representa no movimento indígena.

**A SRA. SONIA GUAJAJARA** - Vou falar de pé porque dizem que falar de pé fortalece o espírito.

Quero cumprimentar minhas parentas indígenas, meus parentes indígenas, todos os guerreiros e guerreiras que estão aqui, todos os apoiadores e apoiadoras, os aliados e a imprensa que está nesta audiência pública.

Quero cumprimentar todos os colegas da Mesa na pessoa da nossa Deputada indígena, a Dra. Joenia Wapichana. *(Palmas.)*

Quero agradecer pela articulação desta audiência à Comissão de Direitos Humanos, à Comissão de Meio Ambiente e à Comissão da Amazônia, que, articuladas pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, por meio da Deputada Joenia, conseguiram organizar a nossa vinda até aqui hoje, para conversarmos entre nós, para conversarmos com o Parlamento e com o Executivo.

Nas várias vezes em que eu já estive aqui nesta Casa, sempre me dirigi ao Parlamento, aos Deputados e aos Senadores do Congresso Nacional, mas hoje me sinto um pouco mais motivada a me dirigir ao Executivo, porque os representantes do Executivo que aqui falaram trouxeram, nas suas apresentações, uma carga de preocupação, pelo seu tom, com o que é a intenção deste Governo.

Nós resistimos por 5 séculos, chegamos ao século XXI por causa da nossa resistência. E o ano de 2019 nos recebeu com um contexto muito grave — muito grave —, em que mais uma vez voltam à tona os termos "integracionismo", "transversalidade". Dizem: "*Os índios têm que ser que nem nós*". Esses termos hoje causam muita preocupação em nós povos indígenas, porque temos a nossa identidade questionada. Porque esse termo "integracionismo", Davi, coloca todo mundo no mesmo padrão, no mesmo patamar. Nós somos povos indígenas. A Constituição Federal já reconheceu os





termos "povos indígenas" e respeita as nossas formas de organização social próprias, os nossos modos de vida. Não é possível que um governo queira mudar os termos da Constituição Federal e agora dizer que os indígenas, para serem cidadãos, têm que ser integrados à sociedade. Que sociedade este Governo tem a nos apresentar? Nós já somos cidadãos. O que nós queremos é o respeito a essa diversidade de povos que há no Brasil. Para isso, têm que respeitar os nossos direitos territoriais, o que a Constituição Federal já reconheceu. Nós lutamos por esses territórios e defendemos esses territórios com base no Direito Constitucional, mas sabemos que nosso direito antecede, desde muito antes, a Constituição. São direitos originários, são direitos sagrados.

Nós ficamos com muita preocupação quando um corpo do Executivo faz a afirmação aqui de que o indígena tem prioridade neste Governo, mas coloca para assumir Pastas importantes representações indígenas que não são indígenas que têm compromisso com a pauta dos povos indígenas. *(Palmas.)*

Não basta se assumir e dizer: "*Eu sou indígena*". Não basta. Tem que ser indígena, tem que conviver, tem que saber, tem que conhecer. Não basta assumir as Pastas, estar lá, e na hora em que estamos aqui, em que trazemos as nossas pautas, esses que se dizem indígenas estão lá conviventes com a política injusta deste Governo. *(Palmas.)*

É muito preocupante quando você diz, Davi, que a Ministra Damares ama os indígenas. Que amor? Que tipo de amor é esse que ela quer adotar por nós povos indígenas, se está num governo que diz que os povos indígenas hoje, nas suas terras, são iguais a animais em zoológico? É este o Governo que diz amar os índios? Vocês chegam aqui, o Presidente do INCRA chega aqui e diz que são os índios autênticos que vão ser escutados. Qual é o parâmetro que vocês estão usando para dizer quais são os indígenas autênticos, quais são os indígenas de bem? *(Palmas.)* Qual é o parâmetro que vocês estão adotando para dizer quem nós somos?

Nós estamos aqui, o movimento indígena, com representações de todo o Brasil, das cinco regiões. Estamos aqui articulados pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, que vocês dizem que não vão receber porque só vão receber organizações que têm CNPJ. Nós não precisamos de CNPJ. A Constituição garante, a Constituição reconhece as formas de organização social próprias de cada povo. É por isso que chegamos a Brasília. São 15 anos. Este é o 15º Acampamento Terra Livre. Como foi que este Governo se preparou para nos receber? Como foi? Que amor foi demonstrado por



este Governo pelos povos indígenas? Autorizou a Força Nacional para receber o Acampamento Terra Livre. O Ministro Sérgio Moro publicou a portaria e disse "a pedido do GSI", para impedir a movimentação na Esplanada.

Por que vocês têm medo de nós? Que medo é esse? Por que se negam a dialogar e a respeitar direitos constituídos? O Presidente Bolsonaro, quando ainda Deputado, fez uma afirmação grave, que poderia ser entendida como crime. Quando ainda Deputado, em 1996, ele disse: *"A cavalaria brasileira é incompetente. Competente é a cavalaria norte-americana, que conseguiu exterminar todos os índios. Hoje eles não têm mais esse problema"*. É esse o amor que este Governo diz ter pelos povos indígenas?

Vocês falam que nós não precisamos de terra. Vocês falam que nós temos que ter o direito de produzir. Nós já temos. Nós temos centenas de iniciativas próprias, realizadas pelos povos indígenas. *(Palmas.)* São centenas de iniciativas de produção. Mas vocês não querem enxergar, vocês não querem conhecer. Vocês estão adotando apenas um modelo, um único modelo. Vocês querem adotar apenas o modelo que interessa a vocês, o modelo que arrenda, que explora a mineração, que destrói, que favorece as monoculturas, que favorece o agronegócio, porque vocês têm que cumprir seus acordos. *(Palmas.)*

Nós não queremos saber dos acordos entre o poder político e o poder econômico. Nós não queremos saber. O que queremos é que os nossos direitos sejam respeitados. Queremos a garantia da nossa diversidade, dos nossos modos de vida. Não queremos que nenhum governo venha dizer o que queremos e quem somos. Todos nós indígenas que estamos aqui somos povos originários. E é assim que queremos ser reconhecidos e respeitados. *(Palmas.)*

Dizem que nós não precisamos mais de terra, que temos que ser integrados, mas o Governo Bolsonaro vai aos Estados Unidos, com a pastinha debaixo do braço, negociar esses mesmos territórios. Por que essa intenção, então, de dizer que nós não precisamos? Não é porque está preocupado com a melhoria de vida. Não é. É porque está de olho nesses territórios, para negociatas, para vender para os Estados Unidos, para vender para o estrangeiro. *(Palmas.)* Como a Base de Alcântara. Centenas de quilombolas estão sendo expulsos. Estão acabando com os quilombos, para deixar ali um território para os Estados Unidos, para negociar a Amazônia.



Bolsonaro disse, na sua campanha, que no Governo dele não haveria 1 centímetro de terras demarcadas para povos indígenas.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. SONIA GUAJAJARA** - Quando foi perguntado, numa outra reunião, ainda em campanha, o que Bolsonaro respondeu? *"Desculpa, eu errei. Não é centímetro, é milímetro. Nem um milímetro"*.

É este o Governo que vocês dizem que está preocupado com os povos indígenas? É este Governo, que diz que nós indígenas somos prioridade porque há uma representação indígena na Secretaria Nacional do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos? É este Governo, que diz que o Presidente da FUNAI se diz indígena, mas nem sabe qual é a sua origem, nem sabe de que povo é?

O Vice-Presidente também se registrou na candidatura como indígena, mas não sabe de onde veio e ainda disse que o Brasil não está melhor porque adotou a índole do índio e a malandragem do negro. É esse o Vice-Presidente. Foi assim que ele se dirigiu a nós.

Eu gostaria muito, muito, de aproveitar este momento para falar de nós, das nossas culturas, da nossa diversidade. Eu queria muito falar aqui dos nossos modos de vida e do quanto nós preservamos o meio ambiente, do quanto este planeta depende de nós, que o nosso modo de vida por si só protege. Se acabarem com os povos indígenas, se acabarem com os territórios, nenhum de vocês se salva. *(Palmas.)*

É exatamente esse modo de vida que garante inclusive a água, a chuva que irriga as lavouras de vocês, as lavouras do agronegócio. Que perigo nós representamos para este País?

Eu queria muito ter tempo para falar do papel dos povos indígenas no Brasil e no mundo. Inclusive, o tema desta audiência é este: *O Papel dos Povos Indígenas na Proteção do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e as Consequências da MPV 870/19*. Mas eu não tenho tempo para falar disso. Nós não temos tempo para chegar a Brasília e falar de nós, porque temos um papel fundamental: o de enfrentar este Governo, enfrentar, para impedir o resgate da velha matriz colonial, que dominou, que matou, que exterminou nossos povos. O nosso papel hoje é este: o de lutar contra a volta de um período sangrento que matou muitos de nossos povos, que reduziu populações. Não queremos de jeito nenhum agradecer a um presidente que se refere à ditadura, que exalta



a ditadura querendo comemorar o seu aniversário, justamente de um período que matou mais de 8 mil indígenas.

Para nós hoje o termo "integracionismo" representa isso. Quando negam os nossos territórios, negam o nosso direito à existência. Não nos matam somente quando somos atingidos pela bala. Matam-nos também quando tiram o nosso território. Isso é o etnocídio, porque querem nos impedir de viver a nossa cultura, as nossas tradições.

Este Governo começado tem esta marca: a do genocídio, do etnocídio e do ecocídio. Quando nega também o direito à proteção e à preservação do meio ambiente, comete o ecocídio.

Nós chegamos a este lugar, que se diz ainda Casa do Povo, e, infelizmente, a constatação é de que este lugar sofre de "povofobia": tem medo de gente, tem medo de povo. (*Palmas.*)

E eu quero concluir dizendo, mais uma vez, que nós lutamos, sim, pela volta da FUNAI para o Ministério da Justiça. (*Palmas.*)

Nós queremos que seja feita justiça aos povos indígenas.

FUNAI inteira, não pela metade. Está aí a campanha. (*Palmas.*)

Estamos aqui também para dizer que não vamos aceitar a municipalização da saúde indígena. (*Palmas.*)

Queremos ser respeitados enquanto cidadãos, mas cidadãos livres, dentro dos nossos territórios. Se querem uma demonstração clara de amor, demarquem os nossos territórios. (*Palmas.*)

Essa é a prova maior que este Governo poderia dar para nós.

Ao Presidente do INCRA: para fazer jus, para fazer justiça, devolva esta Pasta. (*Palmas.*)

Devolva a Pasta da demarcação das terras indígenas para o Ministério da Justiça. Lá é o órgão que tem as condições de cumprir esse papel institucional. A questão da demarcação de terra indígena não é questão nem moral nem religiosa, como é o papel do Ministério da Família. Nós não queremos mais ver esse organograma. Para! A gente já cansou de assistir a esse organograma que não diz nada! Apresenta Pasta, apresenta sete secretarias, superministério, e está fazendo o quê? O que tem a mostrar até agora para nós? O que foi feito? Nada!

(*Intervenção fora do microfone.*)



**A SRA. SONIA GUAJAJARA** - Quando forem chamados para audiências, reuniões, comissões que tenha presença indígena, por favor, não apresente mais esse organograma. Apresentem propostas, apresentem ações. É isso o que a gente quer. *(Palmas.)*

Para concluir, eu quero deixar registrado aqui um pedido: para que naquele corredor ali das exposições sejam colocadas as fotos dos nossos parentes e das nossas parentas indígenas que foram torturados e mortos no período da ditadura. *(Palmas.)*

Ali, para todo mundo ver, para todo mundo saber, para esta Casa conhecer o que foi esse período para nós.

E nós vamos lutar, nós vamos lutar. Não vamos permitir mais nenhuma gota de sangue indígena neste País. *(Palmas.)*

Vamos enfrentar, com as nossas forças, com as nossas armas. E as nossas armas é a nossa espiritualidade, a força da nossa ancestralidade. Vamos juntos! Vamos juntas! A Terra pede socorro. Os povos indígenas estão na linha de frente. E por fazer essa luta tão justa nós estamos na mira de todos aqueles que querem destruir nossos territórios, e não sabem que destruindo os territórios estão destruindo a si mesmos. Nós estamos aqui para ensinar. Estamos dispostos.

Milenarmente, os povos indígenas têm dito: "*A sabedoria ancestral é a salvação do planeta*".

Obrigada. *(Palmas.)*

*(Manifestação na plateia: Você nos representa, Sonia!)* *(Palmas.)*

*(Manifestação na plateia: Demarcação já! Demarcação já!)*

*(É entoada uma canção na plateia.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Muito bem, parentes!

Muito inspiradora essa fala da Sonia, a Soninha. É uma fala forte, que nos estimula a lutar, cada vez mais, pelos nossos direitos.

Eu sei que há muitos inscritos, mas, para fechar as falas da Mesa, vou convidar a liderança caiapó, o Cacique Raoni, para deixar as suas palavras.

Existe já uma lista de inscritos, de Deputados e das nossas lideranças que estão na mesa.



Eu vou precisar me ausentar, mas já retorno. Vou chamar para presidir os trabalhos, durante as próximas falas, o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Rodrigo Agostinho.

Passo a palavra para o Cacique Raoni.

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. INTÉRPRETE** - Bom dia para todos.

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. INTÉRPRETE** - Raoni estava falando que ele é um dos líderes e luta pelo povo, por todo mundo. Existe gente lá esperando por nós. Os políticos passados, alguns políticos, como Kubitschek, sempre atendiam nós indígenas, e agora, a cada dia que passa mudando os Governos, está ficando difícil para nós.

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. INTÉRPRETE** - O Raoni se dirige ao Presidente do INCRA: devolve a Pasta para a FUNAI. É isso o que eu quero. *(Palmas.)*

*(Manifestação na plateia: Devolve! Devolve! A FUNAI é da Justiça, e não dos ruralistas!)*

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. INTÉRPRETE** - Nós queremos que a saúde continue como Secretaria Especial de Saúde Indígena. Nós queremos que continue, não para o Município. *(Palmas.)*

E todos vocês brancos sabem e estudaram que Brasília também é o lugar onde nós indígenas moramos, do antepassado. Então, todos vocês têm que ouvir e respeitar todos nós indígenas do Brasil.

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**O SR. INTÉRPRETE** - A FUNAI vai continuar demarcando a terra indígena, não o INCRA. A FUNAI vai continuar demarcando aquelas terras que não foram demarcadas e que estão em estudo. A FUNAI vai ter que fazer o seu papel e também respeitar nós indígenas, onde nós estamos protegendo a terra e a floresta.

Eu vou falar do Xingu. Parem de barrar o Xingu, porque vocês estão fazendo coisa errada contra a gente. Então, parem de fazer barragem no Xingu! Para fazer isso, têm que nos consultar. *(Palmas.)*

**O SR. RAONI KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*



**O SR. INTÉRPRETE** - Para terminar: parentes que estão aqui, vamos lutar juntos até o final, até onde pudermos.

Obrigado para todo mundo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Vamos agora para os debates. Vamos chamar, alternadamente, uma liderança indígena e uma liderança não indígena. Essa foi a instrução da Deputada Joenia e essa é a instrução que nós vamos seguir.

Falará, primeiro, o Deputado Airton Faleiro e, logo em seguida, a líder da comissão de mulheres indígenas, a Guniane.

**O SR. AIRTON FALEIRO** (PT - PA) - Sr. Presidente, na pessoa de V.Exa., quero cumprimentar a todos os Parlamentares aqui presentes, inclusive a nossa Parlamentar indígena, a Joenia.

Quero, na pessoa do Cacique Raoni, cumprimentar essa geração de guerreiros que deixou, para a geração futura, uma experiência de batalha.

Quero, na pessoa da minha jovem amiga Raquel Tupinambá, lá de Santarém, do Alto Tapajós, cumprimentar a juventude.

Peço uma salva de palmas para a juventude que está em peso aqui. (*Palmas.*)

Eu estou acompanhando esse acampamento desde o seu planejamento. Acompanhei toda a sua execução. Quero dizer aos presentes aqui que reconheço que, na conjuntura atual, esse movimento se expressa como o mais importante, o mais significativo movimento de resistência aos ataques e aos retrocessos.

Então, APIB, receba os nossos aplausos. Vocês estão de parabéns por terem feito esse movimento! (*Palmas.*)

Eu quero falar mais daquilo que nos desafia. É bom que o Executivo saiba que não está sozinho nesse jogo, felizmente, que nós temos, como parte da instituição brasileira, três Poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

Eu diria, Deputada Luiza Erundina, que não espero mudanças do Executivo. O Executivo não ama, o Executivo odeia o povo indígena. Essa é a expressão dita verbalmente e dita institucionalmente.

Não acredito que este Governo, que fez a coisa errada por prazer, por concepção, vá atender às demandas de vocês, vá atender às reivindicações de vocês.





Eu diria — e queria chamar a atenção dos meus pares — que vocês estão fazendo a parte de vocês. Vocês estão dizendo, com todas as letras, o que querem e por que querem. Estou convencido. Quero chamar a atenção, primeiro, do Poder Legislativo, do qual faço parte: a bola está conosco. Eu sou otimista, eu sou daqueles que acreditam que o Poder Legislativo não pode se render ao Poder Executivo. Se o Executivo fez coisa errada e quer permanecer no erro, nós temos que corrigir. Então, temos que derrotar aqui a medida provisória do Governo. *(Palmas.)*

Chamo a atenção, Dr. Antonio Carlos, para isto: o outro Poder é o Judiciário, que está acima de nós e tem o papel de corrigir as distorções, as inconstitucionalidades e as maldades que estão fazendo com essa política. Eu diria que cabe a nós, numa parceria da luta popular de vocês com a luta parlamentar e judiciária, impedir que permaneça como está a política do atual Governo.

Vocês podem contar conosco. A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores já fechou posição: é 100% a favor da pauta indígena. *(Palmas.)*

Nós queremos, nas próximas audiências públicas das Comissões a que pertencemos, Deputado Túlio, comemorar o retorno da FUNAI para o Ministério da Justiça. *(Palmas.)*

Que possamos comemorar o retorno da demarcação de terras para a FUNAI, e não lamentar a transferência dela para o Ministério do agronegócio. Que possamos comemorar avanços nas demarcações das terras indígenas.

Parabéns, Acampamento Terra Livre!

Estamos juntos!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Fui informado de que o próximo inscrito é Yssô Truká.

**O SR. YSSÔ TRUKÁ** - Boa tarde, parentes.

Boa tarde, Mesa, que eu cumprimento na pessoa do Dr. Antonio Bigonha.

Boa tarde, Parlamentares, aos quais eu me dirijo na pessoa do meu colega e amigo de Pernambuco, o Túlio Gadêlha, grande colega e grande amigo nosso.

Bom, pessoal, eu vim aqui para falar também sobre a MP 870.



Meu nome é Issô Truká, sou representante do Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena do Brasil. Hoje faço parte da coordenação colegiada do fórum, junto com a Andreia Guarani e com o Ari Kaxarari, do Alto Purus.

Nós estamos atravessando tempos turbulentos e nuvens negras. A saúde indígena também está sendo ameaçada pela MP 870. Por que está sendo ameaçada pela MP 870? Porque a terra, para nós, é um elemento sagrado. E, como elemento sagrado, a saúde indígena está ligada ao sagrado. Porque a saúde indígena está ligada ao sagrado, a MP 870 atinge os povos indígenas de forma total, em todas as suas políticas públicas. Então, é importante que esta Casa traga essa responsabilidade para cá e discuta a anulação dessa MP. Ela é má, ela é muito ruim para nós povos indígenas, em todos os sentidos.

Falou-se tempos atrás da municipalização da saúde indígena. Estivemos várias vezes com o Dr. Antonio Bigonha, desde o início deste Governo, desde a posse deste Governo. Os povos indígenas, o movimento indígena, através da saúde, através da APIB, através da APOINME, através da COIAB e de outras das nossas entidades de base, buscaram dialogar com o Governo e mostrar que nós povos indígenas temos os nossos direitos garantidos, que não é apenas uma questão de vaidade, mas é uma questão de direito tradicional. Sempre foi isso o que nós quisemos.

Como se não bastasse, o Ministro da Saúde, o Henrique Mandetta, disse que não vai acabar com a SESAI na canetada, que vai acabar com ela por inanição, que vai tirar dela os poderes de ação. Nós precisamos que esta Casa aja, de forma urgente, em defesa do fortalecimento da saúde indígena, em defesa do fortalecimento do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, em defesa da SESAI.

No dia 11 de abril de 2019, foi decretada pelo Governo Federal, através do Decreto nº 9.759, a extinção de todos os conselhos. Isso fere diretamente nós povos indígenas, aquilo que está garantido na Constituição Federal, no art. 198, § 3º, que fala sobre a participação da sociedade civil através dos colegiados. Ela assegura esse direito. E aí vem um decreto e extingue todos esses conselhos, entre eles o da saúde indígena, que fica totalmente desamparada da participação social no processo decisório das políticas públicas, através do Fórum de Presidentes, que está para apreciar todas as contas da SESAI, através dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, que estão garantidos no Decreto 3.156/99, sobre a política no território distrital, de acordo com o crivo dos Distritos



Sanitários Especiais Indígenas, que são os conselhos locais que atuam como articuladores e fiscalizadores das ações de saúde desenvolvidas na base, através de polos básicos de saúde. E ele, de uma vez só, de forma truculenta, acabou com esses direitos, que são uma conquista social. Nada foi dado pelo Estado, não.

Então, esta Casa precisa se pronunciar em relação a esse processo.

Agora todos os apoiadores indígenas, todos os assessores indígenas serão demitidos a partir do dia 30. Por quê? Porque com base neste decreto, todos os conselhos deixarão de existir. Esta é uma forma de acabar com a saúde indígena. Portanto, é preciso que os Parlamentares desta Casa nos ajudem a barrar esse decreto criminoso e maldito.

Há poucos dias, por meio da Deputada Joenia Wapichana, nós lançamos nesta Casa a 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. O Ministro argumenta, baseado em indícios de corrupção, não poder realizá-la. Mas não é isso. Na verdade, ele vem relutando contra a realização da 6ª Conferência desde que foi empossado.

Finalizo dizendo a vocês que, no mês de março, o Ministro da Saúde participou da reunião da Comissão Intergestora Tripartite, uma reunião de pactuação em nível federal, quando propôs a criação de um grupo de trabalho de saúde indígena, para assegurar a representação indígena, a representação do Conselho Nacional de Secretários de Saúde — CONASS e a representação do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde — CONASEMS. Quando chegou ao Conselho Nacional, nós da representação indígena propusemos a inclusão da representação do Ministério Público Federal, que é um mediador na defesa dos direitos à cidadania.

Saiu agora a publicação desta portaria, com data retroativa a 8 de março, impedindo os povos indígenas de fazer parte deste grupo de trabalho, ou seja, só a área técnica é que vai discutir o futuro da saúde indígena. Nós ficamos de fora. Esta portaria determina que ocorram duas reuniões do grupo de trabalho por semana e o produto que vai substituir o relatório nacional da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. No mínimo, isso é um crime, porque a Conferência Nacional de Saúde Indígena nasceu na nossa base, nós realizamos em todo o Brasil 302 etapas locais e 34 etapas distritais. Para estas etapas foi gasto um montante de recursos públicos equivalente a 11 milhões, considerada toda a extensão geográfica dos povos indígenas no Brasil. Agora, simplesmente passam por cima de tudo, como se não existisse nada.



Nós fomos à Universidade de Brasília, juntamente com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, para solicitar um espaço para realizarmos nossa conferência. O Conselho Nacional declinou favoravelmente à nossa proposição para manter a data. A UnB cedeu o espaço, mas o Ministério da Saúde simplesmente disse que a conferência não ocorrerá.

Portanto, nós estamos pedindo apoio e fazemos aqui um apelo a todos os que estão aqui presentes, no sentido de que nossa conferência seja mantida na data que nós previmos, de 27 a 31 de maio de 2019. Esse Ministro é anti-indígena: não gosta de nós, povos indígenas, não nos quer lá, não quer dialogar com os povos indígenas.

Na primeira reunião que nós tivemos com o Ministro, ele não nos deixou falar. Ele se dirigiu a nós de forma truculenta, racista e discriminatória, dizendo que ou estávamos do lado da municipalização ou do lado da corrupção. Nós respondemos a ele que não estávamos nem de um lado nem de outro: nós estamos do lado do que é correto. Se há malversação de recursos públicos na área da saúde da população indígena, é dever do Ministro e do Estado apurar os fatos. Ele é uma autoridade do Estado na área da saúde, pois a Pasta é dele. Portanto, esta situação deve ser apurada pelo Ministro. Se houver indígena envolvido, que se faça cumprir a lei. Se houver gestor envolvido, que se faça cumprir a lei. Se houver trabalhador da saúde indígena envolvido, que se faça cumprir a lei, porque um centavo desviado faz falta na ponta e pode trazer danos irreparáveis para nossos parentes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Em virtude do adiantado da hora, vou limitar o tempo de manifestação em 3 minutos, como é praxe na Casa. Os Líderes terão o tempo da Liderança.

Passo a palavra ao Deputado José Ricardo, do Amazonas.

**O SR. JOSÉ RICARDO** (PT - AM) - Obrigado, Sr. Presidente, a quem saúdo, bem como a todos os membros da Mesa e, em nome da grande liderança Sonia, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — APIB, todas as lideranças indígenas aqui presentes.

Eu sou o Deputado José Ricardo, do Estado do Amazonas, onde também tivemos um debate com muitas comunidades, com lideranças e com instituições, discutindo as medidas do Governo que realmente retiram direitos. Na verdade, eu vim aqui para



declarar meu apoio a esta luta contra o desmonte da FUNAI e contra a municipalização da saúde indígena.

Nós estivemos participando da reunião que houve na Secretaria Especial de Saúde Indígena — SESAI. Aliás, hoje de manhã, recebi no acampamento o Fernando Haddad, acompanhando a bancada do Partido dos Trabalhadores. A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, no Amazonas, entregou um documento que está sendo enviado para o Governo Federal. Mas eu tenho aqui um extenso abaixo-assinado, que se soma ao grande pleito de todos os povos do Brasil que são contra a municipalização da saúde indígena.

Tomando o exemplo do Amazonas e, acredito, de todos os Estados, nós tivemos o Programa Mais Médicos, em que os médicos atuavam em várias comunidades indígenas. Por causa do encerramento do programa, os médicos foram embora, e até hoje muitas comunidades estão sem médicos ou profissionais para atendê-las. Além disso, os médicos brasileiros não querem trabalhar na região, porque, além de não conhecerem as condições de trabalho, não estão preparados para isso. Assim, eles simplesmente desistem.

Dias atrás, aqui em Brasília, eu soube de um trabalho de capacitação de novos médicos. Eu conversei com alguns médicos que iam trabalhar no Amazonas e tinham total desconhecimento da realidade na região. Depois tomei conhecimento de que, das três pessoas com as quais eu falei, uma disse: *"Eu cheguei, mas nem saí de Manaus, nem fui para a comunidade, porque eu não sabia como era"*. Portanto, a situação é difícil, porque faltam profissionais.

A política do Governo atual não busca priorizar estas questões. Quando se fala em municipalização, é a morte mesmo: se os Prefeitos já não conseguem nem garantir médico para a área urbana, imaginem para as comunidades indígenas!

Na verdade, nós estamos aqui para nos somarmos a esta luta.

Aproveito, Sr. Presidente, para registrar que, na segunda-feira desta semana, nós estivemos com a Deputada Joenia, que coordena a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, e com os Deputados Rodrigo e Nilto Tatto e visitamos o povo waimiri-atroari, que quer ser consultado quanto à decisão do Governo de passar o linhão de transmissão de energia em suas terras. Eles já sofreram muito no passado. Aliás, há um documento aqui em que eles orientam, em português e na língua indígena, o seu povo



quanto a este processo. Eles lembram o que sofreram no passado, durante o regime militar. Eles também participaram da Comissão da Verdade. Havia 3 mil pessoas, mas ficaram 400 na área, devido ao massacre que aconteceu com a construção da BR-174, uma estrada federal, e da Usina Hidrelétrica de Balbina.

Até hoje eles sofrem as consequências do que aconteceu. No entanto, eles continuam cuidando da área. Mesmo assim, todos os dias ocorrem situações que atingem seus interesses e suas terras, além desta de agora.

Portanto, todos querem ser consultados e respeitados, assim como eles.

O Cacique Raoni lembrou bem a experiência que as lideranças indígenas viveram no passado, quando eram recebidas pelo Poder Executivo, pelo Presidente da República. Hoje, no entanto, isso não acontece mais.

Parabéns a vocês pela luta! Contem conosco.

Um grande abraço e bom trabalho. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Concedo a palavra à Sra. Guniane, representante das mulheres indígenas.

**A SRA. GUNIANE** - Hoje fomos recebidos pela Força Nacional. *(Risos.)*

Eu vou ser bem breve. Eu gostaria de direcionar minha fala principalmente para os parentes. Eu gostaria de dizer que nenhum Governo foi bom para nós, nenhum Governo priorizou nossas questões, nossas demandas e nossos anseios. O que queremos hoje deste Governo? Queremos diálogo, queremos que ele nos escute. O Governo diz que quer dialogar conosco, mas suas ações não demonstram isso. Que diálogo é esse que o Governo quer fazer? Ele quer um monólogo? Isso não está certo.

Eu gostaria de dizer que somos seres humanos e temos necessidades comuns. Mas nós, povos indígenas, o que temos de diferença? Nossa cultura é diferente. Há uma grande diversidade de culturas, e isso tem que ser respeitado pelo Governo. Nós queremos que o Governo respeite a Constituição Federal, que está sendo violada. Isso vai ficar na história deste Governo.

Queremos a revogação da Medida Provisória nº 870, como já foi colocado aqui. Nós esperamos que a FUNAI seja devolvida ao Ministério da Justiça. Queremos a permanência de toda a FUNAI no Ministério da Justiça, com as atribuições de demarcação e de licenciamento ambiental. Queremos a demarcação das nossas terras, para termos saúde, pois sem terra não temos saúde. Não há como praticarmos nossas



atividades culturais sem uma casa decente. Queremos o fortalecimento da SESAI, que hoje tem como Secretária uma indígena, a Silvia Waiãpi. Queremos na Secretaria Especial de Saúde Indígena servidores qualificados, para que façam a gestão e não sejam desviados recursos. O que nós temos hoje? Temos gestores desqualificados, que desconhecem nossa realidade. Queremos respeito às mulheres. Estou falando isso para o Governo.

As mulheres são o futuro, independentemente de onde elas estejam e de como vivam. A vida é delas, elas fazem suas escolhas. Não nos usem para se promoverem. Este é o nosso recado ao Governo.

É isso. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

S.Exa. não se encontra presente.

Passo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, que falará pela Liderança da Oposição.

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (PSB - RJ) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em respeito aos colegas e às colegas e em vista do adiantado da hora, eu vou ser breve, para que todos possam falar.

Quero cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, a Deputada Talíria e todos os membros da Mesa. Saúdo também o Dr. Bigonha, um grande aliado na luta em defesa dos direitos dos povos indígenas. Sua presença aqui é uma honra para todos nós. Meus cumprimentos aos demais presentes. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, nós do PSB — V.Exa. também é do PSB — entramos com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Medida Provisória nº 870, que transferiu a FUNAI para o Ministério da Agricultura — MAPA. Nós nos rebelamos contra esta iniciativa, porque sabemos que ela não atende a um desejo, qualquer que seja, do Governo de aperfeiçoar o trabalho da FUNAI ou de ampliar o cumprimento dos direitos indígenas previstos na nossa Constituição.

Esta mudança tem o objetivo de frustrar ou até impedir que se garantam os direitos conquistados pelos indígenas com a Constituição de 1988. Não há caso mais claro de desvio de finalidade. Trata-se de uma medida tomada pelo poder público para impedir que se garanta um direito conquistado pelos indígenas e assegurado pela nossa Constituição.





Por isso, fomos ao Supremo. Lamentavelmente, não conseguimos a liminar que queríamos, mas vamos insistir na Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida nº 870, para que o Relator devolva a FUNAI ao Ministério da Justiça. *(Palmas.)*

Não aceitamos e não aceitaremos que a FUNAI permaneça onde está. Não aceitaremos que o Presidente cumpra a infeliz, covarde, cruel e inconstitucional promessa de campanha de não demarcar mais um milímetro de terra indígena, como bem lembrou a líder Sonia Guajajara. Não cabe a ele escolher que direito vai cumprir. As terras indígenas não serão dadas aos povos indígenas. As terras indígenas já foram reconhecidas pelo Constituinte originário como terras de direito dos povos indígenas. Este direito já foi conquistado! A demarcação é apenas uma declaração de que terras são estas, apenas um reconhecimento, com base em laudos antropológicos, de que terras são estas. Não se trata de doação: não é uma decisão do poder público dar ou não dar. Esta decisão já foi tomada pelo Constituinte.

Portanto, cabe apenas ao Poder Executivo, e não ao Poder Legislativo, dizer que terras são estas, com base em laudos antropológicos. É fundamental que se garantam à FUNAI as condições para que isso seja feito.

Eu sei que há muitos outros direitos em debate neste momento, mas eu concentro minha fala neste aspecto. Este é o coração da nossa luta neste momento aqui no Parlamento, e vamos insistir na Comissão Mista e derrotar o Governo nesta iniciativa covarde, porque este é um direito conquistado com muita luta. *(Palmas.)*

Nós não vamos aceitar que as coisas fiquem como estão, e, se por acaso tentarem nos empurrar goela abaixo a manutenção da FUNAI no MAPA, nós voltaremos ao Supremo, que terá de reconhecer, como manda a Constituição, que é inconstitucional transferir um órgão para frustrar um mandamento, uma ordem, uma decisão tomada pelo Constituinte originário.

Não vamos desistir desta luta! Vamos vencer na medida provisória e, se houver qualquer tropeço, contem comigo: vamos ao Supremo.

Parabéns pelo lindo Acampamento Terra Livre e pela linda e pacífica manifestação que fizeram ontem, Deputado Túlio. Para nossa honra, caminhamos com vocês.



Por fim, eu queria agradecer a honra, a emoção e a possibilidade de caminhar ao lado de vocês, os primeiros habitantes. Contem conosco nesta Casa na defesa dos povos indígenas.

Parabéns!

Vivam os povos indígenas!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Seguindo a lista, ouviremos agora o Marcos Tupã. Em seguida, falará o Deputado Mauro Nazif.

**O SR. MARCOS TUPÃ** - Bom dia, parentes. Bom dia, guerreiros e guerreiras. Estamos aqui nesta luta, neste movimento, há 519 anos. Com certeza, vamos continuar, vamos lutar e vamos resistir, por meio da nossa resistência, da nossa cultura, do nosso *iandé recó*.

Eu sou Marcos Tupã, de origem guarani. Eu sou do povo mbyá-guarani. Meu povo se estende na grande faixa litorânea da Mata Atlântica, numa pequena faixa, onde vivem os povos mbyá-guarani e tupi-guarani.

Nós somos remanescentes da família carijós e estamos aqui, mais uma vez, no 15º Acampamento Terra Livre, onde fomos recebidos com ameaças pela Força Nacional. Todo ano, neste contexto de mudança do Governo, sempre vêm as medidas provisórias contra nossos direitos, que são reconhecidos pela Constituição.

Como membro da Comissão Guarani Yvyrupá, nossa liderança dos nossos povos indígenas — eu não vou me estender muito — quer a realização da Conferência Nacional de Saúde, que já foi reconhecida, foi discutida e encaminhada por todas as bases nas discussões, nos conselhos distritais e nas conferências regionais. Nós estamos exigindo nossos direitos. Nós exigimos, em nome dos nossos povos indígenas, este direito, que é conquistado e reconhecido. Precisamos que esta confederação seja realizada para avançarmos.

A FUNAI precisa voltar para a Pasta do Ministério da Justiça. Vamos em frente nesta luta. Exigimos isso porque este é um direito, e existe todo um aparato jurídico e técnico de pessoas que conhecem e têm acesso às informações diretamente com nossas bases, nas nossas comunidades, do que é necessário, por meio da realização de estudos e da aprovação de relatórios.



Nós estamos aqui para defender nossos direitos. É preciso que nossos direitos sejam garantidos, este é um dever do Estado, garantido na Constituição. Portanto, precisa ser de fato realizado.

Quanto à questão ambiental, nós estamos na Mata Atlântica, e há povos indígenas em todos os biomas brasileiros. Portanto, é preciso olhar para todos eles com respeito, para garantir nossa existência, nossa vida.

Vejo aqui pessoas com crianças, que são nosso futuro, nossa futura geração. Elas precisam permanecer, para que nossa cultura, nossa vida, nossa identidade tenham continuidade.

A questão do licenciamento ambiental e da demarcação das terras indígenas tem que voltar para a FUNAI. Todos nós, povos indígenas, vamos sempre lutar, vamos sempre buscar a união.

A polícia e a Força Nacional podem se armar, porque nós não vamos voltar atrás. Nossas manifestações sempre foram pacíficas, nós nunca provocamos. Por isso, falo em nome do povo da nossa região. Com certeza, eu me sinto contemplado com a fala das outras lideranças.

Quanto à questão da Conferência Nacional de Saúde, da demarcação de terras indígenas, vamos seguir nesta luta. Exigimos que seja realizado, de fato, o procedimento para a demarcação das terras dos povos indígenas da nossa região, que foi a mais afetada pela colonização. São pequenas terras guaranis, pequenas terras dos terenas, dos xoclengues, do povo tupi-guarani. Nós precisamos, de fato, garantir as demarcações de terras indígenas para todos os povos indígenas, porque nós somos os povos originários. Somos daqui, pertencemos à Nação brasileira. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Tem a palavra o Deputado Mauro Nazif, do PSB.

**O SR. MAURO NAZIF** (PSB - RO) - Bom dia a todos. Cumprimento o Presidente em exercício, o Deputado Rodrigo Agostinho, e a Deputada Joenia. Meus cumprimentos a todos os povos indígenas, na pessoa do Almir Suruí, que não se encontra presente.

Eu sou do Estado de Rondônia e já vi acontecer barbáries com os povos indígenas. Uma delas eu vi acontecer quando eu era Deputado Federal, entre 2010 e 2011, quando o então Presidente da República baixou um decreto que impedia o povo indígena de participar das discussões e decisões tomadas pela FUNAI.



Junto com o Deputado Haully, do Paraná, baixamos um decreto legislativo para sustar a atitude do então Presidente da República. O Plenário 1 desta Casa virou um tremendo campo de guerra, onde o povo indígena, com os seguranças desta Casa, que não tinham nada a ver com a situação, entrou no enfrentamento corporal, simplesmente porque o Presidente desta Casa não quis receber o povo indígena naquele momento.

Hoje eu deparo com uma situação mais agravante e vejo que tanto o Presidente da República, como o Ministro da Justiça devem pedir desculpa ao povo indígena pelo que estão fazendo.

Na semana retrasada, recebemos a Marcha dos Prefeitos. Esta Casa estava lotada, e ninguém os impediu de entrar. Aliás, eles não devem ser impedidos. Nesta semana, recebemos a Marcha dos Vereadores, quando todos puderam transitar por esta Casa, dialogar e fazer seus pedidos, como deve acontecer. No entanto, é lamentável vermos o povo indígena ser recebido pela Força Nacional, ser impedido de entrar naquela que dizem ser a Casa do Povo.

Sr. Ministro Moro, ontem V.Exa. era um juiz que lutava por justiça, mas peça desculpa ao povo indígena! Agindo assim, o senhor mostrará que, estando no Governo, está fazendo justiça. *(Palmas.)*

A Medida Provisória nº 870, Deputada Luiza Erundina, representa o extermínio do povo indígena. Eu não consigo entender como uma instituição acaba sendo totalmente fracionada. A estrutura física da FUNAI se encontra no Ministério da Justiça, a demarcação das terras indígenas vai para seu grande algoz, o Ministério da Agricultura, e as ações dos povos indígenas vão para o Ministério da Mulher. A quem se dirigir? *(Pausa.)*

Ministro Moro, assuma a sua Pasta! Não passe suas responsabilidades aos outros, porque, senão, o senhor será incapaz de assumir esta Pasta. *(Palmas.)*

Em decorrência disso, apresentei duas emendas à MP 870: as Emendas nº 156 e 157. Uma trata da devolução da demarcação das terras dos povos indígenas para a FUNAI, para o Ministério da Justiça. Esta foi a primeira. O Ministério da Agricultura não vai demarcar nada! Dias atrás, no meu Estado de Rondônia, o povo uru-eu-wau-wau teve suas terras invadidas. Aconteceu uma ação muito forte, que ameaçou aquele povo. A Emenda nº 157 propõe que as ações dos povos indígenas, sob a competência do



Ministério da Mulher, sejam devolvidas ao Ministério da Justiça. Aí, sim, nós estaremos fazendo justiça.

Deputada Joenia, V.Exa. é a primeira mulher indígena eleita para este Parlamento. O povo indígena está muito bem representado pela Parlamentar neste Congresso Nacional. Parabéns! Que nós lutemos para trazer de volta estas duas ações e a saúde do povo indígena! Participamos da conferência dos povos indígenas na questão da saúde. É uma obrigação desta Casa fazer isso.

Por isso, estamos juntos nesta luta. Defender os que mais precisam, os que mais necessitam, é lutar por justiça. Lutar por justiça não é fácil, mas vale a pena. Por valer a pena, estamos ao lado de vocês.

Um abraço a todos vocês, povos indígenas! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - As inscrições estão encerradas. Pedimos que falem o mais breve possível, para que todos possam se manifestar.

Concedo a palavra ao Sr. Lindomar Terena. (*Pausa.*)

Não estando presente o Sr. Lindomar, passo a palavra à Deputada Luiza Erundina.

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSOL - SP) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, minhas irmãs e meus irmãos indígenas, eu não precisaria fazer parte desta Mesa, mas, já que vocês me trouxeram a ela, quero agradecer-lhes a sabedoria que vocês nos trouxeram nestas horas que estão passando aqui conosco. Com a idade que tenho, eu nunca aprendi tanto na vida como nestas 4 horas em que fiquei aqui ouvindo vocês. Eu não queria falar neste ato. Eu queria continuar ouvindo vocês, para podermos nos imbuir do espírito e do sentido maior que vocês representam na sociedade brasileira. Vocês são o que há de mais precioso que existe na sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Neste momento me move o sentimento de pedir perdão a vocês, por ser eu uma mulher branca. Sou filha de camponeses sem terra, mas, como mulher branca, eu me sinto, de certa forma, responsável pelos crimes que a população branca cometeu contra vocês. Perdoem-nos, portanto! Queremos reparar estes crimes usando o poder que o povo nos confere e nos confia, ao nos mandar para esta Casa, para ir às últimas consequências e, assim, evitar ou impedir as maldades que este Governo vem praticando contra os indígenas, contra os trabalhadores, contra os negros, contra o povo pobre e excluído do nosso País. (*Palmas.*)



Uma medida provisória é como um decreto: ela já tem efeito, independentemente do resultado da votação nesta Casa. O tempo regimental para isso está correndo. Até lá, os efeitos perversos de uma medida provisória como esta já terão tido eficácia. Uma medida provisória consiste na usurpação de uma competência do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Nós temos que fazer uma proposta de emenda constitucional para acabar com a medida provisória. Medida provisória é o poder de legislar, mas quem tem que legislar é o Poder Legislativo.

Portanto, eu não vou votar em emenda a esta medida provisória. Eu não quero remendar um tecido estragado. Quando se emenda um tecido estragado, estraga-se ainda mais este tecido. Eu quero jogar na lata de lixo esta Medida Provisória nº 8.087.

Não vamos perder tempo em discutir emendas, mesmo a pretexto de diminuir os efeitos perversos desta medida. Nada nesta medida provisória serve. Nós vamos dizer, como vocês estão dizendo, gritando aos quatro ventos e aos quatro cantos do mundo, que não queremos medidas de um Governo ilegítimo, que não ouve o povo nem governa para o povo.

Acabaram de aprovar na CCJ a primeira fase de mais uma lei contra o povo: a tal da reforma da Previdência. Fizeram isso na base da chantagem, dizendo aos aposentados que ou se aprova esta reforma ou o aposentado não receberá a aposentadoria no futuro. Dizem que ela é a solução do problema econômico do País, que a solução para o problema do desemprego no País exige a aprovação desta reforma da Previdência. É mentira! É chantagem! Quem quer a aprovação desta reforma é o mercado financeiro, os rentistas, aqueles que vivem de lucros, lucros produzidos pela força do povo, que trabalha e gera riqueza para acumular juros para os que têm dinheiro e investem em reproduzir o capital à custa do suor, da dor e do sofrimento dos trabalhadores, como acontece hoje no nosso País.

Para não me estender mais, quero agradecer mais uma vez. Eu lhes diria que, se fosse possível, não saíssem mais desta Casa, que esperassem chegar o dia da votação, porque nós não temos votos suficientes para garantir a rejeição desta medida provisória. Mas fiquem certos de que nós, os Deputados que aqui estivemos representados neste momento, nesta Mesa, pelas Deputadas Joenia, Talíria e por esta que está falando a vocês, iremos às últimas consequências para evitar mais este crime que se comete contra



nosso povo, povo que é o mais genuíno da nossa sociedade: as comunidades e nações indígenas do nosso País.

Portanto, meu povo, obrigada pela lição que vocês não trouxeram; obrigada pela sabedoria que vocês nos ensinaram e pela esperança que vocês alimentaram em nós, na certeza de que este Governo não vai durar muito tempo, porque não tem legitimidade. Ele não veio para punir o povo e, assim, favorecer os poderosos dentro e fora do País? Isso nós não vamos suportar.

Eu agradeço a vocês por terem mandado um de vocês para representá-los nesta Casa. É preciso aumentar o número de indígenas nesta Casa. A presença da Deputada Joenia já é um símbolo, uma força, um significado. Muita coisa muda nesta Casa com a presença desta mulher corajosa, desta mulher experiente, desta mulher que é símbolo de um povo, povo este que nasceu antes de nós, que construiu e ainda constrói aquilo que há de bom neste País.

Obrigada, minha gente.

Parabéns por vocês existirem e pela lição de vida que nos trouxeram nesta tarde.

Obrigada por tanto! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputada Luiza Erundina, que tanto nos inspira, que mostra sua coragem, seu exemplo de vida e de dedicação. Minha admiração por V.Exa. Eu a conheci lutando e, principalmente, falando das mulheres e dos direitos humanos tão fortemente, muito inspirada.

Tem a palavra o líder Veibe Tapeba.

**O SR. VEIBE TAPEBA** - Parenta e Deputada Federal Joenia Wapichana, eu queria dizer da nossa satisfação em ter V.Exa. como Presidente desta nossa audiência pública na Câmara dos Deputados. Em nome de V.Exa. cumprimento todas as autoridades da Mesa, a parentada e as entidades que aqui nos acompanham.

Sra. Presidenta, queria tecer alguns comentários que, acho, valem muito a pena para o debate que nós inauguramos nesta Casa na manhã de hoje, reiterando o compromisso da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, que anunciou ontem o compromisso do Presidente do Congresso Nacional, do Presidente da Câmara dos Deputados e do Presidente do Senado da República de garantir que esta medida provisória, no que tange aos direitos dos povos indígenas, não prospere. Há, portanto, um compromisso.





Este compromisso deve ser exercitado pela função do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara dos Deputados de atuarem fortemente e de influenciarem no voto dos Parlamentares do Congresso Nacional.

Não adianta, parenta Joenia, apenas tornar público um posicionamento político, quando sabemos que temos de 3 mil a 4 mil índios acampados no Acampamento Terra Livre, na Câmara dos Deputados, para fazer média ou para fazer palanque político. Nós queremos que o Presidente da Câmara dos Deputados e o do Senado da República cumpram com sua palavra e com seu compromisso, exercendo o papel de influenciadores dos votos dos Parlamentares. Como bem disse nossa companheira de luta, a Deputada Federal Luiza Erundina, nós não temos votos suficientes, porque a bancada progressista, que defende os direitos dos povos indígenas, quer muito pouco.

Portanto, se este compromisso foi anunciado ontem, ele precisa, de fato, ser materializado. É importante colocar este posicionamento.

Alguns posicionamentos sobre o que foi colocado aqui precisam ser esclarecidos, inclusive a fala do representante do INCRA, de que o INCRA já tem *expertise* de demarcar as terras quilombolas. O INCRA não demarca terra quilombola: o INCRA titula terra quilombola. O procedimento de demarcação das terras indígenas é um ato meramente declaratório: não é um ato constitutivo. Como foi dito aqui, nossos povos são originários e assim devem ser tratados. (*Palmas.*) O Governo brasileiro já anunciou, já materializou uma posição de não querer controle social, de não querer gestão participativa, de não querer diálogo com a população brasileira, extinguindo, acabando com diversos conselhos, como o Conselho Nacional de Política Indigenista. Ele materializa isso e não quer dialogar com os nossos povos.

Reitero o posicionamento da nossa companheira Sonia Guajajara. Mais do que paixão, mais do que o amor que é colocado no discurso, que tenhamos o respeito e que não tenhamos violação aos nossos direitos. É isto o que nós povos indígenas trazemos para cá, para a Câmara dos Deputados: o recado, a mensagem para o Governo brasileiro de que nós não toleraremos, de maneira alguma, a violação; que nós não toleraremos o ataque, porque o ataque tem o contra-ataque, tem a resistência, e os povos indígenas do Brasil sabem muito bem fazer isso.

Foi colocada uma posição de que as terras indígenas devem se abrir para o agronegócio, para a mineração. Mas a nossa Constituição brasileira assegura a



indisponibilidade dessas terras, assegura o usufruto exclusivo dos nossos povos. Então, se há uma intenção, há uma intenção de mudar a Constituição também. E nós vamos defender a Constituição até a última gota de sangue, se assim possível for. Esse é o recado que o Acampamento Terra Livre 2019 traz para o Congresso Nacional, para o Governo brasileiro.

A comunidade internacional está acompanhando: nós não vamos tolerar violação dos direitos dos povos indígenas brasileiros. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Muito bem, parente.

O próximo inscrito é o Deputado Túlio Gadêlha, a quem convido para se pronunciar.

V.Exa. vai usar o tempo de Líder?

**O SR. TÚLIO GADÊLHA** (Bloco/PDT - PE) - Sra. Presidente, vou ser bem breve e pretendo não ser repetitivo. O que eu gostaria de trazer aos parentes, aos senhores é que precisamos fazer uma reflexão para saber, de fato, a quem serve esse Governo.

Saí agora, Deputada Luiza Erundina, de uma audiência pública que debatia o trabalho escravo, o trabalho análogo à escravidão. Nessa audiência com o Ministério Público, com representantes, com os auditores fiscais do trabalho, vimos que está acontecendo um desmonte do Estado através dessa Medida Provisória nº 870, de 2019, um desmonte das estruturas de fiscalização.

O mais grave é que a mistura de interesses que são conflituosos tem prejudicado diretamente a população marginalizada do nosso País. Colocaram a Secretaria Especial que debate e fiscaliza o trabalho escravo, para vocês terem ideia, no Ministério da Economia, que deveria cuidar da saúde financeira do País, que deveria trabalhar em prol do empresariado. Como vamos fiscalizar o trabalho escravo dentro de uma estrutura que não a compreende? Da mesma forma tem acontecido com a FUNAI, colocando demarcação de terra dentro do Ministério da Agricultura, colocando a FUNAI dentro do Ministério da Família, Mulher e Direitos Humanos.

Deputada Joenia, ficamos muito felizes com a sua participação, com a sua liderança aqui nesta Casa.

O que eu acho importante deixar para os povos indígenas é que este Governo defende hoje o que a maior parte da população não acredita como certo. Este Congresso tem majoritariamente Parlamentares que defendem o que a maior parte da população não acredita ser o caminho certo. Acontece que existem várias estruturas que viciam o nosso



sistema político, e nós terminamos elegendo aqui representantes que não representam de fato a população.

Por isso, somos poucos, comparados aos tantos que existem aqui. Por isso também fomos dezenas, quando deveríamos ter sido centenas ontem, no Acampamento Terra Livre.

Esta dívida nós temos com os povos indígenas, quilombolas, com os povos sem-terra. Nós precisamos discutir, Deputada Joenia, com profundidade o tema e tentar aproximar forças para defender esta causa aqui dentro. Mas as estruturas são viciadas, e os Parlamentares que estão aqui defendem outros interesses.

Eu queria deixar aqui o nosso voto de resistência ao lado dos povos indígenas, principalmente o do nosso Estado. Assim que foi eleito este Governo, escolas indígenas foram queimadas, postos de saúde foram completamente destruídos. Este Governo foi eleito dentro de um discurso de ódio, mas não foi eleito dentro de um discurso contrário aos direitos dos povos indígenas. A população brasileira não defende o que este Governo está fazendo. Por isso, tenho a convicção de que nós hoje estamos do lado certo da história.

Aqui estou com o Cacique Truca, o Cacique Fulniô, de Pernambuco, Pankararú, Xukurú, com os quais encontramos ontem aqui e que estão hoje nesta Casa. Contem com o mandato de poucos aqui, mas contem com os muitos brasileiros que estão lá fora apoiando a causa indígena e, acima de tudo, os direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputado Túlio, por essas considerações e pela presença ontem. Foi fundamental a presença da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. É importante mantermos a união, a aliança dos povos aqui dentro do Parlamento.

Eu gostaria de convidar para usar da palavra a próxima oradora, a Marizete Macuxi. Ela se encontra aqui no plenário?

**A SRA. MARIZETE MACUXI** - Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a todos, em nome da nossa Deputada Joenia Wapichana, todas as autoridades e os parentes que estão aqui presentes.

Neste momento, eu gostaria também de registrar a nossa presença aqui, dos povos indígenas do Estado de Roraima, da Terra Indígena Raposo Serra do Sol, dizendo aos



parentes e às autoridades que se fazem presentes que repudiamos o grupo de indígenas que veio representar os povos indígenas do Brasil e que teve encontro com o Presidente Bolsonaro. Eles vêm dizendo que o Presidente não quer trabalhar com intermediário. Mas quem intermediou essa vinda deles aqui?

Foi muito explícito, quando a gente viu no vídeo eles mesmos induzindo os parentes a falarem algo do interesse do Governo.

Então, eu quero aqui, em nome das comunidades indígenas do Estado de Roraima, repudiar esta minoria que veio falar em nome dos povos indígenas porque nós não compactuamos com o que eles falaram, com isso que o Governo tem interesse.

Eu quero pedir respeito às autoridades para com os povos indígenas, porque hoje nós temos avanços e conquistas por meio do movimento indígena. Nós tivemos essas conquistas por meio de pressão. Só assim nós garantimos nossos direitos. Então, eu quero pedir respeito, compreensão e garantia dos nossos direitos.

Por isso, venho aqui repudiar esse pequeno grupo que diz que representa o povo indígena. Minoria não representa o movimento indígena. *(Palmas.)*

Esse movimento aqui, sim, representa os povos indígenas.

Digo também que nós povos indígenas somos contra a mineração em terras indígenas, somos contra a medida provisória, somos contra a municipalização da saúde indígena, somos contra também o marco temporal.

Por tudo o que já foi falado pelas nossas representantes, a Sonia, quero dizer que queremos a volta da FUNAI para o Ministério da Justiça. Queremos também respeito ao direito de consulta aos povos indígenas.

Então, quero dizer também para vocês que nós estamos aqui para somar força com o movimento indígena. O nosso movimento indígena hoje no Estado de Roraima é o Acampamento Terra Livre. Nenhum direito a menos! Agora vai ou racha! Se eles querem nos ajudar, vamos lá fazer essa parceria, para que os nossos direitos sejam garantidos e respeitados de verdade.

Também quero aqui aproveitar a oportunidade de entregar à Presidente, a nossa Deputada Federal Joenia Wapichana, a Carta da 48ª Assembleia dos Povos Indígenas do Estado de Roraima, com o tema *União, vigilância e resistência na defesa dos direitos dos povos indígenas*.



Então, eu gostaria de agradecer pela oportunidade e desejar à nossa Deputada bom trabalho e sucesso. Nós temos uma mulher guerreira que nos representa hoje. Tenho admiração e orgulho por esta guerreira, porque ela sim vai nos representar, com certeza, e nós precisamos apoiá-la.

Quero dizer aos nossos parentes também que, assim como nós temos uma roraimense hoje aqui, eu também quero que outros Estados tenham essa representação aqui. Aí sim nós teremos essa força de lutar pelos nossos direitos.

Meu muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Marizete.

Marizete, nós sempre temos essa preocupação. Roraima tem feito o possível para defender os direitos dos povos indígenas. Como algumas lideranças colocaram, Raposa Serra do Sol está presente hoje aqui.

A união dos povos de Roraima e de todo o Brasil faz com que tenhamos mais espaço. Essa conquista não é somente de Roraima, mas também de todos os povos do Brasil. Justamente para nos somar com todos os povos, nós estamos começando pela Câmara. Hoje nós temos acesso, podemos propor, utilizar este espaço. Sempre vamos estar à disposição para ajudar todos os povos desde Roraima — viu, parente?

Eu quero chamar agora o próximo Deputado. Estamos chamando um Deputado e uma liderança.

Com a palavra o Deputado José Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Sra. Presidente, primeiro quero parabenizá-la por propor esta audiência e podermos discutir esse tema que é tão importante.

Eu tenho acompanhado, desde quando eu estava no Senado, a discussão sobre os povos indígenas, e eu queria fazer um paralelo aqui dos indígenas com os nordestinos.

Nasci em Caicó, no Rio Grande do Norte, em uma família paupérrima. Minha avó teve 23 filhos, dos quais boa parte morreu por desnutrição infantil. Dos 6 filhos que minha mãe teve, 2 morreram por desnutrição infantil. Eu não estou dizendo isso aqui para me passar por coitado, não, porque eu não sou coitado. Graças a Deus, tive oportunidade na vida. Mas o que ocorre? Desde o tempo dos meus bisavós, os nordestinos tinham quase 100% dos políticos desta Casa e da Casa vizinha a seu favor. Políticas e mais políticas



foram criadas, inclusive, órgãos para cuidar dos nordestinos. Como gostam dos nordestinos! Mas a mortalidade infantil avançava, e minha família foi vítima disso.

Por que eu estou fazendo esse paralelo? Porque eu não vejo muita diferença em relação à questão indígena. Eu chego às aldeias em Santa Terezinha, Luciara, nos xavantes, lá em Campinápolis, lá em Brasnorte e, na grande maioria das aldeias, eu vejo fome, miséria, falta de perspectiva, suicídio. Há pouco tempo, conversando com o cacique da Reserva Umutina, ele me disse que o índice de suicídio era muito grande. Ele me mostrou vários indígenas com depressão.

Mas os discursos aqui são os mais lindos. Como têm órgãos neste País que lutam pelos índios! Como têm ONGs que lutam pelos índios! Como vem dinheiro para os índios, assim como vai dinheiro para o Nordeste para salvar os nordestinos da fome, da seca! Não são milhões, não, mas na casa de bilhões.

Há duas categorias mais importantes para muito malandro ganhar dinheiro: nordestino e índio. É perfeito!

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vamos respeitar nossas lideranças indígenas que estão aqui presentes e que solicitaram esta audiência. Eu digo isso só para os ânimos não começarem a se acirrar aqui.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Muito obrigado, Sra. Presidente. É a segunda vez que eu sou censurado nesta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Não, eu só estou pedindo respeito com as palavras, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Eu xinguei quem aqui? Eu desacatei quem? Eu falei que tem malandro ganhando dinheiro em cima dos índios. Eu falei que tem malandro ganhando dinheiro em cima dos nordestinos. *(Manifestação no plenário: Fala o nome! Fala o nome!)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Gente, vamos deixar o Deputado terminar.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Posso terminar?

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Sim, eu dou o nome. Eu dou...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Calma. Eu posso falar?



No caso dos nordestinos, a máfia da água, dos tanques para levar água, que vende uma lata d'água a preço de ouro. Essas são as máfias — e tem "n" máfias. A Polícia Federal já prendeu alguns.

No caso dos índios — e já conversei com o Presidente anterior da FUNAI, que me disse isso —, boa parte desses milhões que vêm do BNDES duvido que chega à tribo. Se chegasse, lá em Campinápolis e em Santa Teresinha não tinha fome. Mas aonde eu quero chegar com isso?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Gente, vamos fazer um debate aqui. Eu penso que nós podemos fazer isso aqui...

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Sr. Deputado, termine a sua exposição, porque temos que passar a palavra ao próximo orador.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Vamos conversar a respeito. Calma! Deixem-me concluir o raciocínio. De repente, vocês podem até sugerir algo e me convencer do contrário. Eu estou falando sobre o que vejo, sobre o que estou vendo no meu Estado. O que estou vendo é que tem fome. Os xavantes estão com falta de água e de tudo o mais. A questão da saúde, por exemplo. Eu digo aqui: vocês sabem quanto vem para a saúde de vocês? São bilhões. São bilhões, gente... *(Manifestação no plenário: É pouco! É pouco!)*

Pouco é o que chega a vocês. É pouco o que chega a vocês.

Eu trabalhava na Polícia Rodoviária Federal — trabalhei durante 23 anos — e só via os índios passearem em cima de caminhonetes F-4000. E eu comecei a me perguntar: *"Escuta, não tem dinheiro para levar os indígenas da tribo até o posto de saúde ou para comprarem um ônibus?"*

*(Intervenções fora do microfone.) (Manifestação no plenário: Respeita! Respeita!)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Eu não estou desrespeitando as lideranças, estou falando do que o País faz...

Então, vinha o dinheiro para as lideranças, para as Prefeituras, e esse dinheiro não chegava na tribo. E eu falo...

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - O nobre... o nobre... Eu falo, falo... Deixem-me explicar.





Neste momento, eu queria que a Deputada Joenia Wapichana nos ajudasse, assim como a Deputada Talíria e o povo indígena também, porque, no Município de Santo Antônio de Leverger, há 6 anos temos depositados lá, para os indígenas, 6 milhões. Gente, 6 milhões dariam para ajudar os povos ali da região toda de Tangará da Serra. Mas os recursos não chegam lá. Estão parados. Eu já fui ao Ministério Público Federal; só faltou ir a ONU.

Então, o raciocínio aqui não é fazer nada contra ninguém, não é desrespeitar liderança, mas dizer que os recursos não estão chegando.

Mas, para encerrar, Presidente, deixe-me falar mais uma coisa: esse modelo tem-se mostrado não ser bom aos indígenas, senão eles não estariam precisando pedir dinheiro para chegar aqui ou até para voltar, ou não seriam queimados aqui, como ocorreu com o índio Galdino. Precisamos mudar essa relação.

Está bom, gostamos tanto dos índios, não é? A terra é dos índios, mas eu vou falar uma coisa aqui: os índios estão em cima de jazidas das quais não podem retirar um diamante; eles têm madeira, mas não podem fazer o manejo; eles têm terra, mas não podem fazer uma agricultura... *(Apupos.)*

Agora, eu vou encerrar mesmo. Aí o que acontece? Em Mato Grosso surgiu um projeto...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Em Mato Grosso surgiu um projeto muito importante. Eu até sugiro às lideranças que o visitem. Não se preocupem comigo, por não gostarem de mim. Eu queria solicitar que fizessem essa visita porque, na aldeia dos parecis, eles têm em torno de 1 milhão de hectares. Eles conversaram com o Ministério Público, com o Judiciário, com a FUNAI. O Juan conhece esse projeto, é um projeto maravilhoso. A partir deste momento, eles começaram a plantar, com a autorização desses órgãos, soja, milho, feijão, enfim, eles têm direito de plantar o que quiserem. Se nós dizemos que a terra é do índio, por que eles não têm direito a fazer?

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Conclua, Deputado, por favor.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Não me corte a fala, nós estamos num debate. Pelo amor de Deus! Este assunto é importante.



**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Não, V.Exa. já está ultrapassando o tempo.

Vamos concluir, porque há lideranças inscritas, há outros Parlamentares inscritos, por favor.

Para concluir, V.Exa. terá 1 minuto somente.

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ) - Tem para falar aqui um monte de liderança que entende mais do que V.Exa.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Deixem o Deputado concluir, depois, vamos rebater isso.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Sim, sim, deixe eu lhe falar, é bom, às vezes, para esclarecer esse tipo de discurso, pegaremos esses pontos, que são muito importantes.

Eu lhe dou 1 minuto apenas, Deputado, para que V.Exa. conclua.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Eu entendo que o que eu falo dói, porque são verdades.

Então, vamos lá.

Os indígenas de lá... *(Apupos.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vamos, concluir. Vamos fazer o seguinte: V.Exa. tem 40 segundos.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Não, não. Eu quero a recomposição do tempo. Eu não pude falar.

Então, só explicando, a FUNAI e o Ministério Público, respondendo ao que foi falado, já tiraram qualquer agricultor lá de perto, aquilo lá é para a subsistência deles e para eles terem uma vida digna.

No entanto, eu não sei porque há uma sanha tão voraz contra aqueles indígenas. O IBAMA foi lá e os multou em 130 milhões. Isso é importante dizer, nós temos que discutir. Por que multar uma tribo em 130 milhões? Acabei de vir...

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Já passou o seu tempo, Deputado.



**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Acabei de vir do IBAMA, Deputada, e tive uma notícia melhor, uma notícia até boa, junto com os caciques.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Deputado, já passou o tempo.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Eu respeitei o tempo, concedi o tempo, nós ouvimos o seu posicionamento, eu já concedi 1 minuto, que era para V.Exa. concluir. Agora vamos ter que repassar a palavra, senão não vamos terminar esta audiência tão cedo.

Eu queria só falar para as nossas lideranças que, às vezes, é importante ouvir o que as pessoas que não entendem de legislação indigenista na Constituição dizem — às vezes, eles colocam as suas interpretações e os seus interesses pessoais —, justamente para sabermos o que estão pensando. Um discurso que tem sido muito colocado no meio é a questão de considerar arrendamento, para ter um desenvolvimento econômico dentro da terra indígena, e de fazer com que uma iniciativa de alguma comunidade seja padronizada, isso é um tipo de discurso que podemos colocar.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Eu já cortei o tempo dele, eu já cortei!

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Está certo.

As lideranças vão falar, sim. As próximas lideranças que estão inscritas vão ter a oportunidade de falar. Por isso, eu queria que o Deputado concluísse o posicionamento dele, porque temos a chance de rebater o entendimento que ele propôs. E o que ele fala nós sabemos que não é o certo. Nós sabemos que não é o certo, mas às vezes é bom ele colocar, porque as lideranças têm oportunidade de ouvir da própria pessoa e de rebater.

Então, espero que as próximas lideranças que estão inscritas... Eu vou até inverter, eu iria chamar a Tuíra, mas, como ele citou os xavantes, eu vou chamar o Crisanto Xavante para se pronunciar e, depois, a Tuíra Kayapó.

**O SR. CRISANTO XAVANTE** - Boa tarde à Mesa, boa tarde à nossa Deputada Dra. Joenia, aos demais da composição desta Comissão e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente.



Em vez de eu me dirigir ao Deputado do meu Estado, o Medeiros, eu vou tomar a minha fala para me dirigir à Deputada Luiza Erundina.

Deputada, a senhora, em nome do povo brasileiro que não conhece a essência e a forma de nós sermos povos indígenas, está perdoada, junto com o Deputado Medeiros, que está perdoado.

Nós vivemos num país democrático. Acabamos de mostrar desde que chegamos que nós não viemos para fazer baderna. Nós não temos nada a ver com o Governo Bolsonaro. (*Palmas.*)

E nós não temos partido. O nosso partido é o nosso movimento indígena. Que a nossa forma de ser seja enxergada por este Governo, por esta sociedade que só pensa em lucro, com ganância de lucro, e parece uma formiga: só quer pelar nossas terras. Não vê o valor humano, não vê o valor do meio ambiente; só vê o valor de lucro.

Então, eu queria começar a minha fala assim. Eu estava me programando aqui e vou tentar, Deputada, ser bem sucinto.

O meu recado para o Presidente do INCRA: devolva as licitações e a demarcação para a FUNAI, por favor, porque ela está habilitada e tem todos os técnicos! Os licenciamentos estão todos... Seja lá qual for a forma de licenciamento, se é ambiental ou de outros empreendimentos, a FUNAI está apta, é a única especialista, é um órgão indigenista e é do Governo. Eu não sei por que o Bolsonaro, o Governo Bolsonaro tem medo da FUNAI, em vez de fortalecê-la.

Sobre a questão da SESAI, ela é nossa conquista constitucional, está no embrião do SUS.

Isto é recado para o nosso Ministro da Saúde: se o SUS não melhora, como é que um filhote, uma coisa que está no embrião, o subsistema vai melhorar? Se ele não consegue arrumar o SUS, como é que ele vai consertar um subsistema que está no embrião? Ele tem que corrigir a casa primeiro.

O que eu peço para você, Deputado Medeiros, nosso Deputado, é que nos ajude como parte da liderança deste Governo, nos ajude a aperfeiçoar cada vez mais os órgãos indigenistas que têm esse papel, a FUNAI, que é social, e a SESAI, que é saúde. Por favor, nos ajude! Estou falando porque o senhor está indo para algumas aldeias, e o senhor deve entender isso.



Nós somos um povo ágrafo, há pouco tempo escrevemos. A palavra dos nossos anciões, Deputado Medeiros, é o que vale, e não o que está escrito. Nós não escrevemos carta magna, nós não aceitamos... Nós não fomos signatários das leis internacionais, como a que tratou dos direitos dos povos indígenas. Nós não inserimos, nós não estávamos aqui nesta Casa na época da lei para aceitar a Convenção 169 da OIT. Então, eu gostaria que o Governo brasileiro respeitasse e fizesse valer de fato a Convenção 169 da OIT, desde o seu art. 5º até o 8º. Se ele cumprir isso, estamos juntos.

Outra coisa: nós não somos empecilhos ao desenvolvimento nacional. Nós só queremos que esse desenvolvimento seja menos impactante ao meio ambiente e ao meio social, que nós povos indígenas sempre prezamos.

É específico aos xavantes o que eu quero responder aqui. Tudo bem, às vezes, talvez seja por falta de conhecimento, por falta de conhecer a cultura, por falta de valorizar, mas nós sabemos que o capitalismo varre quando uma sociedade está parada. Só que o nosso entendimento não é esse. O nosso entendimento é o dos valores humanos, família, vida, e essa vida não está resumida só na pessoa humana, mas também no meio ambiente e nos animais. Eles fazem parte da gente, porque o outro lado não tem esses valores.

Quanto aos xavantes, o Estado brasileiro errou quando fez um projeto xavante. Por termos pouco tempo de contato, acabou quebrando todo o ciclo da vida da gente, onde estão os rituais, a alimentação. É essa que está posta, e não é o Governo do PT, do PSDB, não são esses Governos que fazem dos povos indígenas, uma delas citada aqui... O meu povo xavante está sofrendo, está sofrendo essa falta de conhecimento, com esses projetos que são feitos lá de cima dos gabinetes das autoridades para nós, empurrados goela abaixo.

Então, essa é a real situação que o senhor viu lá na questão xavante: quebrou todo o equilíbrio alimentar. Estão com diabetes, têm amputados os membros, não conseguem fazer mais a sua roça. Os xavantes não estão morrendo, Deputados, por falta de comida. O xavante desaprendeu a sua dieta alimentar, que está sobrando nas nossas terras.

Outra coisa importante que o senhor citou: os parecis.

Eu queria aqui me desculpar desde já com a nossa Deputada, porque realmente nós temos que ouvir ambas as partes, aproveitar essas boas intenções e o modo de ver as coisas.



Deputado, o senhor não está errado. Nós temos que amadurecer. Se o Governo Bolsonaro quer conversar através de seus representantes, que ele não converse com pessoa física. As nossas instituições estão consolidadas. O Estado de Mato Grosso já tem a Federação dos Povos e Organizações Indígenas conversando com o Executivo do Estado. Temos iniciativas de parceria muito boas. Isso precisa vir para cá também.

No caso dos parecis, eles realmente não querem mais atravessadores. Eles têm que ser os próprios protagonistas da sua agricultura mecanizada. E temos que ter ciência e amadurecimento dos nossos povos indígenas, respeitando-se a cronologia de contato. Para isso, o Governo precisa conversar conosco, e não fazer os projetos da cabeça dele. É isso que peço ao Sr. Deputado.

Estamos no Estado de Mato Grosso prontos para conversar. Divergência é necessário. Buscamos consenso, porque fazemos parte da República Federativa do Brasil. Nós somos povos originários. O que eu peço para nós não é favor, não. É direito. Nós não somos coitados. Estamos aqui para dialogar de igual para igual. Leve isso para o lado de que queremos diálogo. Não queremos briga, e acabamos de mostrar isso no nosso acampamento.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Muito bem.

Vou chamar a próxima oradora: Tuíra Kayapó.

Ela está aí?

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.) (Palmas.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Ela fez um ritual da mulher caiapó cantando.

Deputado, ela se dirige a você dizendo: *"Deputado, eu ouvi você falando da questão de recursos, mas são vocês mesmos, os brancos, que gastam esse recurso que não chega à ponta. Então, não é o povo caiapó, não é o povo indígena"*.

Ela fala sobre isso e vai falar mais.

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Não é do povo indígena a cultura da extração de minério, e sim de vocês, povo branco. Então, a questão do minério é uma ideia de vocês, e não do povo indígena. *(Palmas.)*

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*



**A SRA. INTÉRPRETE** - Ela fala do fortalecimento da FUNAI, diz que é preciso fortalecer a FUNAI. "Não" à desconstrução da FUNAI e "sim" ao avanço e ao fortalecimento dela!

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Deputado, que você passe este recado para o seu pessoal, para o Governo, para o Presidente: não venham destruir, dizimar e dividir o povo indígena!

Ela quer também o fortalecimento da SESAI, da saúde indígena, que não façam a municipalização, assim como quer também o fortalecimento da educação. Ela quer que continue a existir a educação diferenciada indígena.

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Que nesta Casa e nas outras casas em que se discute a questão indígena não se fale em mineração no meio ambiente que envolve a população indígena! É preciso fazer a desconstrução de muitas ameaças que vêm ocorrendo contra o povo indígena. Que você passe este recado: esta Casa foi criada para podermos fazer reivindicações e para vocês construírem o bem da população indígena, e não para a desconstruírem.

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Deputado, que você respeite o povo indígena, que você respeite o meio ambiente, que vocês respeitem a terra indígena como um todo!

Ela lembra também os quilombolas, os ribeirinhos, os negros. Há muito descaso contra eles também. Então ela aqui reforça não só a luta do povo indígena, mas também a luta das demais minorias. E ela pede a você, Deputado, que tenha respeito com o povo todo. Ela está aqui para falar juntamente com os demais, juntamente com outras lideranças. Ela, como uma mulher caiapó, está aqui para falar por outras comunidades também.

**A SRA. TUÍRA KAYAPÓ** - *(Manifestação em língua indígena.)*

**A SRA. INTÉRPRETE** - Ela reforça a necessidade de fortalecimento da SESAI e de não municipalização. Ela cita a questão da FUNAI também, do fortalecimento da FUNAI, da devolução da FUNAI à Pasta. Ela diz isso para você repassar isso para os seus representantes, que ficam fazendo essa desconstrução contra o povo indígena. Ela





encerra dizendo para você passar esse recado para o seu Presidente e para as demais pessoas que são contra a população indígena. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Tuíra, pelas respostas.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Presidente, eu vou precisar sair.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Vou dar continuidade, porque essa foi só uma resposta. Eu vou passar a palavra para o próximo inscrito.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Eu só queria pedir desculpas por causa do meu desconhecimento. Eu acabei dizendo "tribo", e sei que o correto é dizer "povo", "aldeia". Registro este pedido de desculpas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Está certo. Está bem.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (PODE - MT) - Agradeço a oportunidade e informo que tenho que ir para outra Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Eu espero que V.Exa. reflita sobre as colocações.

Gente, eu vou chamar a Deputada Talíria Petrone, que é a próxima expositora, mas antes quero reforçar o que a Tuíra disse: os povos indígenas merecem respeito, nós temos legislações, e as pessoas ainda têm muito a aprender.

**A SRA. TALÍRIA PETRONE** (PSOL - RJ) - Antes de o Deputado ir embora, eu queria só lembrá-lo de que quem aceita 40 milhões de reais para votar pelo fim da Previdência são os Deputados do Governo dele. *(Palmas.)*

Eu vou me levantar para que ele me escute.

Quem quer perdoar 17 bilhões de reais de dívida de ruralistas que avançam sobre terra indígenas é o Governo de que ele faz parte.

Branco, os brancos que há muito tempo usurparam, roubaram a terra desses povos, aqui ocupam este lugar, que deveria ser do povo.

Acalmando-me, eu queria... *(Palmas.)*

Isso me emociona porque estamos falando de viver ou morrer, de vida, de territorialidade, de ancestralidade, de memória, de uma relação com a terra que esse tipo de homem branco, expressão da colonização, nunca vai entender.



Eu queria agradecer esta oportunidade. Em tão poucas vezes vi esta Casa como deveria ser, com a maioria do povo, e não com a minoria. A maioria do povo é o povo negro, o povo indígena e todos aqueles que são donos deste território.

Acho que esta Casa é a expressão maior do que é a permanência da colonização. Se o Presidente — na verdade, "despresidente" — Jair Bolsonaro disse que não vai demarcar terra alguma, gostaria de dizer que demarcação de terra não é opinião nem atribuição dele. A demarcação de terras consiste na devolução do direito àqueles e àquelas que tiveram suas terras roubadas e usurpadas pelos brancos colonizadores. *(Palmas.)*

Acho, Deputada Joenia, que colocar a demarcação de terras nas mãos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA significa exatamente a maior expressão da permanência do caráter de uma colonialidade que mata, que é a expressão deste Governo.

Lá atrás, mataram, quando tentaram provocar o genocídio contra os povos indígenas. Mataram lá atrás, quando sequestraram milhões de pessoas do continente africano para virem para cá trabalhar como mão de obra escravizada. E seguem matando, nas favelas e nas periferias, jovens negros; seguem matando, quando negam a demarcação das terras indígenas, quando negam saúde aos povos indígenas; seguem matando, quando esvaziam a FUNAI, tirando-lhe uma de suas maiores atribuições.

Eu vim aqui mais para escutar, mas gostaria de dizer que aqueles que defendem este Governo precisam parar de mentir e dizer de que lado estão: estão do lado dos ruralistas, do agronegócio, dos mineradores, e não do lado da maioria do povo.

Se, há 519 anos, há dor pela tentativa de usurparem terras, territórios, memórias e ancestralidade, há mais de 519 anos há também resistência. Por isso, não à toa a primeira grande manifestação contra este desgoverno está sendo protagonizada pelos povos indígenas, verdadeiros donos do território brasileiro. *(Palmas.)*

Demarcação já!

Chega de um Governo que quer atacar nossa memória, nossa ancestralidade, fruto daqueles que são os verdadeiros donos destas terras!

Minha gratidão por tudo o que aprendi nesta audiência nestas horas! *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputada Talíria.



Como duas lideranças indígenas já falaram, duas Deputadas falarão agora.

Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

**A SRA. SÂMIA BOMFIM** (PSOL - SP) - Primeiro, quero cumprimentar a Deputada Joenia, uma grande conquista dos povos indígenas e de todo o povo brasileiro. É o primeiro mandato de uma indígena na Câmara dos Deputados, Casa que, infelizmente, é historicamente ocupada por ruralistas, escravocratas, descendentes das capitanias hereditárias e todos aqueles que consolidaram no nosso País a dinâmica do genocídio, da exploração e da destruição dos recursos naturais. É muito bonito ver este plenário, geralmente ocupado por essas pessoas, ser de fato ocupado pelo povo e pelos verdadeiros donos das terras brasileiras.

Nós estamos vivendo, companheiras e companheiros, um momento muito difícil da história do nosso País. Eu sei que falar isso para todos vocês pode até parecer engraçado, afinal de contas nunca foi fácil para os povos indígenas a história de colonização e escravidão consolidada há tantas décadas, há tantos séculos.

No entanto, todos aqueles que assassinam diretamente os povos indígenas, as negras e negros, os trabalhadores e trabalhadoras, e todos aqueles que exploraram a população brasileira, hoje, mais do que nunca, estão fortalecidos e estão no Governo, estão no Executivo. Eles utilizam todo o seu poder para estrangular cada vez mais os direitos conquistados pela população e por vocês.

Não é à toa que querem fazer com que os ruralistas determinem as terras que podem ou não ser demarcadas, como se eles tivessem algum direito. Novamente, isso representa um ato de violência e só pode vir de um Governo completamente avesso à democracia e ao diálogo.

Não é à toa que o Deputado fugiu, saiu correndo, no momento em que as lideranças indígenas começaram a falar. Ele está muito acostumado a fazer o que quer, a demonstrar poder, a utilizar a força, até para utilizar do seu poder. Porém, quando tem contato direto com o povo, com aqueles que vêm lutar pelos seus direitos, sai correndo. Esta é a covardia daqueles que destroem, todos os dias, o direito de todos vocês.

Quero dizer que é muito preocupante este processo que está ocorrendo no STF, já que pode reverter a demarcação das terras indígenas em Santa Catarina — os companheiros estavam me contando — e abrir um precedente a ser utilizado também em



outros territórios brasileiros. Os juízes locais de primeira instância podem considerar: "*Se o STF discutiu e assim decidiu, eu posso fazer também isso aqui na minha localidade*".

Por isso, eu acho que é um compromisso nosso, dos Deputados aqui presentes, que compõem a Frente, como as Deputadas Joenia, Erundina e Talíria, somar esforços e abrir, o máximo possível, o diálogo necessário, para que isso não vá adiante e, assim, não seja consolidado no STF. Do contrário, seria um retrocesso imenso, diante de tantos outros a que estamos assistindo no País.

Devemos exigir imediatamente que o Ministro Mandetta, o Ministro da Saúde, se comprometa com a defesa da saúde dos povos indígenas, para que ela não seja municipalizada.

Quero saudar as companheiras e os companheiros de São Paulo — eu sou Deputada da cidade de São Paulo —, os povos guaranis, os povos de Jaraguá, que ocuparam a Prefeitura da cidade e sofreram muita repressão por parte da polícia local. Aliás, o Prefeito, por muito tempo, se negou a sentar com eles, mas foi obrigado a recebê-los. Ele se comprometeu a atender às reivindicações dos indígenas, porque o posto de saúde de Jaraguá está abandonado há muito tempo.

Vemos também uma política de genocídio, à medida que principalmente crianças indígenas são assassinadas. Quando o Estado se nega a atendê-las adequadamente, está cometendo um assassinato.

Portanto, cabe-nos cobrar publicamente do Prefeito da cidade de São Paulo, Bruno Covas, que cumpra o que disse, que cumpra suas obrigações com o povo indígena de Jaraguá.

Nós estamos vigilantes ao que está acontecendo em torno do Parque de Jaraguá. Há uma disputa judicial. O Governo do Estado quer privatizar o parque. Também há um cara que se diz dono do parque e quer fazer do território um condomínio de luxo, como se fosse preciso mais terra brasileira para os caras que já moram em mansões e condomínios dessa natureza.

Dizem que se trata de uma reintegração de posse. Querem passar por cima da demarcação, um direito dos povos indígenas, para que uma parcela muito pequena da população tenha ainda mais luxo e mais enriquecimento. Estou falando de 1% da população que explora e assassina o povo trabalhador e os povos indígenas no nosso País.



Por isso, contem com nosso apoio e nossa vigilância.

Como eu disse, é muito bonito ver este espaço ser ocupado por aqueles que têm o direito de estar aqui, que deveriam estar aqui. Aliás, estes espaços não deveriam ser ocupados como são. Nós deveríamos aprender cada vez mais, como muito belamente disse a Deputada Talíria, com a cultura, com a tradição e com o respeito aos recursos naturais e ao ser humano.

Espero conseguirmos, um dia, viver em harmonia, respeitando aqueles que chegaram a esta terra muito antes nós, mas que infelizmente convivem há tantos séculos com a lógica da dominação, da exploração e dos assassinatos.

Estamos juntos.

Muito obrigada pela presença de vocês. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Deputada Sâmia.

É sempre importante contar com o apoio e com a presença das nossas Deputadas. Acho que não estou vendo mais outros Deputados, mas as mulheres, com sua presença, estão sempre resistindo.

Tem a palavra a Sra. Alessandra Mundurucú, nossa guerreira.

**A SRA. ALESSANDRA MUNDURUCÚ** - Boa tarde a todos.

Sou do povo mundurucú, do Médio Tapajós, Itaituba. Atualmente estou estudando.

É impressionante quando alguns dizem que gostam de índio, mas, na realidade, fogem dos índios. Cadê aqueles que dizem que amam os índios, mas não estão presentes dentro desta Casa? O índio está esperando por eles. Eles simplesmente fogem dos índios. Deveriam ser capazes de enfrentar o índio, porque nós estamos aqui. Quando é para invadir nossas terras, eles têm a coragem de assinar decretos e portarias, mas não têm a coragem de olhar na nossa cara.

Os Parlamentares também têm que ouvir os indígenas. Nós estamos aqui, de forma pacífica. Mas, quando vão mexer nas nossas terras, na nossa educação, na nossa saúde, em todos os nossos direitos, conquistados com muita luta, nós estamos na frente para lutar e para defender, colocando nosso corpo na frente, enfrentando. Tudo o que vier a gente enfrenta. A gente não tem medo de enfrentar o *pariwat*. A gente não tem medo de enfrentar os Deputados que têm medo da gente, não! A gente quer mostrar a eles se realmente são capazes de enfrentar a gente.



E a Ministra Damares, o Presidente da FUNAI, o Presidente do INCRA? Estão querendo colocar qualquer pessoa, seja homem, seja mulher, para acabar com os povos indígenas. Vão lá! Vão lá! Eles estão ali no acampamento, estão na Casa de vocês. Dizem que é nossa Casa. Na realidade, não é. Recebem a gente com a Força Nacional.

Porém, a gente não tem medo da Força Nacional. A gente já enfrentou tanta coisa! Nós estamos aqui há mais de 519 anos. Mesmo assim, a gente ainda tem o sangue indígena, a gente ainda tem o corpo indígena, a gente ainda tem a alma e o coração indígena. Estamos na luta para defender nosso território.

Nós vamos defender a nossa Amazônia, mesmo que eles queiram explorar toda ela. E o Cerrado, parentes! Litem pelo Cerrado, porque ele também é vida. A Amazônia também é vida. Água é vida. Tudo o que é da natureza é vida. Nós somos vida! Os pássaros, as onças, o catitu, o tatu, todos são vida!

Não pensem somente no lucro, no ferro, no ouro. Pensem na vida que existe.  
(Palmas.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Alessandra, sempre forte.

Eu acompanhei um pronunciamento da Alessandra ontem, numa reunião com o Presidente Rodrigo Maia, em que ela foi bastante contundente. Ela "balançou", digamos, sensibilizou quem estava presente e defendeu de forma bem clara, com dados sobre os povos indígenas, sua posição contra a MP 870.

É importante ocupar estes espaços, como é importante estar presente nas audiências. É preciso solicitar a realização de audiências. Nós estamos aqui justamente para atender a estas demandas, não somente no mês de abril, mas em todos os momentos em que sentirem que é necessário se apresentarem aos nossos Parlamentares, ao Congresso Nacional, ocupando estes espaços.

Parabéns, Alessandra, por fazer este trabalho, desde o Tapajós! Eu assisti ao seu pronunciamento, aqui mesmo na Comissão de Meio Ambiente, quando estava colocada a situação do Rio Tapajós, e ontem, quando falou contra a MP 870.

É justamente isto que esperamos: os povos indígenas sempre presentes nestes espaços.

Tem a palavra a Sra. Angela Catiniana.



**A SRA. ANGELA CATINIANA** - É uma pena que esses Deputados tenham a coragem de dizer o que querem, mas não tenham a coragem de ficar para escutar o que temos a ensinar a eles em relação às nossas vidas. *(Palmas.)*

Eu quero dizer, com todo o respeito ao nosso líder xavante, que não vamos mais uma vez perdoar este tipo de ataque aos nossos direitos. Não vamos perdoar, mais uma vez, a dizimação dos povos. Não perdoamos este tipo de discurso que criminaliza e desrespeita os povos indígenas. Que fique gravado, para ele assistir depois, pois o perdão da nossa parte, da parte dos povos indígenas, ele não terá.

Chega de tanto perdão, perdão que demos durante 519 anos! Já perdoamos tantas perdas dos nossos povos! Já perdoamos tantos roubos que já fizeram dos nossos territórios! Temos perdoado toda vez que nossas lideranças são assassinadas. Desta vez, a partir deste momento da nossa luta de reafirmação dos nossos direitos, não vamos mais perdoar nenhum tipo de ataque, nenhum tipo de discriminação, nenhum tipo de preconceito contra os povos indígenas.

Quero aqui reafirmar: quando ele compara os povos indígenas aos nordestinos, reafirmo que nós somos povos indígenas e nordestinos também. Nós somos povos indígenas e nortistas também. *(Palmas.)*

Nós somos povos indígenas e sulistas também! Estamos em todo o território deste País.

Eu gostaria de falar para o Presidente do INCRA que a demarcação das terras indígenas não é uma questão de reforma, não é uma questão de colonização. É uma questão de reparação da violação dos nossos direitos. É uma questão de reparação dos roubos que o Estado brasileiro fez com nossos territórios. Representa minimamente a devolução de tudo aquilo que eles roubaram de nós. Significa minimamente a reparação pelas mortes que houve durante a ditadura militar, a reparação de toda a violência que até hoje continuamos vivendo neste Estado chamado de país democrático, que em nenhum momento é democrático.

Portanto, reafirmo: quando se fala em vender a Amazônia, quero dizer para Bolsonaro que a Amazônia não é o quintal da casa dele. A Amazônia é nossa! A Amazônia é território nosso! Nunca foi do Estado. *(Palmas.)*

Vamos defender a Amazônia até o fim.





Na Amazônia, quando a gente fala da preservação do meio ambiente, os rios e a floresta estão protegidos porque nós estamos lá, lutando a cada dia, perdendo nossas vidas, para que eles continuem protegidos.

Não é justo o Governo vender para outros países aquilo que não lhe pertence. Não são de nenhum membro do Governo nossas florestas, nossos territórios. Espero que o Governo perceba que nós não vamos perdoar esse tipo de ataque aos nossos povos. É isso que quero reafirmar.

Por fim, quero deixar à Ministra Damares este recado: nós não estamos vindo aqui atrás de carinho, de amor, de paixão. Isso nós sabemos fazer muito bem em nossas aldeias. Nós sabemos cuidar das nossas crianças e dos nossos idosos. Nós não estamos atrás disso. *(Palmas.)*

Nós estamos aqui para cobrar nossos direitos. Queremos que o Estado nos restitua o que é nosso por direito.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Tem a palavra a Sra. Glaucia Calunga.

**A SRA. GLAUCIA CALUNGA** - Boa tarde a todos.

Estou muito emocionada com todo o aprendizado que vem de vocês. Realmente eu só tenho a aprender.

Primeiro, peço permissão aos meus ancestrais. Quero saudá-los e agradecer-lhes por estar aqui, por ter vindo parar neste País, por nascer neste País, o País que é de vocês.

Aqui não há ninguém do Governo. Aliás, acho que ainda está aqui uma pessoa. Portanto, quero me dirigir a ela: eu peço mais respeito. Vocês estão em território sagrado. Esta é a terra do índio, e não aceitamos nenhum tipo de retrocesso. Basta de tanta violência! *(Palmas.)*

Eu gostaria de cantar duas partes de uma música que fiz em homenagem ao Brasil, ao meu povo, à minha ancestralidade e a vocês. Eu vou cantar a parte que menciona vocês.

*(É entoada música de autoria da oradora.)*

**A SRA. GLAUCIA CALUNGA** - Desculpem-me, mas eu estou bem emocionada. A mensagem é esta. Tenho gratidão por tudo. *(Palmas.)*



**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Glaucia. Você foi clara, curta e direta. É justamente isto que estamos reivindicando: demarcação já!

Tem a palavra a Sra. Márcia Mura.

**A SRA. MÁRCIA MURA** - Meu nome é Márcia Mura. Quero dizer que é com muita alegria que estou aqui, apesar de toda a violação aos nossos direitos. Nós indígenas, quando nos reunimos, ficamos felizes de estarmos juntos, de confraternizarmos e de lutarmos por nossos direitos.

Eu sou de Porto Velho, território ancestral mura, apesar de todo o apagamento da memória do Estado. Nós estamos lutando para que nosso território seja reconhecido pelo Estado como território ancestral mura.

Eu quero falar em nome de todos os povos indígenas de Rondônia, que, como em todo o Brasil, têm tido seus direitos violados. Nós, do povo uru-eu-wau-wau — tenho parentes aqui —, viemos dizer que nossas terras estão sendo invadidas: são mais de mil invasores dentro das nossas terras, neste momento. Eles estão ocupando o território uru-eu-wau-wau. O Estado está ciente disso e é conivente com esta situação. Esse Estado é assassino! Isso é um crime, e o Estado é conivente com esse crime que ameaça a vida dos nossos parentes uru-eu-wau-wau em Rondônia. Tenho um parente uru-eu-wau-wau aqui. Ele falará sobre isso.

O território dos káripunas foi praticamente dizimado, por causa da construção da Estada de Ferro Madeira-Mamoré. Hoje poucos resistem num território que também está sendo invadido, e os poucos que lá estão são ameaçados de morte. O Estado está sendo conivente com isso.

A construção de hidrelétricas como a do Rio Madeira aumentou este tipo de invasão nos territórios indígenas.

Eu moro numa comunidade na beira do Rio Madeira, mas não posso entrar na minha casa. Minha casa e todas as casas das comunidades do Rio Madeira, de Porto Velho até Manaus, estão alagadas. Desde fevereiro, nós não podemos entrar nas nossas casas.

Nossa temporalidade está sendo modificada, porque não conseguimos mais interpretar a natureza para saber quando a água vai descer, quando podemos fazer nosso roçado, quando podemos fazer a colheita. Nosso roçado mura, que é sem agrotóxico,



está destruído. Nosso povo mura, de Careiro da Várzea até o fim de Autazes, está sendo ameaçado por uma mineradora.

Nós estamos fazendo nosso protocolo de consultas e não queremos mineradoras no nosso território, porque isso vai destruir nossas vidas. Nós não temos esse modelo de sustentabilidade. Se o Governo Bolsonaro quer realmente garantir o que o povo indígena quer como modelo de desenvolvimento, que escute o que nós queremos, que garanta a consulta prévia, que ouça nossos parentes mundurukus, que ouça o povo mura e todos os povos do Brasil, que faça uma consulta prévia.

As hidrelétricas estão atravessando nossas vidas, estão nos destruindo, estão nos matando aos poucos. É o Estado que está nos matando. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Tem a palavra a Sra. Marize Guarani, da Associação Aldeia Maracanã.

**A SRA. MARIZE GUARANI** - Boa tarde, parentes. Boa tarde, Deputada Joenia Wapichana.

Estou feliz porque, depois de 30 anos, temos novamente nesta Casa alguém com quem podemos conversar.

Sou Marize — meu nome indígena é Parareté. Eu descendo do povo guarani e sou Presidente da Associação Indígena Aldeia Maracanã, que aglutina indígenas do contexto urbano e indígenas do contexto de aldeia.

Nós, bem como outras tantas instituições indígenas, protocolamos em 8 de janeiro uma representação contra a MP 870, por tudo aquilo que nós colocamos, por tudo o que nossos parentes colocaram, diante da inconstitucionalidade dessa medida provisória e da desconsideração da Convenção nº 169, da OIT, e de tantos outros ataques aos nossos povos.

Eu me inscrevi principalmente para fazer uma pergunta ao Procurador-Geral Antonio Carlos Alpino Bigonha, que fala sobre bom senso. Nesta questão do bom senso, sabendo que nesta Casa infelizmente nós não temos votos suficientes para que esta medida provisória passe, eu proponho que a própria Procuradoria-Geral garanta que esta representação vá direto para o STF. Com isso, espero conseguirmos construir uma política sem passar primeiro pela Câmara dos Deputados Federais e ir direto ao STF para ser votada.



Eu acho que esta seria a única forma de conseguirmos fazer com que esta medida provisória seja rechaçada, por tudo o que se colocou aqui, por toda a quebra dos direitos indígenas, por toda a inconstitucionalidade que existe.

Muito obrigada ao EVTE. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Muito obrigada, Marize.

Vamos chamar nossa Liderança Neguinho.

**O SR. NEGUINHO** - Boa tarde a todos e a todas.

Em relação ao que nós vemos neste atual Governo, sinceramente, nós achamos que nem estamos no Brasil. Esta é a verdade. Sabemos do despreparo do Presidente da República, do despreparo dos seus Ministros, dos Deputados alienados, como este que fez uma defesa aqui e não esperou para ouvir a resposta. Talvez o progresso dele recaia sobre nós indígenas nordestinos.

Mais estranho ainda é ver a FUNAI, amigos, defender o agronegócio. Mais estranho é ver a FUNAI defender o envenenamento da terra. A fome citada aqui pelo Sr. Deputado se dá justamente por este tipo de exploração, que não tem nenhum tipo de planejamento. Os ruralistas assumem o discurso de que há 7% da terra produtiva do Brasil, e que nós indígenas temos 13% e aglutinamos uma imensidão de riquezas.

Nossa riqueza se dá no nosso território justamente porque nós não temos a terra como elemento de exploração. Nós temos a terra como nossa mãe, que vai nos criar, que vai criar nossos filhos e nossos netos.

O povo brasileiro precisa acordar. A natureza já tem dado sinais de que nosso País não está livre dos *tsunamis* e dos vendavais que já passaram por algumas regiões. Recentemente, São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades maiores foram vítimas disso.

As pessoas estão muito preocupadas em viver da exploração e da riqueza e acham que a sociedade brasileira é constituída apenas por aqueles que têm poder aquisitivo. As pessoas ignoram os indígenas só porque nós usamos carros e telefones, mas esquecem que, sem as matérias-primas vindas da natureza, elas não usariam os telefones, nem os computadores, nem os carros, nem a própria energia elétrica.

Enquanto nosso País não tomar consciência de que precisamos mudar tudo o que está aí, nós estaremos condenando nossas gerações futuras ao extermínio total.

Nós ficamos muito preocupados quando chegamos a Brasília e vemos a Força Nacional como nossa recepcionista. Mais preocupado ainda eu fico com o Exército e com



as forças de segurança deste País, que aceitam um tenente da reserva se autoproclamar capitão, que foi encostado, como sabemos, por incompetência de raciocínio. Nós brasileiros ainda temos que aceitar os desmandos de um louco, porque o que o Exército disse lá atrás é que ele é louco e agora é o Presidente da República.

Enfim, fica o desafio dos indígenas ao Sr. Presidente da República, que menciona os cocares que nós usamos. Ele diz que nós adentramos os territórios indígenas para comprar artefatos indígenas e vir a Brasília e nos passar por indígenas. Ele que vá estudar um pouco a História do Brasil. Tudo o que nós somos hoje e nossa mistura se deram justamente por pessoas que têm pensamento igual ao dele. É um medroso nato! É um puxa-saco de americano. É tão brabo! Saia, venha discutir conosco, receba-nos! Não fique usando de atos covardes, como o senhor fez, quando determinou que todos os Ministérios suspendessem as audiências com os indígenas que aqui estão. É uma situação estranha.

Nosso povo, meu colega da FUNAI, vive basicamente da agricultura familiar. Nós temos 6 mil hectares irrigados. Nós criamos peixe, ovelha, caprino, bovino, plantamos cebola, fruticultura irrigada, como manga, pinha, banana, maracujá, mamão. Agora até o mamão para eles é do agronegócio.

Diga-me, meu amigo, qual é o brasileiro que come soja *in natura*. Esta riqueza está sendo gerada para quem? Nós estamos falando de uma riqueza confinada nas mãos de meia dúzia de pessoas. Nós temos 14 milhões de desempregados.

Foi dito aqui pelo Deputado algo sobre as ONGs, lançando suspeita ao deus-dará. Mas nós vamos direto ao ponto. Por que o Governo está perdoando as dívidas da Havan, as dívidas da Embaixada dos Estados Unidos, as dívidas dos bancos, as dívidas dos agronegócios. Está escancarado. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui justamente para dar nome aos bois, às cabras, às galinhas. Nós não temos que nos esconder, não! Nós não viemos, como foi bem frisado pelos nossos parentes, para guerrear, não! Nós viemos para a guerra de palavras. Mas esse Presidente é tão medroso, que não sai. Ele pega meia dúzia de índios da cidade, como foi feito, e coloca para representar a gente. Nós temos respeito, sim: nós produzimos, nós plantamos. Com a Conferência Nacional de Agricultura Indígena, por que não fomos chamados? Por que desistiram?



Acho que a FUNAI, amigos, tem que se aprofundar realmente na produção indígena. Pernambuco, Paraíba e Ceará são modelos, assim como vários outros Estados. Se vocês forem a fundo, vamos sair muito mais bonitos na propaganda do que ficar dizendo que a soja é a salvação do mundo. Eu quero ver quem pega a soja como a gente pega o feijão, extrai do caroço, cozinha e come. E mais: para quem vai a riqueza da soja? Para quem vai a riqueza do agronegócio?

Vamos dar nome aos bois e dizer quem de fato são os "agronegocistas". Temos uma única Deputada aqui cuja campanha, com certeza, não foi financiada pelo agronegócio, mas um bocado aqui teve.

Deputada Erundina, eu conheço a senhora desde criança, através da minha mãe. Parabéns pela sua postura! (*Palmas.*)

A senhora mostra claramente a esses demagogos de que o Nordeste é capaz, porque dizem que nós nordestinos vivemos praticamente num estado de miséria. Mas, se não fossem os nordestinos, não existia a Candangolândia, que construiu Brasília; não existiam vários bairros de São Paulo e do Rio de Janeiro. Fomos nós que pegamos a mão de obra barata, que fizemos o pesado, porque muitos desses Deputados aqui, "mufinhos", não aguentam carregar nem o primeiro carrinho de barro para se fazer um traço. (*Palmas.*)

Eu quero pedir aos Srs. Parlamentares e a toda a sociedade brasileira que está nos vendo: somem-se a nós indígenas e vamos defender nosso País. Vamos defendê-lo! Eu acho que há um ódio instalado contra os partidos políticos, especificamente contra o PT. Eu não votei na Dilma, mas acho que o que fizeram com a Dilma foi um golpe, sim, na democracia, um golpe no povo brasileiro.

Nós temos esse Presidente, e já passou o tempo de pedirem o *impeachment* dele, porque ele faz uma coisa atrás da outra.

Ora, Sr. Presidente, venda seus filhos para os Estados Unidos! Aqui nós não estamos precisando de mais de gente ruim, não. (*Palmas.*)

Agora, vender a Amazônia?! Não pode! Venda aquilo que é seu! A Amazônia é do povo brasileiro. Agora seus filhinhos, que dizem que vão fechar o STJ, que desafiam o Ministério Público, que fazem demagogia dentro desta Casa com outros Deputados e Senadores, esses aí o senhor pode vender! Aproveite e vá embora também. Vá embora!



Do jeito que está, vamos parar o avião e descer, porque estamos, de verdade, no mundo da lua.

Peço perdão se ofendi alguém.

Deputada Joenia, V.Exa. não estava, mas quero dizer que somos profundos admiradores do seu trabalho. *(Palmas.)*

Tenho dito isso ao Wilson, meu irmão, à Sonia Guajajara, engajados no movimento indígena desde meninos.

Parabéns à senhora! Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação que V.Exa. tem dado às populações indígenas deste Brasil.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - A admiração é recíproca, cacique.

Vamos chamar o Cacique Sival, do povo tupinambá, para se expressar.

A última inscrita é a Janete Pataxó. Depois, vamos passar a palavra aos resistentes que estão aqui e ainda não almoçaram — creio que vocês também não. Depois que eles falarem, caminharemos para o encerramento desta audiência pública.

Tem a palavra o Cacique Sival.

**O SR. SIVAL** - Cumprimento os parentes.

Eu sou o Cacique Sival, do povo tupinambá de Olivença, que fica no sul da Bahia, no Município de Ilhéus. Pertencço ao território tupinambá, que fica entre três Municípios: Una, Ilhéus e Buerarema.

Eu queria fazer um repúdio pelo Governo por causa do decreto que eles fizeram contra o local em que nós realizamos o Acampamento Terra Livre. Eu queria dizer que foi um desrespeito à população indígena do Brasil esse decreto, porque o espaço em que nós acampamos é um espaço público. Eles não fazem decreto para que eles possam falar nos espaços públicos, mas por que que tem que haver decreto para que as populações façam suas manifestações nos espaços públicos?

Nós viemos pacificamente, sim, trazer aqui as reivindicações de nossas aldeias, de nossos territórios, principalmente para o fortalecimento da SESAI, como foi dito aqui, da nossa saúde, e o fortalecimento da educação, mas o principal é a demarcação dos nossos territórios.





No nosso território tupinambá, já foram assassinadas mais de 35 lideranças tupinambás. Lá existem mineradoras de areia e madeireiros que estão acabando com nosso território.

Nossa portaria de demarcação se encontra no Ministério da Agricultura, e não tem nenhum impedimento. Foram respondidas todas as contestações. O único impedimento é o impedimento político, porque o Governo Temer e o Governo Bolsonaro não querem assinar.

Então, eu queria dizer isso aqui ao Presidente do INCRA, mas infelizmente ele não foi capaz de ficar para ouvir as reivindicações do movimento.

Eu queria dizer que nossa luta é pacífica. Nós já retomamos 80% do nosso território tupinambá — só faltam 20%. Se o Governo não demarcar nosso território, nós mesmos demarcaremos, porque o território é nosso, e depende de nós povo indígena demarcar o nosso território. Não vamos esperar o Governo.

Nós não queremos empreendimentos, nós não queremos mineração, nós não queremos esse tipo de destruição que o Governo está propondo: fazer mineração de diamante, mineração de areia, como eles estão fazendo lá, concedendo licenças ambientais às entidades mineradoras. Essas licenças são fraudulentas.

Portanto, nós também estamos pedindo que haja uma investigação em cima desses conselhos ambientais nos nossos Estados que estão concedendo licenças a empreendimentos para fazerem mineração.

Desde já, eu queria dizer que nós estivemos no Ministério Público, na 6ª Câmara, levando todas as denúncias ao Dr. Antonio Bigonha.

De novo estamos aqui no 15º Acampamento. Se precisar, a gente virá ao 16º, ao 17º e até ao 18º. Nós vamos, sim, fazer nossas denúncias.

Eu queria parabenizar o Conselho Nacional de Direitos Humanos, que esteve na nossa região, ouvindo todas as atrocidades que o agronegócio e os fazendeiros da região vêm fazendo com nosso povo, com discriminação, massacre, assassinato, implementando mineradoras e madeireiras dentro do nosso território. Mas nós estamos vivos. O povo tupinambá está vivo, está junto do povo indígena do Brasil no 15º Acampamento.

Quero parabenizar todos que estão aqui pela resistência.

Era isso que eu queria falar.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, cacique.

Vamos passar a palavra para a Janete Pataxó, nossa última oradora.

Depois, vamos ouvir o Ministério Público.

Peço à Janete Pataxó que comece o seu pronunciamento.

**A SRA. JANETE PATAXÓ** - Boa tarde a todos e a todas da Mesa nesta tarde, na presença da Deputada Joenia.

Quero fazer alguns relatos rapidamente.

Sou Janete Pataxó, do extremo sul da Bahia. Sou cacique na aldeia, representante da saúde indígena, conselheira de saúde do Polo Base de Porto Seguro, onde a cacique Kátia reside, e represento os pataxós e tupinambás.

Quero falar rapidamente da aldeia mãe de Barra Velha do povo pataxó. Houve um julgamento há poucos dias no Supremo, e tivemos 8 votos a 0. A Prefeita do nosso Município fez um dossiê favorável aos fazendeiros, aos grileiros, aos posseiros.

Quero lembrar também que nossa terra, onde nós moramos, com quase 600 famílias, está com uma liminar para até junho, se a FUNAI não colocar o GT em campo. O Ministério Público pediu que a FUNAI fizesse um cronograma para a retirada dessas quase 600 famílias indígenas da área, que é uma APA, área tradicional do povo pataxó.

Nós sabemos que a história do Brasil começou na região de Porto Seguro e Cabralia, onde está a empresa que se diz dona dessas terras, a Góes Cohabita, do Joaci Góes. Há pessoas e empresários que só querem fazer loteamentos. É uma grande empresa imobiliária, que não respeita a área de proteção ambiental. Eles querem liberações justamente para fazer um grande ecoparque, e nós povos indígenas, nós indígenas pataxós, não aceitamos isso.

Quero falar também do Presidente da República Bolsonaro. Creio que muita gente viu um vídeo no qual ele está agradecendo pelos votos que a Bahia lhe deu através do Joaci Góes, o então empresário que conseguiu votos para ele. Portanto, é clara a posição do Presidente Bolsonaro contra os povos indígenas. Ele fez um vídeo agradecendo os votos que obteve na região da Bahia ao Joaci Góes, que é um posseiro.

Quero lembrar que nós indígenas temos uma luta: são 519 anos de resistência. Não quero ficar relembando o que os parentes já falaram, mas quero deixar bem claro que o



povo indígena hoje quer ocupar o seu lugar de direito na política. Eu gosto de política, sou mulher indígena, pretendo me lançar pré-candidata no meu Município.

Nós povos indígenas já apoiamos. Chegou a hora de os povos indígenas serem apoiados na política, de o povo não indígena nos apoiar como Vereadores, como Prefeitos, como Deputados Estaduais e Federais. Quem sabe um dia teremos um indígena na Presidência da República!

Quero agradecer a todos, ao PIB e à APOINME, que nos representam nas regiões, e agradecer este espaço aberto por todos aqueles que defendem a causa indígena.

Eu sou mulher, sou brasileira, sou indígena, sou pataxó, sou nordestina, e com muito orgulho.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Janete Pataxó.

Agora passamos aos encaminhamentos finais.

Eu sei que houve várias questões dirigidas aos outros convidados que não permaneceram aqui. Vou passar a palavra para quem permaneceu, começando pelo Sr. Juan, que está representando a FUNAI, e depois ao representante do Ministério Público Federal.

Com a palavra o Sr. Juan Felipe Negret Scalia.

**O SR. JUAN FELIPE NEGRET SCALIA** - Obrigado a todos.

Chegando ao final, acho que temos que encarar com naturalidade o processo democrático e todo o debate em cima da medida provisória. Nesse sentido, foi feita realmente uma análise de conveniência e oportunidade por parte do Poder Executivo e foi trazida uma proposta, competência discricionária do Chefe máximo do Executivo. O Supremo Tribunal Federal já se colocou um pouco quanto ao tema da forma, da finalidade, da proporcionalidade, mas não entrou em liminar.

Enfim, é isso. O Deputado Ailton Faleiro, salvo engano, disse que a bola está com o Congresso. Realmente, é um momento de análise do Legislativo. Acho que é preciso encarar com naturalidade esse processo, lembrando que a Constituição, no art. 62, estabelecer todo o rito de análise de medida provisória, e é isso que vai ser seguido.

Quanto ao tema dos Conselhos, tema que foi levantado, o Decreto nº 9.759, de 2019, suspende uma série de Conselhos, mas os Ministérios terão até junho para se posicionar, para fazer a análise de conveniência e relevância desses fóruns. Acho que se



deve aproveitar o momento em que todos estão aqui para incidir nesses Ministérios, naqueles em que for importante a participação dos indígenas. Até junho, esses Ministérios terão que se posicionar para a Casa Civil.

Para finalizar, não vou demorar muito, acho que temos que reforçar o tema da autonomia dos povos indígenas. Isso é bem importante. Quando o Nequinho Truká coloca o tema da necessidade da redução de agrotóxico, acho que temos que discutir um tema bem aberto, que é o tema do arrendamento das terras indígenas. O pessoal não colocou esse assunto, mas está tratado no Relatório Figueiredo também. E há uma certa dívida histórica do Estado brasileiro com esses casos. O indianismo no Brasil é complexo, é grande. Há, por exemplo, o tema da Região Sul, que é distinta da Região Amazônica, onde eu servi boa parte do meu tempo de FUNAI. O Governo tem que realmente discutir esse tema do arrendamento, junto com os povos indígenas, e procurar saídas.

O tema dos parecis, eu sei, é bem polêmico, mas é uma vitória, no momento em que se saiu do arrendamento. Isso já é uma vitória. Agora, mudar matriz tecnológica é um outro passo, que tem que ser debatido. A PNGATI — Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, inclusive, diz da redução de agrotóxico. Nesse sentido, todo o avanço se dá, mas o processo histórico é demorado. Acho que temos que debater em conjunto.

No mais, quero agradecer a todos. Seguimos em contato. A FUNAI está aberta para receber todas as delegações durante o Acampamento Terra Livre — ATL.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Antes de passar a palavra para o Dr. Bigonha, passo a palavra ao representante do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, para suas considerações.

**O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO** - Obrigado, Deputada.

Quero apenas externar, em nome do CIMI, o agradecimento por este espaço, bem como pela oportunidade de falar e de apresentar as informações e o nosso posicionamento político em relação aos diferentes temas que foram tratados aqui, especialmente em relação ao tema da Medida Provisória nº 870, de 2019.

Quero reiterar a importância do envolvimento das três Comissões que propõem esta audiência, a saber, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Meio Ambiente



e Desenvolvimento Sustentável, e dos mandatos parlamentares e partidos políticos aliados em torno do embate, da disputa, da tramitação da matéria que trata do recurso extraordinário de R\$ 1.017.365,00, com repercussão geral, para a demarcação de terras indígenas, no Supremo Tribunal Federal.

A partir do Acampamento Terra Livre deste ano, este tema está sendo pautado. Ontem, os povos fizeram uma bonita marcha e vigília em frente ao Supremo Tribunal Federal e na Praça dos Três Poderes. Estão a clamar por justiça. A partir de agora, precisamos mobilizar todos os campos da sociedade — político, eclesial, de direitos humanos, universitários —, para se envolver diretamente nesse processo, apresentando posições junto ao Supremo Tribunal Federal e apresentando-se também como *amicus curiae* no processo. Essa oportunidade está aberta, pela decisão tomada recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, publicada na semana passada.

Quero reiterar também, mais uma vez, que é preciso fazer frente a esses discursos colonizatórios, aos quais a Deputada Talíria Petrone fez referência. E reitero que o processo de arrendamento de terra indígena está largamente registrado como causa fundante de esbulho possessório, no Relatório Figueiredo. Está escrito com todas as letras, pelo próprio Estado brasileiro, que essa é uma prática testada, com sucesso, pelos colonizadores. É preciso que digamos isso porque eles vão tentar fazer o mesmo que já fizeram. É importante que os povos tenham muito ciência disso. Eu acho que a referência do Relatório Figueiredo, mais uma vez, é importante para que aprendamos com a história e não venhamos a repeti-la. Ao contrário, façamos, como muitos já fizeram, ações de reparação. E a demarcação dos territórios indígenas é, na nossa avaliação, a principal delas.

Por isso, nós reiteramos os pedidos feitos a esta Comissão para atuação contra essas medidas do Governo brasileiro em relação à Medida Provisória nº 870, de 2019.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Sr. Cleber.

Concedo a palavra ao Sr. Subprocurador-Geral Antonio Carlos Alpino Bigonha.

**O SR. ANTONIO CARLOS ALPINO BIGONHA** - Pois não, respondo à indagação da Associação Aldeia Maracanã. A representação que a associação fez à 6ª Câmara da PGR, no início de janeiro, foi autuada. Pelo menos duas dezenas de representações foram feitas no mesmo sentido, por várias entidades. Todas foram autuadas na 6ª



Câmara e encaminhadas à Procuradora-Geral da República, para que esta averiguasse o cabimento e a oportunidade de propor uma ação direta de inconstitucionalidade.

Provocados por essas representações, nós elaboramos uma nota técnica, que foi amplamente divulgada. Com base nessa nota técnica, temos feito uma interlocução com Parlamentares e com membros do Poder Judiciário. A nota técnica foi encaminhada para todos os Ministros do Supremo. Depois fiquei sabendo que foi juntada nos autos da ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Partido Socialista Brasileiro.

Em um primeiro momento, tanto por parte da Procuradora-Geral da República quanto da 6ª Câmara, em uma interlocução que nós fizemos naquele momento com as entidades indigenistas e comunidades indígenas, com a APIB, com o ISA, com o CIMI e outras entidades, nós achávamos que não era estratégico entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade, pela natureza muito apertada da discussão no Supremo Tribunal Federal e a possibilidade de ter um indeferimento de uma liminar, o que poderia complicar um pouco a estratégia de enfrentamento em relação à Medida Provisória nº 870, de 2019.

No entanto, o PSB entrou com a ação. Nós, então, ficamos mais em uma postura de observação. A Procuradora-Geral optou também por fazer uma intervenção no processo como fiscal da lei e esperar um segundo momento. Esta foi a estratégia adotada. Esse segundo momento é agora. A decisão foi publicada ontem. Eu ainda não tive oportunidade de me reunir com a Dra. Raquel para discutir o próximo passo.

Em relação a essa questão de esquecer o debate no Parlamento e de focar no Supremo, eu acho que não é muito estratégico. São dois Poderes diferentes, que discutem a questão com olhares diferentes. O olhar aqui é político. É papel do Congresso Nacional discutir o cabimento da medida provisória. Já lá no Supremo Tribunal Federal o enfoque é em outro sentido. O enfoque aqui é majoritário: verificar se interessa à maioria do povo brasileiro, representada no Congresso Nacional, a manutenção da medida provisória. O enfoque do Supremo Tribunal Federal é o contrário, é contramajoritário, ou seja, verificar se a medida provisória viola alguma garantia fundamental, algum aspecto estruturante do Estado brasileiro. Portanto, acho que são duas discussões muito independentes. Eu acho que não devemos comprometer uma ou abandonar uma, em benefício ou detrimento da outra.

Em relação à decisão do Ministro Barroso, que realmente tratou de algumas questões de maneira muito desfavorável aos interesses indígenas, mas há uma porta



aberta lá. O Ministro deixou uma porta aberta para uma revisão. Portanto, não foi o indeferimento de uma liminar, um indeferimento total. Simplesmente S.Exa. não achou que neste momento há um risco de perecimento de direito. Mas podemos, em um segundo momento, levar e demonstrar isso ao Relator e mesmo ao Pleno do Tribunal, aos outros Ministros. Por isso, eu acho que a luta teve um revés grande, mas ela continua, porque a ação está lá em tramitação. O processo está em andamento lá no Supremo, e nós temos muito ainda o que fazer lá.

Por fim, eu queria dizer da importância do Relatório Figueiredo para contextualizar essa discussão do retorno da questão fundiária indígena para o Ministério da Agricultura, como falei no meu pronunciamento inicial, fazendo coro ao que o Sr. Cleber falou. Foi um trabalho importante, feito pelo pesquisador Marcelo Zelic, que está aqui presente, o resgate dessa memória lá no Museu do Índio. Realmente, é uma documentação de mais de 7 mil páginas. Demonstra, com fotos e textos, em uma investigação apurada, o desacerto de submeter a questão indígena ao Ministério da Agricultura, o que não está ligado à bondade ou à ruindade das pessoas, mas simplesmente ao conflito de interesse, à incompatibilidade de gestão desses interesses no mesmo guarda-chuva, esse que é o do Ministério da Agricultura.

Eu considero que para o Governo é muito melhor ter esse direito tutelado e protegido pelo Ministério da Justiça, porque o Ministério da Justiça é um campo neutro, que pode fazer a mediação entre os interesses do agronegócio, por exemplo, e os interesses indígenas. E lá dentro do Ministério da Agricultura, até pelos quadros que compõem naturalmente esse Ministério, essa defesa ou essa mediação fica muito mais complicada. Isso pode gerar um conflito de interesse e pode redundar, em médio e longo prazo, em improbidade administrativa, em crimes graves previstos no Código Penal.

Isso tudo, no início do Governo, parece uma coisa muito longínqua, pela legitimidade que o Governo tem, pela disposição que ele tem de empreender reformas. Mas, em um segundo momento — nós vimos isto, em um passado recente —, essas ações começam a vir, essa crítica começa a se consolidar, e é ruim para o próprio Governo e para os seus quadros.

Portanto, eu faço novamente um apelo ao Ministro Sergio Moro. Que reconsidere a sua posição de achar que a questão indígena vai assoberbar a agenda do Ministério da





Justiça, e retome esse tema lá para o seu Ministério. O Ministro fará um favor enorme à causa indígena, a todos os brasileiros, e sobretudo ao próprio Governo do qual participa.

Por fim, eu queria convidar todos ao acampamento no Memorial dos Povos Indígenas, hoje, às 18 horas, para uma exposição que nós organizamos, a PGR e a 6ª Câmara, junto com o pesquisador Marcelo Zelic. Trata-se de uma exposição sobre o Relatório Figueiredo. Chama-se *Respeito ou Repetição? A história que não se quer reviver*. Demonstra com fotos, em uma linha do tempo, o que aconteceu durante o século XX, quando a questão indígena esteve subordinada ao Ministério da Agricultura, o que nós não queremos repetir.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Quero, desde já, agradecer a todos a presença.

Registro que o Deputado Camilo Capiberibe acabou de chegar, assim como a Deputada Áurea Carolina.

Vamos passar aos encaminhamentos.

Desde já, eu quero reforçar esse agradecimento aos presentes nesta Comissão — ainda nem almoçaram, eu creio! —, que realmente têm demonstrado interesse em soluções em relação a esses perigos, a essas demandas que forma colocadas na mesa hoje. Quero agradecer a presença dos representantes dos órgãos que responderam ao convite e estiveram presentes nesta audiência pública: à FUNAI, representada pelo Sr. Juan; ao Presidente do INCRA, que já se foi — disse muito, ouviu pouco, mas esteve presente; ao representante do Ministério da Agricultura; ao Dr. Antonio Bigonha, representante do Ministério Público Federal, pela 6ª Câmara. Agradeço principalmente às nossas lideranças indígenas e à APIB, que provocou, através de solicitações ao nosso Gabinete 231, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas para que esta pudesse organizar o evento.

Quero também agradecer, de pronto, às três Comissões que se fizeram presentes — a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Comissão da Amazônia — e que se somaram ao requerimento para a realização desta reunião.



Quero agradecer às instituições de órgãos indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário — CIMI, aos Indigenistas Associados — INA e aos demais órgãos que estiveram presentes.

Agradeço a condução na organização da audiência pública. Em outras vezes, já vimos problemas na recepção aos povos indígenas, mas creio que hoje tudo está ocorrendo de forma bem organizada. Por isso, quero agradecer ao Departamento de Polícia Legislativa — DEPOL a iniciativa de orientar, organizar e facilitar a entrada, inclusive permitir a entrada dos maracás. Foi uma reivindicação nossa, porque, nos últimos tempos, até se proibia a entrada de maracás. Isso demonstra que temos que usar o espaço, que ficará aberto, desde já, para futuras audiências, para reivindicarmos o diálogo e a participação das autoridades. Como Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, vamos fazer o possível para realizar os diálogos e colocar na mesa as nossas preocupações.

Como encaminhamento, nesta audiência pública surgiram algumas indicações. A primeira seria oficializar ao INCRA para que preste explicações acerca dos fatos que foram apresentados pelo Conselho Indigenista Missionário, o que poderá ser feito tanto pelas Comissões — Deputado Helder Salomão, já agradeço a presença de V.Exa. — como também pela Frente e por alguns Deputados individualmente. Nós vamos oficializar o pedido de explicações, porque o fato merece essa atenção. É uma situação bastante grave. Precisamos realmente obter esse ofício e as explicações que geraram a retirada das terras indígenas desse sistema.

Vou deixar um segundo encaminhamento. Esta discussão que realizamos aqui será apresentada em relatórios. Os pronunciamentos de todos que aqui falaram estão sendo registrados. Será produzido esse relatório, o qual vamos encaminhar às autoridades que se fizeram presentes e também às autoridades que foram citadas nas explicações das nossas lideranças indígenas e até mesmo dos presentes à mesa.

Também propusemos a criação de uma Comissão de Deputados, com membros das três Comissões que estiveram presentes e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas — convido, desde já, as lideranças da APIB para se juntarem a nós —, para solicitarmos uma reunião com a Casa Civil e o Ministro da Justiça, a fim de apresentarmos as questões que foram colocadas aqui: a violência, os crimes que



são cometidos contra os povos indígenas, a necessidade de permanência da FUNAI no Ministério da Justiça. Este é o terceiro encaminhamento.

O próximo encaminhamento é apresentar uma orientação para o Governo sobre a importância de se manter o diálogo com os povos indígenas por meio das organizações indígenas, e não com indivíduos, como foi dito aqui. Esse é um encaminhamento importante. Temos que apresentar isso oficialmente, porque não é possível retrocedermos a esse tipo de situação. Não é possível que ouçamos as aberrações que ouvimos aqui e não nos manifestarmos. Vamos propor essa orientação, porque é preciso estabelecer esse diálogo, mas com as instituições legítimas, que são as organizações indígenas que representam os povos indígenas, e não posições individuais.

Aqui já foi dito, mas, para quem não ouviu ontem no Acampamento Terra Livre — ATL, lembro que estivemos ontem com o Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, e o Presidente Rodrigo Maia, que se manifestaram favoráveis à volta da FUNAI ao Ministério da Justiça. O fato de eles entenderem que é preciso que a FUNAI esteja no Ministério da Justiça e que existe uma incoerência, um conflito de interesses, já é um posicionamento favorável a nós, e nós vamos usá-lo. Essas declarações não foram sigilosas, mas colocadas na frente das lideranças indígenas, na frente dos Deputados que estavam presentes. Isso é para ser utilizado e cobrado mesmo!

Uma vez que foi confirmado e testemunhado por outros colegas Deputados, nós vamos colocar isso no relatório, o que vai servir como uma orientação inicial e como base para o convencimento dessa medida provisória, que ainda vai ser discutida detalhadamente. Existe uma incoerência e uma incompatibilidade de interesse. Não merece prosperar o desmantelamento do órgão indigenista federal, e não somente a FUNAI mas também o próprio Ministério do Meio Ambiente. Por diversas vezes, dentro da MP 870, foram retiradas Secretarias, como a Secretaria do Clima, e a responsabilidade sobre recursos naturais, sobre o zoneamento ecológico e econômico, que eram de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

Aproveito para informar que eu também apresentei oito emendas, Deputada Talíria Petrone, logo na primeira semana em que assumi este mandato — não sei se os senhores receberam o informativo —, justamente referentes a essa provocação. Nós não vamos aceitar o desmantelamento da FUNAI, não vamos aceitar o retrocesso nas políticas socioambientais, não vamos tolerar que neguem a existência das organizações



indígenas, tampouco a liberdade de expressão. Essas são as oito emendas que propusemos pelo Gabinete 231.

Encerrando, deixo aberto que nós precisamos, sim, usar esses espaços para deixar a voz dos povos indígenas e a participação dos povos indígenas.

**O SR. YSSÔ TRUKÁ** - Deputada, nós propusemos que fosse vista por esta Comissão a questão do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que acaba com os Conselhos de Saúde, tanto o conselho distrital como o local, e o fórum. E também há a questão da conferência, que o Ministério disse que não iria realizar. Houve também a questão do Conselho Nacional de Política Indigenista — CNPI. Isso foi solicitado à Mesa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Cacique. Nós vamos incluir esse encaminhamento. Desde já, contudo, deixo a nossa posição.

Independentemente dos encaminhamentos para sustar o decreto que extingue os conselhos de controle social, creio que cada um de nós já apresentou uma proposta de decreto legislativo. Apresentei no mesmo dia, inclusive foi gravado. Já pedimos que se sustasse esse ato do Governo, assim como fez o PSOL e o PT. A maior parte dos partidos o fizeram.

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Sra. Presidente, Deputada Joenia Wapichana, fizemos uma pesquisa. Eu também apresentei. Parece-me que foram 13 decretos apresentados, se não estou errado, segundo o levantamento. São 13 decretos, com vários partidos e vários Parlamentares, exatamente porque foi uma decisão muito arbitrária.

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Nós nos antecipamos e, no mesmo dia, apresentamos. Somos ágeis aqui. O PSB também apresentou. Todos que compõem a Frente têm esse compromisso. Às vezes, não conseguimos falar tudo o que fazemos, mas já encaminhamos. E também vamos encaminhar aqui, como resultado da audiência, pela provocação feita.

E vamos reafirmar, Issô Truká — eu ia dizer tuxaua, pois em Roraima assim dizemos, é minha prática dizer tuxaua: nós, desta Comissão e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, temos o compromisso. Vocês podem novamente ouvir essa afirmação, mas somos contra a MP 870, somos contra arrendamento em terras indígenas, somos contra qualquer ilegalidade que venha querer avançar dentro das terras indígenas.



E somos, sim, a favor de uma demarcação já. A demarcação não é um favor, não é uma política de governo, mas é um dever do Estado brasileiro. É nesse posicionamento que vamos estar agindo, porque assumimos aqui um compromisso de defender os direitos constitucionais. É isso que devemos fazer. Nós não precisamos, digamos, pedir licença para defender os direitos constitucionais: temos esse dever de defender a saúde indígena! Somos também contra a municipalização da saúde indígena. Somos contra qualquer retrocesso dos direitos sociais.

É esta a afirmação que queríamos colocar. Não sei se o Deputado Helder Salomão quer reforçar esse encaminhamento, mas queremos deixar bem claro o posicionamento desta audiência pública, de apoio aos povos indígenas. O que houver de demandas, nós vamos encaminhá-las. (*Palmas.*)

**O SR. HELDER SALOMÃO** (PT - ES) - Sra. Presidente, Deputada Joenia Wapichana, Deputada Talíria Petrone, Deputada Luiza Erundina, Deputado Camilo Capiberibe, a nossa companheira Deputada Áurea Carolina, do PSOL de Minas Gerais, estão todos aqui presentes. Vejo as lideranças indígenas, o Dr. Antonio Carlos Alpino Bigonha. Quero parabenizar a todos por esta audiência pública tão representativa, que começou na parte da manhã e continua até agora, quando fazemos o encerramento.

Quero, Sra. Presidente, Deputada Joenia Wapichana, concordar com os encaminhamentos que foram dados. Contudo, faço dois destaques.

O primeiro é sobre os decretos legislativos que foram apresentados para sustar os efeitos do decreto do Presidente. A minha sugestão é que coloquemos como encaminhamento que tenhamos uma conversa com o Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, para pautar a discussão e votação desses decretos. A minha sugestão é que incluamos nos encaminhamentos essa articulação, que pode contar com a participação dos Deputados que compõem a Comissão Direitos Humanos, a Comissão de Meio Ambiente, a Comissão da Amazônia, da Frente Parlamentar e de outras Comissões que quiserem nos ajudar nessa articulação, porque não adianta termos em tramitação 13 projetos de decreto legislativo, se estes não forem pautados, para enfrentarmos esse debate.

O segundo ponto é que precisamos manter vivos todos esses encaminhamentos, manter viva a memória desta audiência pública, tão significativa e tão representativa. Essa Comissão de Parlamentares deve, nessa audiência pública que será solicitada, levar



documento com todos esses encaminhamentos para o Governo, para Casa Civil, para o Ministério, a fim de cobrarmos efetivamente, junto com os órgãos que nos acompanham — está aqui o Dr. Bigonha, representando o Ministério Público Federal —, porque não só os direitos indígenas, mas também os direitos dos povos tradicionais, das minorias, dos trabalhadores, os direitos do povo brasileiro estão ameaçados neste momento.

Como eu disse hoje, na abertura desta audiência pública, se tem alguém que pode nos ensinar — e nos ensina e nos inspira — a fazer resistência, são os povos indígenas. Ninguém tem mais capacidade de resistência do que os povos indígenas.

Portanto, viva as lideranças indígenas! A causa indígena é a nossa causa.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Nos últimos encaminhamentos, vou pedir uma salva de palmas.

Viva os povos indígenas! Viva a resistência indígena! Demarcação já! (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.